

MARCOS SANCHES DA COSTA

**O POVO, A RELIGIÃO E A POLÍTICA:
EXPERIÊNCIAS PASTORAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
EM BAIROS DE ANDRADINA/SP
(1976 – 1988)**

**DOURADOS / MS
Outubro de 2017**

MARCOS SANCHES DA COSTA

**O POVO, A RELIGIÃO E A POLÍTICA:
EXPERIÊNCIAS PASTORAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
EM BAIROS DE ANDRADINA/SP
(1976 – 1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli

**DOURADOS/MS
Outubro de 2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

C834p

Costa, Marcos Sanches da.

O povo, a religião e a política: experiências pastorais e participação popular em bairros de Andradina/SP. / Marcos Sanches da Costa. -- Dourados, MS: UFGD, 2017. 114f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Concílio Vaticano II. 2. Ações pastorais. 3. Movimentos populares. 4. Participação popular. I. Título.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

MARCOS SANCHES DA COSTA

**O POVO, A RELIGIÃO E A POLÍTICA:
EXPERIÊNCIAS PASTORAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
EM BAIROS DE ANDRADINA/SP
(1976 – 1988)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Dr. Fernando Perli (UFGD)_____

2º Examinadora:

Dra. Mariana Esteves de Oliveira(UFMS)_____

3º Examinador:

Dr. José Carlos de Souza(UFGD)_____

RESUMO

Este trabalho visou compreender as apropriações das orientações do Concílio Vaticano II, e as reflexões decorrentes deste, pela Igreja Católica e moradores dos bairros de Andradina, entre 1976 e 1988. Os Círculos Bíblicos e a construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, no bairro Pereira Jordão, em Andradina, favoreceu o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a aproximação da Igreja com os moradores dos bairros periféricos através das ações pastorais e da coordenação do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), promovendo a participação popular nas ações políticas. O desenvolvimento do trabalho pastoral junto aos moradores possibilitou a criação das Sociedades Amigos de Bairros (SABs), que buscaram transformar a sua realidade através do convívio comunitário, cooperativo e religioso, e, através das articulações políticas com a Prefeitura e Câmara Municipal, elaboraram um Orçamento Popular (OP) com a pretensão de intensificar a participação dos moradores nas decisões políticas de Andradina. Além disso, objetivou-se acompanhar as movimentações das mulheres andradinenses na luta pela participação na Constituinte, através do Movimento de Mulheres e do Movimento Regional de Mulheres.

Palavras-chaves: Concílio Vaticano II; Ações pastorais; Movimentos populares; Participação Popular.

ABSTRACT

This paper aims to understand the appropriations of the Second Vatican Council guidelines and the reflections derived from it by the Catholic Church and residents of Andradina neighborhoods between 1976 and 1988. The Biblical Circles and the construction of the Jesus Bom Pastor Community Center in the Andradina's neighborhood Pereira Jordão, favored the emergence of the Ecclesial Base Communities (EBCs) and the Church's approach to the peripheral neighborhoods through pastoral actions and coordination of the Jesus Bom Pastor Administrative Institute (JBPAI), promoting popular participation in political actions. The development of the pastoral work with the residents enabled the creation of Friends of Neighborhoods Societies (FNSs), which sought to transform the reality through community, cooperative and religious life. Through political articulations with the Municipal Government and City Council, it was elaborated a Popular Budget (PB) with the pretension of intensifying the participation of the residents in the political decisions of Andradina. In addition, the objective was to follow the movements of the Andradina women in the struggle for participation in the Constituent Assembly, through the Movement of Women and the Regional Movement of Women.

KEY-WORDS: Second Vatican Council, Pastoral actions, Popular movements, Popular participation.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Fernando Perli, que possibilitou a construção desse trabalho através de suas importantes colaborações, além disso, agradeço aos membros da banca, o Prof. Dr. João Carlos de Souza e a Profa. Dra. Mariana Esteves de Oliveira, contribuintes na elaboração do trabalho.

Aos que me acolheram nesta cidade, Fernando Borelli Freire, Marcelo Frasão e Jéssica Anhani Marega, pessoas que se fizeram presentes no dia a dia em Dourados. Também gostaria de lembrar as pessoas que contribuíram no trabalho, ainda que indiretamente, os acadêmicos de História da UFMS/CPTL, em especial, alunos e alunas, membros do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes/CPTL, e aos professores Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira, Dra. Maria Celma Borges e demais professores do curso, incentivadores, desde os primeiros anos de graduação, aos estudos referentes aos movimentos sociais e IAJES.

Agradeço a Ana Cláudia Machado da Silva, minha namorada, que presenciou a minha luta diária, aos familiares Elizabeth Veríssimo Machado da Silva, José Aparecido da Silva e Ana Paula Machado da Silva, que também me apoiaram. Aos meus pais, Glória Sanches da Costa e Miguel José da Costa, ao meu irmão Marcelo Sanches da Costa, minhas motivações.

A caminhada não foi fácil e em muitos momentos foi necessário, além do apoio dos familiares e amigos, o apoio divino, ao qual eu agradeço a Deus, que, por diversas vezes, manteve a sua presença e fortaleceu o equilíbrio psicológico para a continuidade dos trabalhos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
1. O CONCÍLIO VATICANO II E AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA.....	18
1.1 A Igreja Católica sob um novo olhar.....	19
1.2 A Conferência de Medellín: interpretações e apropriações do Concílio Vaticano II.....	23
1.3 As diretrizes conciliares do Vaticano II no Brasil: o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC/1965).....	29
1.4 A Diocese de Lins: participação e apropriações do Concílio Vaticano II.....	35
1.5 O Concílio Vaticano II sob um viés local: a idealização do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor.....	37
1.6 Em busca de uma vida comunitária, crítica e participativa.....	41
2. EXPERIÊNCIAS PASTORAIS NOS BAIRROS DE ANDRADINA.....	49
2.1 CEBs, cotidiano e vida pastoral.....	49
2.2 O IAJES e o crescimento das ações pastorais.....	57
2.3 As SABs e o protagonismo popular desejado.....	61
2.4 Mobilizações e engajamento social das SABs.....	68
2.5 Educação popular e politização das SABs.....	73
3. A POLÍTICA PARTICIPATIVA DOS MOVIMENTOS POPULARES DE ANDRADINA: O ORÇAMENTO POPULAR E A CONSTITUINTE.....	81
3.1 A reestruturação das ações do IAJES e das SABs.....	82
3.2 A expansão dos trabalhos de assessoria do IAJES.....	83
3.3 As SABs e a luta contra a inflação.....	86
3.4 As articulações políticas das SABs e o Orçamento Popular (OP).....	88
3.5 O Movimento de Mulheres de Andradina.....	97
3.6 A Constituinte e o Movimento Regional de Mulheres.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
FONTES.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as relações entre as ações dos movimentos pastorais e sociais em bairros da cidade de Andradina, estado de São Paulo, e as orientações apresentadas através de uma série de documentos produzidos pela Igreja Católica. Analisa-se, também, através das experiências cotidianas, a construção de um projeto político baseado em ideais de justiça social e participação popular gestados nas ações pastorais nos bairros e no fazer-se dos sujeitos, entre os anos de 1976 e 1988.

Na análise, utilizaram-se preceitos da nova história política, considerando a importância da política na construção do campo historiográfico contemporâneo após longos anos de desprestígio na produção acadêmica inspirada no movimento dos Annales. Deve-se considerar que o contato da história com outras áreas do conhecimento, como a ciência política, e as mudanças sociais fizeram com que o campo político voltasse a figurar nos estudos históricos.

Além das abordagens historiográficas, as mudanças sociais fizeram a história política perder espaço para análises econômicas e sociais. Porém, nas últimas décadas, modificaram-se os olhares de pesquisadores para a necessidade de “reparar a injustiça da história” para com o povo, as massas oprimidas, as multidões trabalhadoras, “e restituir-lhes o lugar a que tinham direito”, como protagonistas da história (RÉMOND, 2003, p. 19).

A reintrodução do político nos estudos históricos partiu de reflexões no campo histórico, além de motivações externas advindas do cenário de expansão da influência política em outros campos do conhecimento. Com novas ferramentas de análise que permitem percepções mais abrangentes da história política, a linha foi retomando seu espaço no meio acadêmico e é a partir dela que iniciamos a construção da análise nos apropriando de alguns conceitos dessa renovação, dentre eles, o de “cultura política”. Mas, como entender e definir a cultura política?

Entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas [...] uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem [...] uma espécie de código [...] um conjunto de referências, formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política (BERSTEIN, 2009, p. 31).

A definição proposta por Berstein (2009) parece privilegiar somente as “grandes famílias políticas”. No entanto, a acepção de cultura política para os historiadores é bem diversa. Identificamos, em determinados momentos da história, “vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos”. Sendo assim, a cultura política “varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização” (BERSTEIN, 2009, p. 32). No cenário da pesquisa histórica abriram-se possibilidades de estudos das sociabilidades, entendidas como princípios culturais de grupos sociais que viabilizam pensar sistemas coerentes de mundo a partir da imbricação de abordagens religiosas, políticas, sociais, econômicas e culturais.

Associando o conceito de cultura política à análise sobre manifestações coletivas e movimentos sociais, as contribuições de Rodrigues (2012) são pertinentes. De acordo com a autora, “o conceito de cultura política é considerado aqui como uma delimitação do conceito de cultura. Ao utilizarmos o termo estamos nos referindo ao estudo dos elementos culturais presentes no mundo da política” (RODRIGUES, 2012, p. 18).

Ainda segundo a autora, o conceito de cultura está “associado à criação e compartilhamento de símbolos e crenças” que produzem o status de legitimidade através de tradições culturais instituídas, entendidas como “narrativas usadas estrategicamente para instituir diferenças, hierarquias e naturalizar relações de poder, garantindo a hegemonia”, cabendo aos sujeitos diferentes processos de identificação, sejam de afirmar ou negar a tradição. Rodrigues considera que a negação da tradição pode se dar através de lutas políticas, sendo assim, “as lutas políticas são perpassadas por questionamentos dos códigos culturais dominantes” (RODRIGUES, 2012, p. 18), transcorridas por decisões, “tendo em vista a adesão a determinados projetos políticos. Assim, podemos circunscrever os movimentos sociais nesse interstício entre cultura e política, como sujeitos que mobilizam repertórios culturais em suas lutas políticas” (RODRIGUES, 2012, p. 19). Compreende-se que a construção de uma cultura política alternativa parte da elaboração de um projeto político que atenda aos interesses das classes populares, construído através de ressignificações e apropriações de diferentes elementos do campo político tradicional.

Dagnino, Alvares e Escobar (2000), ao refletirem sobre a cultura e a política nos movimentos sociais através do conceito de políticas culturais, nos oferecem subsídios para entender as possibilidades de mudança da cultura política dominante através das ações dos movimentos sociais. Para eles:

As políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não pode ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõe diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. Se os movimentos sociais pretendem modificar o poder social e se a cultura política também abrange campos institucionalizados para a negociação do poder, então os movimentos sociais necessariamente enfrentam a questão da cultura política. Em muitos casos, os movimentos sociais não exigem inclusão, mas antes buscam reconfigurar a cultura política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 26).

Os autores se atentam para as influências da Europa e da América do Norte nas culturas políticas da América Latina mediante os princípios de “racionalismo, universalismo e individualismo”, sem desmerecer a combinação com outros princípios “destinados a garantir a exclusão social e política” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 27). Ao analisarem as transformações do Estado através de “novos mecanismos de representação política e as reformas econômicas necessárias à modernização”, sugerem que a implantação de diversos regimes militares na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, como “reação às tentativas de radicalizar as alianças populistas ou de explorar alternativas socialistas democráticas”, modificou ainda mais as relações políticas que envolviam a sociedade civil e o Estado. “O autoritarismo exacerbado transformou a exclusão política em eliminação política, por meio da repressão estatal e da violência sistemática” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 28).

Nesse contexto, setores da Igreja Católica se articularam e promoveram novas formas de fazer religião e política. Entre 1961 e 1965, durante os papados de João XXIII e Paulo VI, a Igreja Católica realizou o Concílio Vaticano II que discutiu as ações

católicas na sociedade contemporânea, promovendo a “saudável renovação” da fé e dos costumes do povo cristão adaptadas às sociedades da época.

As diversas interpretações das diretrizes declaradas nas conclusões do Vaticano II, devido ao seu caráter global e generalizante, provocaram ações diversas. Na América Latina, em 1968, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que aconteceu em Medellín, Colômbia, traduziu as novas concepções católicas e propôs a evangelização com a “opção preferencial pelos pobres” e o incentivo à promoção e ao desenvolvimento humano dos povos latino-americanos.

O resultado desta opção foi a estruturação de uma Igreja engajada, reconhecida pelos trabalhos que desenvolve no campo das lutas sociais, constituindo-se num pólo articulador e mobilizador da sociedade na luta pela recuperação dos espaços organizativos das classes populares – sindicatos, movimentos populares e urbanos, etc. (SOARES, 2001, p. 20).

No Brasil, a aplicação das novas diretrizes católicas favoreceu o surgimento e desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que representou a “encarnação de um novo modo de ser Igreja”, fazendo a “opção preferencial pelos pobres”, centralizando “a espiritualidade e discussão” no direito das camadas populares, organizando-os e incentivando-os na “luta pelos seus direitos” (SOARES, 2001, p. 37).

As CEBs eram tidas como novos sujeitos populares, capazes “de reverter a situação de pobreza” e apontar “para uma nova sociedade mais justa e fraterna”. “Vislumbravam maior participação dos leigos e um processo mais participativo na tomada de decisões”, os considerando “parte ativa na construção do Reino de Deus” (SOARES, 2001, p. 39).

As orientações do Vaticano II e de Medellín, com base na justiça social, participação popular e direitos humanos, entraram em conflito com o regime autoritário vigente no Brasil, principalmente pelo intenso envolvimento da Igreja Católica nas lutas sociais e pela redemocratização, através de “pequenos espaços”, proporcionado pelas CEBs e outras ações pastorais, que buscavam recompor “a voz de setores da sociedade civil” (SOARES, 2001, p. 53).

No entanto, cabe salientar que outros organismos contribuíram, de forma dialética, nas construções das ações católicas com as bases. Desde a década de 1930, no Brasil, a Ação Católica, através das organizações das juventudes estudantis, universitárias

e operárias, fazia um intenso trabalho com as bases. Associados aos direcionamentos vindos da hierarquia da Igreja, Concílio Vaticano II, Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a experiências pastorais, de Nísia Floresta (RN) e Barra do Piraí (RJ), por exemplo, a prática desses grupos, através do método ver-julgar-agir, contribuiu para a construção de comunidades de base engajando leigos e sacerdotes nas ações pastorais.

A redescoberta do coletivo e a prática solidária cotidiana denunciaram as desigualdades e injustiças sociais, motivando homens e mulheres comuns, das cidades e dos campos, a lutarem por melhores condições de vida através de ações empreendidas e mediadas por leigos e religiosos católicos comprometidos com a mudança social e a ativa participação política desses sujeitos.

Eles foram evidentemente estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II, que, ao falar da Igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de ser meros “fregueses” ou presentes passivos. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. Os grupos cristãos que assim agiram encontraram-se com profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo. Eles voltavam a apontar um caminho pelo qual a Igreja poderia recuperar a influência perdida (SADER, 1988, p.151).

A partir de grupos ligados à Igreja Católica “influenciada por reflexões endógenas de profundidade histórica, social, econômica, política e cultural, produzidas por intelectuais latino-americanos” (OLIVEIRA, 2006, p. 52), construiu-se uma teoria, originalmente da América Latina, denominada Teologia da Libertação. Nesse contexto, diversas organizações sociais contribuíram para aproximar setores da Igreja Católica e camadas populares. Sader (1988), ao analisar as matrizes discursivas desses movimentos, afirma a oposição do ideal libertador católico à opressão praticada pelo Estado brasileiro, num claro embate entre culturas políticas.

Mainwaring (2004), ao trabalhar a experiência de diversos grupos para identificar as mudanças que ocorriam na Igreja Católica e no Brasil durante o século XX, se reportou ao envolvimento político da Igreja Católica durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), intensificado com o aumento da repressão a variados grupos de representação social, como partidos políticos, meios de comunicação e sindicatos. Tal

perspectiva é importante para se entender a dinâmica de grupos de ação pastoral num dado contexto, neste caso, bairros da cidade de Andradina.

Com o objetivo de mobilizar as classes populares a lutarem pela transformação social, estratégias de Educação Popular, baseadas nas ideias do educador Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base, foram adotadas em reuniões que agrupavam entre 30 e 200 pessoas, dependendo da capacidade de mobilização de diferentes cidades e bairros. O desenvolvimento desses grupos de base possibilitou uma atuação mais intensa de grupos católicos no campo político.

O que vai caracterizar os movimentos populares são os apelos à participação comunitária e o fato de os mesmos terem como um dos seus principais atores, as organizações populares nos locais de moradia, estruturadas sob a forma de Associações de Moradores ou Sociedade de Amigos de Bairros (MEDEIROS, 2004, p. 4).

Os movimentos de bairros receberam suporte das CEBs – e no caso de Andradina, também do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) – que, associados a pretensões mais politizadas, motivou a formação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs).

O IAJES foi uma entidade ligada à Igreja Católica e às CEBs, que trabalhou com promoção humana e educação popular junto à população de Andradina. Inicialmente, prestou assistência às famílias carentes e, depois, atuou na formação política e no apoio aos movimentos populares da cidade. Suas atividades se concentraram na organização dos grupos de bairros e programas de educação popular baseados nas orientações do Vaticano II e Medellín.

Apesar de surgir na década de 1960, o IAJES teve seu auge nos anos de 1980, período em que contou com subsídios de agências católicas de cooperação internacionais, o que permitiu montar infraestrutura material para atuação nas regiões oeste do estado de São Paulo, com ênfase no Alto Paraná, compreendendo do lado paulista a cidade de Andradina e, no estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Três Lagoas.

O IAJES reuniu diversos moradores de bairros nas ações pastorais e sociais. Em geral, foram orientados por padres, leigos com formação pastoral e assistentes sociais, que também foram integrantes da equipe técnica do Instituto. Os moradores foram ocupando nos grupos (IAJES, CEBs e SABs) as posições de lideranças de bairro através de votações realizadas em reuniões. Além disso, muitos se tornaram animadores de CEBs,

que se destacavam nas ações pastorais como responsáveis pela organização dos encontros nas casas dos moradores propondo as discussões nos círculos bíblicos. Inúmeras mulheres passaram a militar como visitadoras, em geral ligadas ao IAJES e as SABs, tendo como missão aproximar o Instituto das demandas dos moradores de bairros através do levantamento de informações, instruções e assistências aos moradores em constantes visitas às casas. Diante dessas articulações, muitos integrantes das SABs foram moradores de bairros que se mobilizaram em torno de reivindicações e projetos desenvolvidos pelo IAJES. Esses foram alguns dos sujeitos que expressavam as condições sociais e políticas da vivência cotidiana dos bairros.

Nos anos de 1990, o IAJES foi obrigado a limitar suas ações diante da falta de investimentos das agências de cooperação internacionais. Isso aconteceu num contexto de abertura política no Brasil e de “crise dos movimentos populares da chamada Nova Esquerda” na década de 1990 (OLIVEIRA, 2006, p.44), quando muitos movimentos sociais perderam força. O advento do papa João Paulo II e o surgimento da Renovação Carismática Católica contribuíram para fragilizar a Igreja popular, as Comunidades Eclesiais de Base e outros grupos ligados ao Instituto, além do próprio IAJES, por pregarem uma luta espiritual em detrimento da luta social proposta pela Teologia da Libertação.

Nesse contexto de mudanças, nos anos de 1995 e 1996, o IAJES encerrou suas atividades. No ano de 2006, após a determinação do confisco dos bens materiais do Instituto para saldar dívidas financeiras pela Justiça, os militantes encaminharam um conjunto de documentações para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas/MS.

O Instituto possuía o Serviço de Documentação¹, que reunia uma variedade expressiva de documentos manuscritos, livros editados, documentos datilografados, digitados, impressos, mimeografados, jornais, revistas, correspondências, fotografias, slides, filmes e fitas de áudio, utilizados para assessoria e formação de agentes de pastorais. Neles, diversos temas de pesquisas poderiam ser levantados para se compreender a dimensão de atuação da instituição e dos movimentos sociais que apoiou.

¹ Oliveira (2006) apontou que, para assessorar os diversos grupos da região atendidos pelo IAJES, havia um Setor de Documentação, responsável por produzir materiais específicos para a educação popular e por organizar o arquivo pertencente aos movimentos sociais e populares de Andradina e região. No boletim “A Voz do Povo”, produzido pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), n°23, página 8, encontramos a denominação de Serviço de Documentação, com endereço em Andradina, que recebia assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, do Rio de Janeiro.

Toda a documentação está alocada no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, na UFMS, em Três Lagoas/MS.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os cadernos de anotações das reuniões, uma espécie de ata informal, nos quais se encontram os registros das discussões e atividades realizadas pelos grupos de bairros, CEBs e SABs, e as contribuições do IAJES. Assim, busca-se compreender a organização cotidiana dos sujeitos, evidenciando as práticas e as reflexões sobre as condições sociais dos moradores dos bairros de Andradina, atentando para a recepção dos direcionamentos conciliares do Vaticano II. Essas fontes foram encontradas durante a organização do acervo documental que pertenceu ao IAJES e hoje está organizado e disponibilizado para pesquisa contendo uma riqueza diversa em conteúdo e tipos de fontes, próprios para o entendimento dos movimentos sociais na região Noroeste do estado de São Paulo e parte do Mato Grosso do Sul.

Utiliza-se, também, o relato do padre José Vanin Martins, que atuou na fundação da paróquia Jesus Bom Pastor e, junto aos moradores, iniciou os trabalhos de promoção no Centro Comunitário do bairro Pereira Jordão, onde através das ações desses sujeitos nasceu o IAJES. As reflexões sobre os ideais católicos adotados pelos moradores dos bairros e pelas paróquias da cidade serão realizadas a partir dos documentos *Humanae Salutis, Populorum Progressio*, as Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, o Projeto de Construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor e o Plano Pastoral de Conjunto. Esses documentos possibilitaram estabelecer a relação entre o cotidiano de mobilização dos sujeitos e as diretrizes e concepções religiosas católicas.

Outra fonte utilizada para a construção das experiências do Orçamento Popular (1984-1988) e das Mulheres na Constituinte (1986-1988) foi o impresso *A Voz do Povo*, boletim informativo dos movimentos populares produzido pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), compreendendo os anos de 1984 até 1988.

No primeiro capítulo propõe-se analisar as concepções religiosas fundamentadas pela Igreja Católica e suas relações com a formação da paróquia Jesus Bom Pastor e, a partir disso, a criação do IAJES. Foi possível identificar como se deu a construção de um projeto político com base nos direcionamentos conciliares que fundamentaram as ações dos sujeitos nos bairros de Andradina. Essa relação se estabeleceu através da análise dos documentos oficiais da Igreja Católica, do relato de José Vanin Martins e do projeto de ampliação do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor,

que proporcionaram elementos para se compreender as orientações das ações pastorais que foram desenvolvidas em Andradina, entre as décadas de 1970 e 1990.

No segundo capítulo, buscou-se entender as ações nos bairros de Andradina, partindo de 1976 até 1984, demonstrando a trajetória das CEBs, IAJES e SABs para entender um pouco do cotidiano dos grupos e a construção das relações entre os moradores de bairros de Andradina e o poder público municipal. O desenvolvimento pastoral desses grupos possibilitou o fortalecimento das relações políticas das SABs e o crescimento das ações das mulheres em Andradina. As contradições, planejamentos, avaliações e replanejamentos contínuos desses sujeitos demonstram o cotidiano de lutas dos moradores de bairros e suas pretensões de participação política e de transformação da realidade em que viviam.

No terceiro capítulo, cuidou-se de ações que pudessem expressar os ideais católicos colocados em prática pelos moradores. A primeira análise tratou de conhecer a elaboração e a entrega do Orçamento Participativo de Andradina, tendo as SABs um papel de articulação dos moradores para produzir documentos que visavam projetar a participação popular na administração da verba pública, propondo a descentralização das obras e o atendimento das necessidades dos bairros de periferia da cidade. A outra análise focou as ações do Movimento de Mulheres que, através de articulações em rede com outros movimentos em níveis regional e nacional, buscou participar do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Ambos os projetos retratam o ideal de participação ativa e criativa dos moradores de Andradina no campo político e apontam para a prática de ideais democráticos propostos pelos documentos eclesiais, desenvolvidos no cotidiano de homens e mulheres, moradores de bairros andradinenses, que, através de suas ações, buscaram o fazer de sua própria história.

CAPÍTULO I

1. O CONCÍLIO VATICANO II E AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA

No dia 25 de dezembro de 1961, o pontífice João XXIII, por meio do documento *Humanae Salutis*, convocou primazes, cardeais, arcebispos, bispos e “todos² os que têm direito e dever de intervir”, a participarem do Concílio Ecumênico Vaticano II, o vigésimo primeiro de sua história, “o mais importante acontecimento no campo cristão durante o século XX” (BEOZZO, 2001, p. 22). Preocupado com os rumos da humanidade e a perda de influência da Igreja Católica junto aos seus fiéis, afirmou no documento as prováveis causas da convocação. Segundo ele, “a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral”, crescendo o impulso para “a procura quase exclusiva dos gozos terrenos”, além da “existência do ateísmo militante”³.

No mesmo documento, o papa ainda se referiu às “guerras sangrentas que seguiram em nossos tempos, as ruínas espirituais causadas por tantas ideologias e os frutos de experiências amargas”, referindo-se às duas grandes guerras e às ideologias fascistas vindas da Itália e da Alemanha, às socialistas produzidas pela crescente influência da União Soviética (URSS), além do capitalismo liberal liderado pelos Estados Unidos e todas as experiências que se seguiram a partir disto.

Diante das transformações ocorridas no mundo, era hora da comunidade cristã se mostrar “transformada e renovada”, “socialmente fortalecida na unidade, intelectualmente revigorada, internamente purificada”. Por isso, o papa sentia a urgência em conclamar os membros da Igreja Católica para “contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna” e em favor do “progresso cristão”, demonstrando preocupação com a “contínua ameaça de novos e assustadores conflitos”. No dia 11 de outubro de 1962 aconteceu a abertura do Concílio Vaticano II, com a participação de dois mil bispos. A alta hierarquia católica reuniu-se sob a ideia de suscitar

² Perceberemos no decorrer das análises que serão utilizados termos genéricos, “todos”, “povos”, “homem”, comuns nos discursos religiosos, buscando abranger o máximo de pessoas.

³ Os trechos destacados fazem parte da Constituição Apostólica HUMANAE SALUTIS do Sumo Pontífice João XXIII para a Convocação do Concílio Vaticano II, lançada no dia 25/12/1961, disponível no site oficial do Vaticano, pelo endereço: www.vatican.va, acessado ao dia 02/06/2016.

pensamentos e propósitos de paz, além de legitimar e contribuir com as renovações que viam se desenvolvendo anos antes do Vaticano II.

Em 1963, após a morte do papa João XXIII, assumiu o pontificado o papa Paulo VI, que deu continuidade aos trabalhos do concílio encerrado em dezembro de 1965, obtendo como resultado a produção de 16 documentos: quatro Constituições – que faziam a exposição das verdades de fé e dos elementos essenciais da Igreja -, três Declarações – que demonstravam as visões sobre questões importantes para a sociedade – e nove Decretos – que apresentavam as normas disciplinares e pastorais ⁴.

Para dar início a esta dissertação, propõe-se a análise das reflexões contidas na carta encíclica *Populorum Progressio*, produzida pelo papa Paulo VI, que resumiu as novas ideias de mundo produzidas a partir dos membros da Igreja Católica durante o concílio.

1.1 A Igreja Católica sob um novo olhar

A encíclica *Populorum Progressio*, publicada em 1967, propôs o desenvolvimento, a promoção e o progresso dos povos mais pobres, favorecendo a justiça social, ou, como apontado no documento, “uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade” ⁵.

Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais [...] um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano ⁶.

O acesso aos direitos básicos, a posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, aquisição da cultura e a expansão dos conhecimentos eram consideradas condições mais humanas para o desenvolvimento dos cidadãos, devendo ser feitas para

⁴Os trechos destacados fazem parte da Constituição Apostólica *HUMANAE SALUTIS* do Sumo Pontífice João XXIII para a Convocação do Concílio Vaticano II, lançada no dia 25/12/1961, disponível no site oficial do Vaticano, pelo endereço: www.vatican.va, acessado ao dia 02/06/2016.

⁵*Populorum Progressio*, 1967, p.3.

⁶*Populorum Progressio*, 1967, p.3.

proporcionar a “promoção humana dos povos”. A encíclica afirmou que o desenvolvimento pretendido não se limitava apenas ao âmbito econômico, mas de forma integral, ambicionava promover “todos os homens e o homem todo”, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais ⁷.

Em muitos momentos, o documento evidenciou a contrariedade aos ideais marxistas⁸, mesmo sem menções diretas. Expressões como “reações populares violentas”, “agitações revolucionárias”, “ideologias totalitárias”, “insurreições revolucionárias”, “filosofia materialista e ateia” demonstraram as posições da Igreja Católica em meio à conjuntura mundial da bipolarização. O caráter violento e ateu do marxismo foi constantemente criticado nos documentos, sendo relacionado ao socialismo soviético.

O liberalismo também não foi poupado de críticas, aparecendo na encíclica como “imperialismo internacional do dinheiro”, que segundo o papa Paulo VI, tratava-se de “um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes” ⁹.

Utilizando como argumento as reflexões do Concílio Vaticano II sobre a temática, o papa afirmou que:

O recente Concílio lembrou-o: "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade". Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão lhe subordinados¹⁰.

Se a terra foi dada a todos, a propriedade privada não poderia ser um direito incondicional e absoluto, já que este direito não deveria existir em detrimento do bem comum. Além disso, propunha-se o combate à avareza, ao desejo de ter mais em contraposição à vontade de ser mais.

⁷*Populorum Progressio*, 1967, p. 4.

⁸ A Igreja Católica demonstrava preocupação com o crescimento do “ateísmo marxista” e a sua crescente influência no mundo, sobretudo nos países em que a injustiça social e a pobreza contribuiriam para que, a exemplo da experiência cubana, em 1959, pudessem aderir ao socialismo, colocando em risco a soberania religiosa nesses países. No entanto, o desenvolvimento das ações pastorais latino-americanas, principalmente após a elaboração da Teologia da Libertação e a prática das CEBs, aproximará as duas matrizes discursivas, ocasionando a identificação de alguns dos padres progressistas com a alcunha de “padres comunistas” e calorosos debates entre conservadores e progressistas católicos.

⁹*Populorum Progressio*, 1967, p. 10.

¹⁰*Populorum Progressio*, 1967, p. 9.

O livre comércio era entendido como algo que tendia a beneficiar os países desenvolvidos, visto que se encontrava em níveis de igualdade tecnológica e econômica, o que gerava um sentimento de justiça entre os países mais ricos. Porém, nos países em desenvolvimento a variação dos preços dos produtos agrícolas e matérias primas eram desiguais. Quando comparados aos produtos industrializados, o valor agregado era muito maior nos segundos que nos primeiros ¹¹.

Ao criticar o liberalismo, o papa Paulo VI fez questão de não relacionar a industrialização com os males da injustiça e desigualdade social, ressaltando os benefícios do progresso industrial e da organização do trabalho para a “obra do desenvolvimento”. Segundo o pontífice, a importância do trabalho se traduzia para além da garantia do sustento dos sujeitos, desenvolvendo “a consciência profissional, o sentido do dever e a caridade ao próximo” ¹², permanecendo inteligentes e livres.

Muito dessas informações não foram explicadas, sendo pouco desenvolvidas no decorrer do documento. No entanto, é possível compreender a proposta de uma junção do trabalho – seja na indústria, seja nos campos –, às tecnologias e às riquezas a serviço dos homens. Isto deveria partir de uma ideia de solidariedade universal entre os povos sob a gerência da Igreja Católica.

Outro fator importante no desenvolvimento e na promoção humana defendido no documento foi a alfabetização. Uma educação de base para dar capacidade de ler e escrever, formação profissional e integração social, poderia impulsionar o desenvolvimento dos homens.

Por fim, o documento trouxe a proposta de um “humanismo total” para garantir acesso às condições dignas de vida dos sujeitos, o que seria possível a partir de um “desenvolvimento solidário da humanidade” ¹³. Tal concepção humanista tomava como base a “verdadeira comunhão entre as nações”, que possibilitasse a irmãos e irmãs uma “fraternidade dos povos” ¹⁴, dos deveres de solidariedade, de justiça social e de caridade universal, para a “construção de um mundo mais humano” ¹⁵.

¹¹ No capitalismo, os recursos empregados e os modos de produção envolvidos definem o valor agregado aos produtos. Quanto menor o investimento, menor o valor agregado. Assim, os produtos industrializados são mais valorizados que as matérias-primas. É por esse motivo que o livre-comércio privilegia os países desenvolvidos e prejudica os países em desenvolvimento.

¹²*Populorum Progressio*, 1967, p. 11.

¹³*Populorum Progressio*, 1967, p. 16.

¹⁴*Populorum Progressio*, 1967, p. 17.

¹⁵*Populorum Progressio*, 1967, p. 21.

O documento demonstrou uma preocupação por parte da cúpula da Igreja Católica com as questões sociais de sua época e com a gradual perda de influência no mundo.

É preciso registrar a diversidade que vai emergindo nas Igrejas da Ásia, África e América Latina, conquistando, cada uma delas, seu rosto próprio. Estas Igrejas estão em comunhão com Roma, mas trilhando o caminho de uma crescente enculturação linguística, litúrgica, pastoral e teológica. Nota-se, nelas, uma progressiva diversidade que, sociológica e historicamente, não permite mais caracterizá-las como igrejas “latinas” ou “romanas” (BEOZZO, 2001, p. 27).

Associadas às medidas tomadas no Concílio Vaticano II, descritas na encíclica *Populorum Progressio*, outras mudanças foram empregadas: missas deixavam de ser rezadas em latim e passavam a ser rezadas nos idiomas de cada país, com o celebrante, seja padre, ministro ou mesmo o diácono, de frente para os fiéis; maior participação dos leigos nas missas, homens e mulheres; o ecumenismo¹⁶ e a maior liberdade de interpretação da Bíblia. Essas preocupações e parte das orientações foram implantadas pelo mundo, com leituras e reflexões associadas a contextos locais.

Para Mainwaring (2004),

A partir do papado de João XXIII (1958-1963), o catolicismo esforçou-se para se tornar mais relevante no mundo moderno. No entanto, continuou a manter muitos costumes, crenças e práticas tradicionais. Emergiram novas propostas, dentro da Igreja, mas as ideias antigas têm relevado uma marcante resistência que conduz a uma curiosa mistura do tradicional com o novo, do radical, do liberal, do conservador e do reacionário. (MAINWARING, 2004, p.10).

Com base no que sugere o autor, embora predominasse uma estrutura conservadora, muitas transformações que ocorreram se associaram a “diferentes concepções dos objetivos institucionais, ou seja, diferentes modelos de Igreja” (MAINWARING, 2004, p. 18). Nesse sentido, estudar a história do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), entidade ligada à Igreja Católica com base nas diretrizes das interpretações latino-americanas do Concílio Vaticano II, exige perceber

¹⁶ O ecumenismo tratado nos documentos conciliares traz um ideal de união dos povos, para além da união do mundo cristão, além de propor uma aproximação das demais religiões. A recepção desses ideais, colocados em prática pelos movimentos pastorais, aproximou muitas denominações religiosas em prol do desenvolvimento integral da humanidade.

peculiaridades do documento que foram colocadas em prática no município de Andradina. Esta diversidade de apropriações das orientações gerou “novas formas de ser e fazer Igreja”¹⁷, entre o “tradicional” e o “novo”, dando origem a uma diversidade de ações e reflexões, como a Teologia da Libertação¹⁸ na América Latina.

Para compreender um pouco mais sobre as apropriações latino-americanas das orientações do Concílio Vaticano II, torna-se importante analisar o documento final da Conferência de Medellín, que reuniu na Colômbia parte da hierarquia da Igreja Católica da América Latina através do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Sader (1988) apontou a importância dessas reflexões para as transformações eclesiais da América Latina. Para ele:

A Declaração de Medellín é denominada por um chamamento à “presença mais intensa e renovada da Igreja na atual formação da América Latina”. Reconhecendo o momento como “decisivo”, aponta para a necessidade de conhecer o homem latino-americano, para poder agir “com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus” (SADER, 1988, p.152).

A renovação da Igreja Católica num contexto de transformações nos países latino-americanos vinculou-se a ações que buscaram adequar as diretrizes do Concílio Vaticano II às realidades locais específicas, levando em consideração condições política, econômica e cultural de inúmeros países da América Latina.

1.2 A Conferência de Medellín: interpretações e apropriações do Concílio Vaticano II

As Igrejas Católicas latino-americanas, com o fim do Concílio Vaticano II, buscaram estratégias para apropriar e praticar as novas diretrizes. Assim, entre os meses de agosto e setembro de 1968, ocorreu em Medellín, Colômbia, a “II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano”. Cerca de 250 participantes, entre bispos, delegados e

¹⁷ Esses dizeres aparecem constantemente nas fontes do IAJES tornando-se, posteriormente, com a chegada de João Carlos Oliveri a Andradina, reflexões e projeto deste padre.

¹⁸ A Teologia da Libertação será pensada através das reflexões internas da Igreja Católica da América Latina e das ações dos muitos organismos atuantes nos países latino americanos entre as décadas de 1950 e 1960, como apontou Mainwaring (2004) em seus estudos.

observadores, sob o comando do CELAM, debateram a “Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”.

No documento “Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano”, produzido no ano de 1968, encontra-se reflexões sobre o Concílio Vaticano II a partir das realidades de países da América Latina. Assim, “o grande valor de Medellín refere-se ao fato de ter reconhecido a situação de miséria e os desequilíbrios estruturais do continente, e procurado, à luz do Concílio, encontrar caminhos de libertação e uma forma de presença mais ativa da Igreja no contexto latino-americano” (TEIXEIRA, 1988, p. 291).

Aqui, é pertinente um levantamento das principais ideias do documento para que, posteriormente, seja possível compreender como essas diretrizes tiveram influências sobre as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica em Andradina.

Assim, como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós: novo povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se diz o “verdadeiro desenvolvimento, que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provenham dos abusos da posse do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é a fonte e o fim. Mais humanas, finalmente, e em especial, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade dos homens e a unidade na caridade de Cristo, que nos chama a todos a participar como filhas na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens”¹⁹.

Como se vê, o documento propôs mudanças e críticas localizadas. Assim como na *Populorum Progressio*, as críticas aos sistemas político e econômico, seja capitalista ou socialista, também presente nas Conclusões de Medellín, foram direcionadas ao autoritarismo dos governos militares, a pobreza, a desigualdade social e

¹⁹Trecho retirado do documento **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. Medellín, Colômbia, 1968, p. 3. É um texto facilmente encontrado na internet, e as numerações das páginas serão dadas de acordo com a sua numeração no arquivo PDF.

a violência nos países latino-americanos. Propunham-se renovações eclesiais, orientações políticas e econômicas para a “promoção humana” e o “desenvolvimento dos povos”. “Não teremos um continente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas, sobretudo, não haverá continente novo sem homens novos”²⁰. O conceito de “novo homem” está orientado pelo Evangelho e para a aplicação dos ensinamentos litúrgicos sob a alcunha de “Povo de Deus”, sem dissociar a religião de diferentes campos de organização da sociedade.

Pode-se notar a defesa do preceito de que todas as coisas foram criadas por Deus para que todas as pessoas e todos os povos pudessem desfrutar, cabendo ao homem²¹, solidariamente, a missão de transformar e aperfeiçoar o mundo, realizando-a com justiça e elevando a dignidade da pessoa humana, universalizando a utilização dos bens.

Em um contexto de expansão de governos militares baseados em políticas de segurança nacional, identifica-se no texto a aversão à violência e o incentivo à participação ativa, consciente e frutificante da população no planejamento e na execução dos planos de desenvolvimento dos governos, nas esferas política, litúrgica e comunitária, além da preocupação com a liberdade das “estruturas intermediárias”, como partidos políticos, sindicatos ou, como se verá à frente, a própria Igreja Católica.

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem a trama vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos²².

²⁰ **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. Medellín, Colômbia, 1968, p. 4.

²¹ Em todos os documentos analisados, produzidos por homens ligados à Igreja Católica, utiliza-se o termo “homem”, acredita-se que seja uma tentativa de generalizar a fala presente nesses documentos. No entanto, talvez pudesse ser feita uma análise voltada para essa questão em um outro texto.

²² **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. Medellín, Colômbia, 1968, p. 5.

O incentivo à “ativa participação de todos” e à busca pelo direito de se fazerem representar, seja na política ou na economia, exemplifica-se na responsabilidade dada aos sindicatos, organizações e associações rurais e operárias. Essas entidades e organizações sociais deveriam “ter uma força de solidariedade e responsabilidade capaz de fazer valer o direito de sua representação e participação nos meios de produção e no comércio nacional, continental e internacional”²³.

No mundo rural, o “amplo setor camponês”, representado pelas populações pobres das áreas rurais e indígenas da América Latina, ao que se propõe uma atenção imediata, por vezes, encontrava nas instituições pastorais católicas o acolhimento de suas causas, as forças e os incentivos para reivindicar seus direitos e mudanças que pudessem dignificar e humanizar seus trabalhos. A ação da Igreja denunciava as atrocidades e, em muitos casos, sofreu junto aos trabalhadores rurais a violência praticada por fazendeiros e capangas. É no desenvolver dessas relações dialéticas entre as pastorais católicas e o “setor camponês” que a Igreja Católica se fazia presente na vida dessas pessoas e buscava empreender formas que favorecessem o desenvolvimento de políticas que garantissem a posse da terra aos trabalhadores rurais.

Nas áreas urbanas, a perda de autonomia das “estruturas intermediárias” em governos autoritários de países latino-americanos, que minavam a liberdade política e a representatividade social de vários países, apontava, segundo as Conclusões de Medellín, para a necessidade de uma reforma política que garantisse políticas públicas em benefício dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como, da sociedade sob uma perspectiva integral. A crítica que se fazia à política era que seu emprego, na maioria dos países, não estava voltado para “o bem comum” e, em geral, favorecia pequenos grupos privilegiados. Surge, portanto, “a invocação da noção de bem comum”, ao qual “se realiza segundo as condições históricas objetivas e não segundo ideais abstratos”, considerando o “exercício da dignidade humana que se constrói a ideia de bem comum” (TEIXEIRA, 1988, p. 247).

No documento, a missão das autoridades políticas seria a de “proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou o estabelecimento de novas formas de participação do povo se isso se tornar necessário”²⁴. No Brasil, as ações governamentais estavam voltadas para a repressão dos

²³Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, Colômbia, 1968, p. 6.

²⁴Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, Colômbia, 1968, p. 7.

opositores através da redução de direitos políticos e a desestabilização de grupos de representação dos trabalhadores, sob uma ótica de desenvolvimento econômico que aumentou a desigualdade social. Isso evidenciou, em muitos casos, a Igreja Católica como uma “estrutura intermediária” com capacidade de se opor ao regime, seja diretamente, através do envolvimento de padres e bispos na luta contra a repressão, seja na realização de atividades que incentivassem a educação de base, a organização e participação popular.

As diretrizes do Concílio Vaticano II e as interpretações de Medellín colaboraram para uma reflexão interna da Igreja Católica quanto às suas ações²⁵. Isto se canalizou para a realização de atividades que motivasse a vida em comunidade de forma participativa e autônoma na construção de uma consciência política em que os sujeitos tivessem condições de analisar e modificar suas realidades.

A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade²⁶.

Tinha-se a convicção de que seria indispensável a formação da consciência social, dos hábitos comunitários, da percepção da realidade através da identificação dos problemas nas comunidades e nas estruturas sociais pelas pessoas assistidas por organizações católicas. Foi a partir de comissões ou pastorais sociais que a Igreja, “Povo de Deus”, passou a prestar auxílio aos mais necessitados, atuando operativamente no processo de desenvolvimento da América Latina, se aproximando dos pobres e oprimidos.

Por mais que a Igreja Católica se colocou como incentivadora de ações para evitar o rótulo de ação política, o discurso presente nos documentos trouxe um projeto político contrário aos governos autoritários latino-americanos. Apesar das críticas ao capitalismo liberal e à “tentação marxista”, propunha um desenvolvimento consciente, humanizado e integral. Chamava a atenção à “crescente tomada de consciência” dos

²⁵As reflexões da Igreja Católica da América Latina, durante a II Conferência Episcopal da América Latina, pareciam que ainda estavam sendo digeridas pelos líderes da Igreja. Somente no ano de 1979, na III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Puebla, México, que as reflexões latino americanas sobre as diretrizes do Concílio Vaticano II estariam mais adaptadas à realidade dos povos do continente. No entanto, é a partir de 1968, em Medellín, que as ações começam a se desenvolver nas bases.

²⁶**Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968, p. 8.

setores oprimidos que, vivendo em situação de injustiça e desigualdade social, poderiam ser seduzidos pelas “rebeliões nascidas do desespero”, ainda que a repressão aos movimentos sociais fosse justificada pelo anticomunismo e a manutenção da ordem ²⁷.

No documento, a posição católica frente às questões religiosas, políticas e sociais da América Latina se cristalizou pela busca de alternativas, assim como fez o Concílio Vaticano II, para alcançar a fraternidade e a solidariedade entre os povos latino-americanos. “Havia um anseio generalizado entre os militantes de encontrar soluções cristãs para o problema do desenvolvimento; de encontrar pistas para uma linha de ação total no combate à injustiça” (TEIXEIRA, 1988, p. 80). A proposta de “humanização do capital” sugeria uma modificação radical da valorização, das atitudes e das medidas relativas à finalidade, organização e funcionamento das estruturas econômicas e políticas, o que desencadearia o “verdadeiro processo de desenvolvimento e integração latino-americanos”²⁸, em prol do bem comum.

Sabe que as mudanças bruscas e violentas das estruturas seriam falhas, ineficazes em si próprias, e certamente em desacordo com a dignidade do povo, a qual exige que as transformações necessárias se realizem de dentro, isto é, mediante uma conveniente tomada de consciência, uma adequada preparação e efetiva participação de todos²⁹.

As mudanças propostas deveriam ser realizadas junto às classes populares menos favorecidas com ativa participação de toda a sociedade no combate às diversas formas de marginalização. Deste modo, a família apareceu como ponto de partida da mudança. Nas diretrizes de Medellín, havia a preocupação em fortalecer os laços familiares, as famílias e as condições para se manter, moral e material, a vida familiar. A família foi entendida como “a primeira escola das virtudes sociais”, “formadora de pessoas” e de personalidades integrais, “educadora na fé, promotora do desenvolvimento”, “a escola do mais rico humanismo”, “a primeira experiência de uma sã sociedade humana” ³⁰.

²⁷ **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968, p. 6.

²⁸ **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968, p. 6.

²⁹ **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968, p. 13.

³⁰ **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968, p. 18.

A “real fraternidade entre os homens”, a promoção humana e o desenvolvimento integral dos povos³¹ seriam construídos através de ações solidárias, investimento em educação, apoio a participação ativa e representatividade – em todos os âmbitos – dos povos em seus governos, transformação das relações de trabalho com dignidade e humanismo, fortalecimento da família e da unidade comunitária.

As concepções do Concílio Vaticano II, devido a sua abrangência, produziram diferentes formas de adequações. Em alguns países, manteve-se o tradicionalismo e o conservadorismo da Igreja Católica. Em outros, ganhou força a concepção de “Igreja Popular”, com caráter progressista, como foi no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. Em meio à defesa da educação de base desenvolvida a partir das “comissões de ação ou pastoral social” e os grupos de estudos bíblicos, no ano de 1969, o IAJES surgiu em Andradina com a finalidade de criar condições para a promoção e o desenvolvimento humano dos moradores dos bairros através de cursos de educação popular e de ações que incentivaram a participação dos moradores no desenvolvimento social, político e econômico da cidade.

1.3 As diretrizes conciliares do Vaticano II no Brasil: o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC/1965)

Ciente dos problemas enfrentados pelos países latino-americanos, repassados pelo CELAM, o papa João XXIII pediu urgência a um planejamento pastoral que pudesse enfrentar as difíceis condições que viviam os países da América Latina. Beozzo aponta a preocupação do pontífice pelas semelhanças de condições que viviam esses países, “onde uma inquietação social colocara muitos deles na orla de uma revolução social”. O exemplo de Cuba demonstrava, aos olhos de João XXIII, “a vulnerabilidade política, social e religiosa do continente”³².

Mesmo antes do início do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica do Brasil, através das ações tomadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já se preparava para as transformações anunciadas pela convocação conciliar. Como uma

³¹Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, Colômbia, 1968, p. 13.

³²BEOZZO, José Oscar. **A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. 1968, p. 5. Este artigo está disponível na internet, no entanto, não contém data de publicação.

forma de se adequar para a recepção das novas diretrizes, a CNBB elaborou o Plano de Emergência (PE), em 1962, junto a muitos colaboradores e com base nos levantamentos feitos por instituições ligadas a entidade, que objetivaria preparar a Igreja para uma profunda renovação pastoral e litúrgica. Assim, o Plano de Emergência (PE), daria “início à renovação paroquial, ministerial, educacional e de presença da Igreja no campo socioeconômico”(TEIXEIRA, 1988, p. 115).

Sob esse viés, o trabalho pastoral brasileiro criou o PE, visando proporcionar “à Igreja novo dinamismo, novas estruturas, novas possibilidades de ação, e preparou terreno para uma ampla renovação na linha do Concílio Vaticano II”³³.

O Plano de Emergência não quis ser um plano global e acabado. Preferiu empreender a renovação de alguns setores da vida da Igreja, que pareciam vitais: a paróquia, o ministério sacerdotal, o sistema educacional católico, a ação da Igreja no campo socioeconômico; e a partir destes setores, um primeiro esforço de pastoral de conjunto em nível diocesano, regional e nacional³⁴.

O Plano de Emergência também serviu para o desenvolvimento do Plano Pastoral de Conjunto (PPC), em 1965, que visava dar continuidade aos trabalhos de renovação e aplicação pastoral das diretrizes conciliares. O PPC “pode ser considerado como um produto de dois acontecimentos que marcaram fundamentalmente a realidade eclesial brasileira: o Plano de Emergência e o Concílio Vaticano II” (TEIXEIRA, 1988, p. 121). Além disso, a falta de sacerdotes e a melhoria da eficiência das estruturas pastorais foram apontadas como os problemas mais urgentes a serem resolvidos para melhorar o serviço prestado às comunidades. Assim, o PPC foi planejado com o objetivo de fortalecer, dar eficiência e vitalidade à Igreja Católica do Brasil.

Os critérios de ação buscaram um planejamento que pudesse atuar em muitas frentes, contando com a atuação de toda comunidade. Dessa forma, o plano de pastoral deveria “estabelecer claramente as metas a que se dirige, fixar os critérios de escolha e prioridade entre as múltiplas necessidades apostólicas e levar em conta elementos disponíveis em pessoal e meios”³⁵.

O PPC atuaria a partir de seis linhas de trabalho, baseadas na promoção e na ação sugeridas pelo Vaticano II, como promover a mais plena unidade no seio da Igreja

³³CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 11.

³⁴CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 19.

³⁵CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 9.

Católica, empreender ações missionárias, catequética, litúrgica, ecumênica, o aprofundamento doutrinal, a reflexão teológica e a melhor inserção do povo de Deus na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus³⁶.

O PPC também previa o desenvolvimento de algumas “atividades especiais”, através de ações da CNBB que possibilitassem melhores condições para a realização dos trabalhos e garantissem o dinamismo com base em “pesquisas e levantamentos; reflexão e elaboração ideológico-pastoral; formação pessoal; assessorias aos secretariados regionais, às dioceses e a outros organismos da Igreja”³⁷. Orientava-se para o serviço pastoral missionário, objetivando realizar “mais rápida e plenamente possível, a imagem da Igreja do Vaticano II”, num “esforço coordenado e conjunto” de ação planejada e renovadora da comunidade católica do Brasil.

Dando continuidade ao PE, o Plano de Pastoral atuaria na perspectiva de renovação paroquial, sacerdotal e educacional e na vida comunitária da Igreja, adotando a mediação entre a sociedade e os preceitos divinos, à luz do Vaticano II. Ao especificar os objetivos, nota-se a sua relação com as linhas de trabalho para desenvolver diretrizes que pudessem orientar a ação pastoral com eficiência, em níveis nacional, regional, diocesano e paroquial. O planejamento deveria atender os objetivos assegurando a cooperação humana na realização das diretrizes conciliares e empreender levantamentos que pudessem esclarecer as necessidades e possibilidades das paróquias, dioceses e demais níveis de ação pastoral. Assim, deveriam ser criados meios e condições que tornassem possível a renovação da Igreja do Brasil à imagem do Concílio Vaticano II, em um prazo de cinco anos, entre janeiro de 1966 e dezembro de 1970.

O PPC agrupava as diretrizes fundamentais da ação pastoral para o desenvolvimento de estratégias de transformação da Igreja Católica no Brasil. Através de uma perspectiva missionária de circulação das novidades pastorais e litúrgicas, o plano teve como objetivo principal a reaproximação da Igreja com o povo, explicitando e aprofundando a fé, e agregando organicamente a sociedade na comunidade visível da Igreja³⁸. Por esse motivo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ganhariam destaque no serviço pastoral, já que promovia e aproximava as pessoas e a estrutura clerical,

³⁶CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 11.

³⁷CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 12.

³⁸ A comunidade visível da Igreja compreende a todos os participantes da fé católica, desde os sacerdotes até os leigos, abarcando, como de costume nos documentos da Igreja, toda a comunidade cristã.

desenvolvendo ações e inserindo a Igreja Católica no cotidiano dos brasileiros, principalmente nas periferias das cidades e nas áreas rurais.

Faz-se urgente uma descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidade de base (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os irmãos³⁹.

O Plano defendeu uma concepção de comunidade integrada, em que os membros da comunidade visível da Igreja ocupariam o protagonismo da ação pastoral, seja na paróquia ou na diocese, assumindo o papel específico de cada um, sua complementaridade e integração enquanto “povo de Deus”.

A Igreja, na qualidade de “sociedade visível, constituída e organizada”, estaria “a serviço da comunidade dos homens”, “assumindo seus valores e os ritmos de sua história”, adequando-se aos contextos em que iria atuar, objetivando, assim, “uma presença dinâmica da Igreja que respeite, acompanhe e fomenta um crescimento orgânico da sociedade”⁴⁰.

As atividades previstas no PPC foram divididas em dois grupos: atividades-fim e atividades-meio. Enquanto as primeiras promoveriam e organizariam a catequese paroquial, as outras cuidariam de formar catequistas. Cada atividade prevista nas linhas de trabalho passaria a constituir um projeto, que também seriam distinguidos em trabalhos-fim e trabalhos-meio. Agrupados, estes trabalhos seriam chamados de programa e, um conjunto de programas, formaria um plano.

Através do uso de expressões como “corpo” e “membros” no PPC, pode-se perceber a organização pretendida pela Igreja Católica de forma orgânica. A “cabeça” representava o papa, “representante de Cristo na terra”, a estrutura clerical e litúrgica. O “corpo” foi constituído pelos sacerdotes e leigos, “membros” que dariam dinamicidade e movimento a Igreja Católica com a protagonização e a interação do “povo de Deus”, para assim, promover a unidade visível no seio da Igreja Católica.

Unidade de Deus com os homens e dos homens entre si. Esse mistério desdobra-se na ideia de Povo de Deus, Corpo de Cristo. Desta forma

³⁹CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 29.

⁴⁰CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 32.

supera-se uma eclesiologia dos poderes, onde se identifica Igreja com hierarquia, para se chegar a uma eclesiologia mais orgânica, mais sacramental (Igreja como Sacramento Universal da Salvação), onde a Igreja é o Povo de Deus (TEIXEIRA, 1988, p. 229).

Sobre a linha de trabalho que envolve a ação missionária, o documento apontou para a necessidade de aprofundamento e o conhecimento mais preciso da realidade humana e a intensificação da reflexão teológica e pastoral para “uma formação e reflexão missionária”⁴¹ dos membros ativos da Igreja. De acordo com o PPC, seria importante conhecer a “história religiosa”, “categorias e expressões religiosas”, “níveis de motivação religiosa”, “situação social e a estrutura econômica, o nível cultural e a dinâmica da evolução em suas relações com a vida religiosa”, buscando “refletir e elaborar teológica e pastoralmente a mensagem a ser transmitida a cada comunidade e as grandes linhas de uma ação missionária”⁴². Poderia assim, “refletir à luz da teologia sobre os dados da realidade e elaborar as grandes linhas da renovação catequética”, partindo dos contextos vividos pelas comunidades visíveis da Igreja, associadas aos preceitos religiosos.

A ação litúrgica, ainda que apresentasse “mais palpavelmente os resultados da renovação”, aconteceria de forma fundamentada, através de assembleias litúrgicas, com participação dos membros da comunidade visível da Igreja. Dever-se-ia enfatizar a celebração da Palavra na ação litúrgica, desde os círculos bíblicos, que foram criados, até as celebrações eucarísticas, onde os textos bíblicos e os ritos sacramentais passavam a ser lidos e entendidos pelos fiéis, universalizando a compreensão e o acesso à liturgia católica, de forma pedagógica, esclarecida e democrática. “A liturgia” seria “lida a partir dos fatos vividos pela comunidade e, ao mesmo tempo”, projetaria “sua luz bíblica, teológica e espiritual sobre a caminhada da comunidade e do povo” de Deus (TEIXEIRA, 1988, p. 227).

Desde a convocação conciliar e a divulgação do Concílio Ecumênico Vaticano II já se anunciava a ideia de “cooperação de todos os cristãos no sentido de, juntos, inserirem-se melhor como fermento na construção de um mundo, segundo os desígnios de Deus”⁴³. Como proposta da sexta linha de trabalho, a Igreja, com seus membros, contribuiria para a elevação da dignidade humana, fortalecendo a estrutura da

⁴¹CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 46.

⁴²CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 47.

⁴³CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 58.

sociedade, com base na família e na vida comunitária, e infundindo-se nas atividades cotidianas das comunidades.

A Igreja respeita tudo o que há de justo, de bom, de verdadeiro nas instituições humanas. Não busca nenhuma dominação terrestre, por sua natureza mesma não está ligada a nenhuma cultura particular, a nenhum sistema político, econômico ou social determinado. Para vantagem de todos, ela deseja vivamente poder desenvolver-se sob qualquer regime que respeite os direitos fundamentais da pessoa e da família, as exigências do bem comum e a liberdade da sua missão⁴⁴.

Ao explicitar suas diretrizes, tanto nos documentos produzidos no Concílio Vaticano II, quanto nos documentos que partiram deles, o que se encontra são discursos amplos, que deixaram aberturas para diferentes interpretações. No caso da Igreja Católica do Brasil, o contexto de limitação dos direitos políticos, as desigualdades sociais e a intensa repressão aplicada pelo Estado produziram um efeito em que as ações pastorais adquiriram características políticas, mantendo o objetivo do desenvolvimento e da promoção humana, à luz do Evangelho.

A CNBB, através das diretrizes do PPC, propôs subsidiar toda ação pastoral. No entanto, as instituições católicas precisaram contar com o apoio teológico e, no caso de Andradina, com o financiamento de agências de cooperação internacionais que, associadas às promoções desenvolvidas pelos agentes pastorais, contribuíram para o desenvolvimento das ações.

Assim, pode-se compreender o PPC como “um planejamento pastoral” que propunha impulsionar “as forças apostólicas de uma diocese”, convocando-as para “uma participação mais efetiva na edificação da Igreja”, permitindo “a cada grupo ou instituição integrar-se no conjunto conforme sua vocação e carisma específicos”, definindo objetivos e metas comuns, dinamizando “a esperança pela possibilidade concreta a cada um de se realizar melhor como membro do povo de Deus”, intensificando e aprofundando a unidade e “os laços visíveis de caridade” em torno dos mesmos objetivos ⁴⁵.

Além disso, é preciso ressaltar que “as tendências do episcopado com relação ao PPC tomaram três direções distintas. Alguns setores opuseram, desde o início, fortes resistências e críticas”. Por outro lado, “em determinadas dioceses o Plano foi formalmente adotado, sendo que sua execução reforçava simplesmente o modelo

⁴⁴CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 60.

⁴⁵CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. 1966, p. 70.

tradicional”. Contudo, “em outras dioceses mais abertas, o PPC favoreceu o fortalecimento de experiências renovadoras ou estimulou o surgimento de novas experiências de base, contribuindo assim para a renovação da ação pastoral da Igreja” (TEIXEIRA, 1988, p. 126).

Nesse sentido, propõe-se adentrar na Diocese de Lins para se compreender a prática do PPC e do favorecimento ao surgimento de novas experiências pastorais, sabendo que foi através das mediações e orientações do bispo Dom Pedro Paulo Koop que as ações pastorais em Andradina foram possíveis. Foi com a autorização deste bispo que a Igreja de Andradina elaborou os planejamentos de ações sociais, através da educação de base, e promoveu encontros bíblicos nas comunidades andradinenses que possibilitaram o surgimento das CEBs na cidade.

1.4 A Diocese de Lins: participação e apropriações do Concílio Vaticano II

A Diocese de Lins foi criada através do desmembramento da Diocese de Botucatu, no ano de 1952. Teve como primeiro administrador diocesano o bispo Dom Henrique Gelain. Com a transferência deste bispo para o Rio Grande do Sul, em 1964, ocupou a vaga de bispo de Lins, Dom Pedro Paulo Koop.

Dom Pedro Paulo Koop, de naturalidade holandesa, veio para o Brasil no ano de 1932, onde atuou como vigário cooperador na cidade de Itajubá (MG) e cidades do interior do estado de São Paulo. Ao longo dos anos, voltou-se para a comunicação, como a publicação dos Anais de Nossa Senhora do Sagrado Coração, em 1937, além de prestar assistência aos Círculos Operários e a Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). Além disso, foi assistente do Serviço Social de Menores, entidade ligada à recuperação de menores infratores de São Paulo, e participou de ações voltadas para a classe operária, como passeatas reivindicatórias, a criação do restaurante à preços módicos e a inauguração da creche para famílias operárias, além de amplo trabalho de assistência social.

Após assumir o bispado linense, Dom Pedro Paulo participou do Concílio Vaticano II e, em Lins, foi um dos fomentadores e presidente do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), da Comunidade Educacional do Trabalho (CET) e do Instituto Teológico de Lins (ITEL). Além disso, contribuiu para a organização, na cidade

paulista de Araçatuba, do Instituto Noroestino de Trabalho, Educação e Cultura (INTEC)
46.

Durante sua participação no Concílio Vaticano II, Dom Pedro Paulo ganhou destaque devido à intervenção que pedia a ordenação de padres casados, para que cumprissem, sob os mandamentos do Evangelho, a “evangelização e o pastoreio das comunidades, privadas longamente da presença sacerdotal e da celebração eucarística”⁴⁷, devido à escassez de padres. A intervenção do bispo acabou vazando para a imprensa e foi publicada pelo jornal *Le Monde*, em outubro de 1965, ocasionando uma grande agitação. No entanto, essa discussão foi retirada da agenda conciliar.

Foi durante a realização da terceira sessão do Concílio que Dom Pedro Paulo Koop estabeleceu redes de articulações. Cada bispo “constituía um nó de relações complexas onde múltiplas pertenças institucionais já dadas (país, língua, congregação religiosa) disputavam espaço e tempo com novas pertenças”, diversificando o leque dessas redes. Beozzo (2001) cita como exemplo dessas relações, a experiência de Dom Pedro Paulo Koop que, “por ser holandês, ligou-se de imediato à Conferência Episcopal Holandesa e aos teólogos de seu país, criando laços de amizade duradoura”⁴⁸. Esses laços, ao que veremos, podem ter facilitado o apoio às ações do IAJES, em Andradina, pelas agências de cooperação holandesas e alemãs, como a Katholieke Organisatie voor Medefinanciering van Ontwikkelingsprogramma's (CEBEMO) e a Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (MISEREOR)⁴⁹.

Foi durante a administração de Dom Pedro Paulo Koop que chegou a Andradina o padre José Vanin Martins, sendo criados os primeiros círculos bíblicos e o Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, que abrigou o IAJES e serviu os bairros periféricos da cidade.

⁴⁶BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965**. Tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), 2001, p. 365.

⁴⁷BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965**. Tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), 2001, p. 218.

⁴⁸BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965**. Tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), 2001, p. 159.

⁴⁹ Essas agências fizeram parte do desenvolvimento dos projetos do IAJES, atuando como parceira e financiando muitas das ações sociais do instituto. A CEBEMO, por tradução livre, recebe o nome de Organização Católica de Financiamento de Programas de Desenvolvimento, e atuou até o ano de 1995. Já a *Misereor* faz parte da obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento e mantém a suas ações em diversos países da Ásia, África e América Latina. Soma-se a essas duas agências católicas de cooperação europeias a ação episcopal ADVENIAT, também da Alemanha, ainda atuante.

1.5 O Concílio Vaticano II sob um viés local: a idealização do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor

A paróquia Jesus Bom Pastor foi idealizada através de ações do padre José Vanin e moradores do bairro Pereira Jordão de Andradina. Sob ideais de promoção e desenvolvimento humano, a organização da paróquia teve por objetivo aproximar a Igreja Católica dos bairros periféricos urbanos e das áreas rurais do município. Em 1969, a exemplo da experiência da catequese popular de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, apontado por Teixeira (1988), iniciou-se a construção de um pequeno salão comunitário, sede da paróquia, que se diferenciava dos prédios convencionais, substituindo as capelas. O espaço passou a ser utilizado tanto para atividades dos moradores – como festas, reuniões e cursos profissionalizantes – quanto para celebrações e missas.

Vale mencionar que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a formação e expansão do bairro Pereira Jordão se deu em meio a expulsão dos trabalhadores das áreas rurais e ao excesso de mão de obra provocado pelo fim da construção das barragens de Jupia e Ilha Solteira. A localização e a construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, tinha como premissa abrigar diversas atividades que pudesse beneficiar outras comunidades periféricas da cidade, como Campo de Aviação, João Jordão, vila Bom Jesus, João Leite (Figueira), parque Morumbi, Antena e Comercial.

As condições sociais precárias dos moradores e de infraestrutura dos bairros, somando-se ao baixo número de empregos, evidenciaram necessidades para o desenvolvimento de um trabalho assistencialista, de educação popular e de conscientização comunitária, o que resultou no aumento das instalações do salão comunitário.

No projeto de ampliação das instalações do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor⁵⁰, que previa alongar um pequeno salão que já abrigava missas e cursos de alfabetização popular, sede da paróquia Jesus Bom Pastor, além das perspectivas do alcance de ações sociais, é possível perceber as diretrizes de criação do IAJES em suas

⁵⁰**Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor**, datado no dia 10 de junho de 1970, na cidade de Andradina, contendo seis páginas, pode ser encontrado nas documentações do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, em que pode ter acesso à tabela catalográfica pelo site: <http://www.ndh.ufms.br/wp-content/uploads/2014/12/IAJES.pdf>.

relações com o Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e o Plano Pastoral de Conjunto (PPC). O projeto datilografado, datado de 10 de junho de 1970, apresenta a localização, justificativas, objetivos e metas, etapas e recursos referentes à ampliação do Centro Comunitário e às atividades que seriam desenvolvidas no local. Aparentava ser um projeto ambicioso para as condições sociais e econômicas do bairro, e pelo tamanho do terreno que se pretendia utilizar, cerca de 3,5 mil metros quadrados.

O aumento das instalações do Centro Comunitário levou em consideração o número de beneficiários, visto a quantidade de bairros que alcançaria cerca de 4.980 habitantes. Assim, justificou-se a ampliação do espaço devido às precárias condições de infraestrutura dos bairros e a pobreza dos moradores, descrita da seguinte maneira:

O salário médio é de C\$ 8100,00 para uma família de 5 filhos. Mais da metade das residências são de madeira (460); apenas 228 são de alvenaria e destas apenas 20 podem ser consideradas boas e há uma somente de luxo. O bairro está sem iluminação e com péssimo serviço de abastecimento de água. De sua população 868 pessoas são analfabetas ⁵¹.

Pela descrição das etapas de construção no projeto, o trabalho vinha se desenvolvendo junto aos populares desde outubro de 1969. As ações coletivas voluntárias eram diversas, desde cursos profissionalizantes e alfabetização de adultos até atividades assistenciais. Num sentido geral, abrangiam o maior número de pessoas residentes no Pereira Jordão e nos bairros periféricos. Daí a necessidade de ampliação do Centro Comunitário, que já contava com o trabalho de 30 voluntários. Além disso, podemos apontar outras atividades realizadas:

Cinco grupos de casais que se reuniam semanalmente para estudarem problemas familiares e como promover a família; um grupo de jovens que promovia a cultura e o esporte no bairro; um grupo de voluntários que atendia os casos dos menos favorecidos procurando promovê-los; um curso de alfabetização para adultos; um grupo de Promoção Social do bairro eleito pelos próprios moradores; um Instituto Administrativo responsável para execução deste projeto ⁵².

⁵¹Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, 1970, Andradina, p. 1.

⁵²Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, 1970, Andradina, p. 2.

Tudo funcionava num salão comunitário de 13x24 metros, mantido por quermesses e campanhas realizadas pelo Instituto Administrativo⁵³. O espaço era utilizado para festas religiosas que angariavam recursos para ações sociais nos bairros, bem como, para a organização de reuniões dos moradores, prestação de assistência às famílias dos bairros e outras atividades.

O projeto de ampliação do salão visava criar condições para a “promoção social das pessoas” através de “uma educação de base” e “uma participação ativa e criativa em todo o processo de desenvolvimento sócio, econômico, cultural e político”⁵⁴. Seu conteúdo delineou a mudança do salão para um Centro Comunitário com estrutura para alcançar mais pessoas através de atividades de alfabetização e profissionalização dos moradores, além de ações de formação comunitária, que abrangia desde festas até reuniões de estudos bíblicos nas casas de moradores do bairro. A idealização do espaço para dar apoio aos moradores se alinhava às diretrizes da encíclica *Populorum Progressio* e, ainda mais, às conclusões de Medellín.

A proximidade entre as orientações dos documentos e as reflexões comunitárias, tanto dos membros da hierarquia da Igreja quanto dos leigos moradores dos bairros, contavam com o apoio e assistência da Igreja Católica. As ações desenvolvidas nesse primeiro momento da paróquia Jesus Bom Pastor contribuíram para firmar preceitos da Teologia da Libertação entre os moradores e os padres de Andradina, representados inicialmente pelos trabalhos de José Vanin e, mais tarde, pelas ações de João Carlos Oliveri, que pareciam seguir as linhas de trabalho do PPC.

As relações ficaram mais evidentes quando foram estabelecidas metas pelos envolvidos na ampliação das instalações do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor. Tais intenções se constituíam em formar o senso comunitário de cooperação e autopromoção entre os moradores, criando condições para os sujeitos desenvolverem integralmente a educação através da capacidade crítica no uso dos meios de comunicação, do acesso a uma orientação social, da educação artística, da mente sã em um corpo sadio resultante de práticas esportivas e recreativas, da consciência ecumênica e definição religiosa⁵⁵.

⁵³Com o auxílio das informações fornecidas por José Vanin, podemos afirmar que o Instituto Administrativo citado nessa parte do texto é fruto da junção de dois grupos, o Conselho Pastoral e o Conselho Social e Administrativo, que posteriormente dará origem ao Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES). Não conseguimos precisar em que ano esses conselhos passam a formar o IAJES. No entanto, sabemos que no início das atividades na paróquia Jesus Bom Pastor contava com a organização e gerenciamento do padre José Vanin e dos dois conselhos.

⁵⁴**Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor**, 1970, Andradina, p. 2.

⁵⁵**Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor**, 1970, Andradina, p. 2.

Num sentido geral, além da busca pela “promoção humana” por meio da educação de base, havia o interesse pela prática do ecumenismo, instruído pelas diretrizes católicas, e a preocupação com as orientações sociais e o pensamento crítico dos moradores dos bairros. Diante das análises dos documentos produzidos pela Igreja, desde a *Populorum Progressio* até o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), percebe-se vínculos entre as diretrizes do Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e as formas de trabalho definidas pelo PPC.

A tarefa dos envolvidos com o Centro Comunitário Jesus Bom Pastor em seus primeiros anos se resumiu em alcançar metas e desenvolver trabalhos. Num primeiro momento, nos anos de 1969 e 1970, o objetivo era “formar o senso comunitário de cooperação e autopromoção” através de reuniões e assembleias com os grupos de estudos bíblicos⁵⁶ e nos bairros. Incluíram-se nessas metas, a melhoria das instalações do Centro Comunitário para promover encontros sócio recreativos e de convívio entre os moradores dos bairros, como “campanhas do metro e do gado⁵⁷; teatros populares e enquetes; formação da discoteca e biblioteca; orientação juvenil e familiar”⁵⁸.

Nos anos de 1970 e 1971, as metas focaram a formação popular e a educação de base para o desenvolvimento integral da educação e da capacidade crítica, proporcionando uma orientação social e política. Estava descrito no projeto, para além da construção da biblioteca, das salas de aulas e círculos de estudos, a aquisição de equipamentos para o centro educacional e a elaboração de novos planos para serem encaminhados a entidades municipais, como a Secretaria de Promoção Social e Consórcio de Promoção Social, e agências de cooperação internacionais, como a MISEREOR e ADVENIAT da Alemanha. A MISEREOR, junto com a CEBEMO da Holanda, ao longo dos anos, tornaram-se parceiras constantes dos projetos do IAJES. Ligadas à Igreja Católica, ambas tinham como missão fomentar projetos sociais em países em desenvolvimento. Mais especificamente, a CEBEMO estava voltada para projetos que envolviam a educação popular. Essas agências internacionais de cooperação possibilitaram o desenvolvimento de projetos e atividades junto aos moradores da periferia de Andradina.

⁵⁶Pelas leituras que fizemos, tanto das fontes quanto do trabalho de Oliveira (2006), identificamos os “grupos de estudos bíblicos” como início do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Andradina, que constituiu a base para a criação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs).

⁵⁷Festividades populares que não se tem muitas informações. Apesar de citadas nas fontes até o momento analisadas, ainda carecem de maiores informações.

⁵⁸**Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor**, 1970, Andradina, p. 2 e 3.

Em 1971 e 1972, objetivou-se a finalização das obras de ampliação das instalações do Centro Comunitário para o desenvolvimento de práticas recreativas e esportivas. Também foram lançados como objetivos junto aos moradores a formação da “consciência ecumênica e definição religiosa”, reafirmando o caráter religioso do instituto e suas interfaces com diferentes campos de organização da sociedade. Teixeira (1988) apontou o envolvimento dos grupos pastorais em diversas dimensões da sociedade, no campo social, político e cultural.

Essas atividades, em grande parte, foram desenvolvidas em paralelo com outras. Oliveira (2006) afirmou que nos anos iniciais, o IAJES, idealizado pelo padre da paróquia Jesus Bom Pastor, José Vanin, a partir da junção do Conselho Pastoral e do Conselho Social e Administrativo desta comunidade, objetivou “assistir aos moradores carentes do bairro Pereira Jordão” e bairros vizinhos seguindo “uma linha assistencialista e localizada” (OLIVEIRA, 2006, p. 110). Acrescenta-se que, a partir do projeto, para além do assistencialismo, estava a “promoção humana” através da “educação popular de base”, da unidade e participação ativa dos moradores dos bairros na cooperação comunitária.

Assim, o IAJES, organização católica de Andradina que atuaria junto aos moradores dos bairros periféricos, tornou-se importante ferramenta da Igreja Católica para o desenvolvimento das ações pastorais em apoio às CEBs e às Sociedades Amigos de Bairro (SABs), desenvolvendo ações locais muito vinculadas às orientações católicas. Desta forma, aqui é válido adentrar nas experiências andradinenses através do relato de José Vanin Martins, à época, padre que contribuiu para o desenvolvimento das ações pastorais na cidade.

1.6 Em busca de uma vida comunitária, crítica e participativa

A compreensão das condições de criação da Pastoral Social e Administrativa que deu origem ao IAJES está vinculada à trajetória e protagonismo do padre José Vanin⁵⁹. Nascido em Vera Cruz, interior do estado de São Paulo, Vanin, quando tinha cinco

⁵⁹José Vanin Martins forneceu relato sobre a sua trajetória por e-mail, com quem mantemos contato para a realização de entrevista e que será utilizada na realização desta parte do trabalho, enviado no dia 21 de julho de 2016.

meses de idade, mudou-se para Andradina com os pais. Aos doze anos, ingressou no Seminário Menor Diocesano de Lins. De 1959 a 1961, cursou Filosofia no Seminário Diocesano de Belo Horizonte e, entre 1962 e 1965, fez Teologia no Seminário Maior Arquidiocesano Imaculada Conceição de São Paulo.

Vanin cursava teologia quando foi realizado o Concílio Vaticano II. Segundo ele, “era toda uma nova esperança de uma nova maneira de ser Igreja que se desenhava”⁶⁰. Quando questionado sobre as motivações que o levaram a se tornar padre, respondeu: “quando quis ser padre e entrei para o seminário possivelmente minha motivação era de “salvar almas”, levar “todas para o céu”. Com o Concílio, meus olhos foram se abrindo para o desejo de construir uma nova maneira de “fazer” Igreja”⁶¹. Essa nova maneira foi evidenciada a partir de 1966, quando Vanin foi ordenado e nomeado coadjutor na Paróquia Nossa Senhora das Graças, na cidade de Andradina.

Em Andradina já existia a paróquia São Sebastião. Com a criação da Paróquia Nossa Senhora das Graças, em 1960, as duas paróquias puderam dividir as responsabilidades pastorais, incluindo atividades em Nova Independência e Paranópolis, respectivamente, município “recém-criado” e distrito de Andradina. O padre Vicente Martins Vanin, irmão de José Vanin, foi o fundador da nova paróquia e ainda era o seu vigário quando Vanin foi ordenado em 1966. A paróquia vivia o seu auge com a consagração de seu “novo e maravilhoso templo”⁶² construído em apenas três anos (1963-1965).

Logo em sua chegada, em meio à necessidade de criar “comunidades” com fundamentação bíblica, padre Vanin articulou a formação de 72 pequenos grupos de estudos semanais da Bíblia⁶³, espalhados por toda a paróquia, incluindo as partes urbanas e rurais, que propiciaram um contato inicial entre os moradores e a liturgia. Criou e dinamizou, ainda, a Comunidade de Jovens Cristãos (CJC)⁶⁴, que se reunia em pequenos

⁶⁰José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

⁶¹José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

⁶²José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

⁶³Esses pequenos grupos de estudos bíblicos foram organizados em todo o espaço de atuação da paróquia Nossa Senhora das Graças, quais sejam, os bairros periféricos e áreas rurais de Andradina, e funcionavam nas casas, somando a religiosidade das leituras bíblicas com temáticas sociais. Posteriormente, esses pequenos grupos serviram de base para a criação das CEBs, com basicamente as mesmas características, incentivando e expandindo os estudos bíblicos e as discussões em torno dos problemas dos bairros.

⁶⁴Umas das preocupações presentes nos documentos analisados acima, a juventude, desde a chegada de Vanin a Andradina, recebia estímulos para que pudessem estar inseridas nas atividades da Igreja Católica. Esse grupo tem importância devido ao alto potencial que se atribuía a juventude e estará presente nos assuntos das reuniões dos bairros, que buscavam maneiras de engajar os jovens, assim como a totalidade dos fiéis católicos, e motivá-los a participar da vida religiosa.

grupos para o aprofundamento da fé, estudos sociais, vida sócio recreativa e compromisso solidário. O trabalho com os jovens estaria, desde então, dentre os objetivos pastorais, visto o relevante histórico das ações juvenis ligadas a Ação Católica, nas décadas de 1950 e 1960. Cabe salientar a importância desses pequenos grupos para a formação de voluntários nas atividades do IAJES e CEBs, além de dar início às reuniões feitas nas casas dos moradores dos bairros que originavam as Sociedades Amigos de Bairro (SABs)⁶⁵.

Em 1969, padre Vanin encaminhou pedido ao bispo Dom Pedro Paulo Koop para iniciar uma experiência de trabalho numa paróquia bem pobre. Sugeriu que fosse dividida a paróquia Nossa Senhora das Graças em mais uma paróquia, que pudesse abarcar, também, a área rural. Com o aceite do bispo, foi disponibilizado um terreno na avenida Rio Grande do Sul⁶⁶, fruto da compra e parte da doação dos galpões que estavam sendo demolidos depois das obras da primeira etapa de construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) no rio Paraná, na divisa entre os municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), para a construção da paróquia Jesus Bom Pastor, no bairro Pereira Jordão.

De acordo com Vanin, em conversa com a liderança dos leigos, foi proposta a construção de um salão comunitário, ao invés de uma igreja, diferente das capelas tradicionais e compatível às necessidades da nova paróquia⁶⁷. Essa novidade buscava se aproximar dos pobres que viviam nos bairros às margens da cidade e nas áreas rurais de Andradina.

Ainda, segundo Vanin, de início foram eleitos dois conselhos. O primeiro, denominado de Conselho Pastoral, tinha a função de evangelização e de apoio à ação do Conselho Social e Administrativo. Este segundo, atentava às necessidades da população urbana e rural através do trabalho das visitadoras⁶⁸, mulheres ligadas ao movimento

⁶⁵As Sociedades Amigos de Bairro (SABs) foram movimentos surgidos através da crescente integração comunitária, proporcionada através do trabalho das CEBs e IAJES, entre os moradores dos bairros de Andradina. Cada bairro da cidade, devido ao desenvolvimento das ações de conscientização e formação política empreendida pelos agentes do IAJES, junto as CEBs, e a articulação de interesses comuns entre os moradores dos bairros que, de forma crescente, buscavam participar das ações coletivas em busca de melhorias para os bairros e melhores condições de vida.

⁶⁶Na fala do Vanin é citado a rua Rio Grande do Sul e no projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor é citado a rua São Sebastião, o que, de acordo com mapas atuais, demonstram a grande área ocupada pelo Centro Comunitário, substituído por casas e comércios nos dias atuais.

⁶⁷**José Vanin Martins**, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

⁶⁸ Para planejar qualquer ação seria necessário conhecer objetivamente a situação de cada bairro, suas necessidades e possibilidades. Através das visitas das mulheres ligadas aos movimentos pastorais da Igreja Católica de Andradina foi possível fazer levantamentos das condições dos moradores e da infraestrutura

pastoral que faziam o levantamento dos principais problemas dos bairros e dos moradores, respeitando uma das etapas do PE, que previa “o levantamento sócio religioso da paróquia, a identificação de comunidades naturais e a descoberta de lideranças representativas de seu meio” (TEIXEIRA, 1988, p. 117).

A atuação das visitadoras foi essencial para o desenvolvimento dos serviços pastorais, pois traria informações para os conselhos da situação de vida das pessoas que moravam nas periferias e áreas rurais da cidade. Além disso, as mulheres tornaram-se responsáveis pelos serviços práticos no desenvolvimento de ações pastorais e sociais futuras.

Sabe-se que durante esse período, década de 1960, Andradina vivia uma ascensão econômica por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Jupia, no rio Paraná. Muitos operários da obra passaram a residir em Andradina, criando um rótulo de “cidade dormitório” de barrageiros. Na década de 1970, com o fim das construções da Jupia, em 1974, e da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, em 1978, Andradina sentiu os impactos econômicos e sociais.

Além dessa questão, Vanin se lembrou dos problemas fundiários existentes na região que atingiram diretamente a economia local, como o problema enfrentado pelos posseiros na fazenda Primavera⁶⁹. Em contato com o sofrimento das famílias de agricultores, foram criadas quatro comunidades⁷⁰ que receberam o apoio da Igreja Católica. Essa luta, apesar de ser um símbolo de movimentos sociais no estado de São Paulo e ganhar visibilidade nas décadas de 1970 e 1980, era anterior a própria construção do Centro Comunitário. Inseriu-se na trajetória dos católicos engajados em Andradina,

dos bairros através de questionários que combinavam questões sobre a religiosidade de cada um e situação profissional.

⁶⁹ Para compreender melhor, segue as indicações de estudos que abordaram as experiências dos posseiros da fazenda Primavera, em Andradina/SP: FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. FERNANDES, Maria Ester. **A Reforma agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985. SILVA, Célia Reis da. **Lembranças (re) vividas, tradições (re)inventadas: experiências de migrantes nortistas na alta noroeste paulista (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, PUC, 2003. SIMÕES, Ana Cláudia. **Caracterização dos agricultores familiares: agentes multiplicadores em assentamentos rurais da região de Andradina (SP)**. Dissertação de Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Ilha Solteira. Ilha Solteira, 2006.

⁷⁰ Ao que tudo indica, essas “comunidades” ou “pequenos grupos”, retirados da fala de Vanin, deve referir-se aos círculos bíblicos que introduziriam, de forma dialética, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a presença da Igreja Católica de forma mais atuante na vida dos posseiros, fornecendo subsídios à resistência na luta pela terra e, no caso dos bairros, assistência aos grupos de bairros pela melhoria de condições de vida.

devido o histórico de ocupação da terra na região, marcado pela presença de nortistas que traziam forte religiosidade e a especificidade do arrendamento de terras em Andradina, caracterizado por “um acesso rotacional às terras de trabalho, cabendo a eles, quando ao final do período acordado, fazer a limpeza da terra e a plantação do capim de pasto” (OLIVEIRA, 2006, p. 88).

Pode-se perceber que os principais participantes do Conselho Social e Administrativo, posteriormente chamado de Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), foram as famílias dos trabalhadores das barragens e as famílias que foram expulsas das áreas rurais para a cidade. Mantinha-se, também, o apoio à organização das famílias que resistiam e lutavam pela posse das terras na região. Nesse sentido, buscava-se desenvolver atividades que contemplassem os moradores, incluindo jovens e crianças dos bairros. Nesse processo, nasceu uma nova paróquia, sem o prédio convencional, fazendo leituras da pobreza de um contexto social e econômico específico e buscando desenvolver, junto aos moradores, uma vida comunitária, crítica e participativa.

O IAJES abraçou a causa dos pobres de Andradina, lutando ao lado dos moradores dos bairros, dos homens e das mulheres do campo em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Com verbas da ADVENIAT, agência católica alemã, que tinha como objetivo “fomentar projetos sociais em países subdesenvolvidos” (OLIVEIRA, 2006, p. 117), o salão comunitário foi equipado de salas para as diversas atividades, carteiras, máquinas de escrever, máquinas de costura e tricô, máquina para passar filmes, mimeógrafo à tinta, quadra de esportes iluminada, biblioteca circulante. Ligada ao salão comunitário tinha uma pequena capela para 30 pessoas. Todo espaço do centro comunitário tornou-se movimentado com os mais variados cursos de alfabetização para adultos, reforço escolar, preparação para o colegial, corte e costura, artesanal (cestas e balaios) e fabricação de tijolos de cimento. O salão também servia para as festas, contribuindo para a socialização dos moradores, o desenvolvimento de atividades e celebrações de missas.

Vanin relatou que, nos primeiros anos de atuação, a equipe de trabalho social, era coordenada por Matilde, assistente social, e por Elvira⁷¹, “incansável secretária”, que trabalhavam na organização social e pastoral das diferentes atividades e serviços. Em

⁷¹ Na análise das fontes, por vezes, será citado apenas o primeiro nome dos sujeitos, dificultando uma identificação mais específica destes, porém, poderemos personificar alguns agentes e moradores participantes das ações pastorais em Andradina, nas décadas de 1970 e 1990.

1974, Izabel Prates foi contratada para ser a nova assistente social com verbas das agências de cooperação internacionais, ADVENIAT e MISEREOR, e ajudas governamentais, através da Secretaria de Assistência Social do município. Mais tarde, sob a alcunha de “Bel”, assumiria importante papel no desenvolvimento dos trabalhos ao lado de João Carlos Oliveri. Assim, a organização e dinamização das ações e o número de pessoas atendidas foram intensificados.

Em julho de 1973, na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, padre Vanin havia feito o Curso do Mundo Melhor, e no mês de agosto, em Agudos, estado de São Paulo, fez uma semana do Curso da Teologia da Libertação com o padre João Luís. Nas palavras de Vanin, “foi uma verdadeira reciclagem e “conversão”, pois compreendeu que a “vida eterna” era “graça de Deus” e a sua “vocação e missão” era “construir a vida em abundância e mais humana para todos aqui na terra”⁷². A reflexão de suas próprias ações junto aos mais pobres começou a ser fundamentada pela Teologia da Libertação. Vanin, que tinha como motivação, enquanto sacerdote, “salvar almas” e “levá-las ao céu”, passava a basear suas ações em “trazer o céu até as pessoas”⁷³. As ações pastorais, desde a fundamentação no Concílio Vaticano II e as apropriações latino-americanas, traziam em seus textos, para além de orientações eclesiais e de planos de trabalhos pastorais, um projeto político que motivava, cada vez mais, a inserção dos agentes pastorais, bispos, padres e leigos, animadores de CEBs e visitadoras nas atividades que buscavam a transformação política e social em que viviam.

Em 1974, Vanin sugeriu a formação de uma equipe de padres que pudesse atender as duas paróquias ou uma comunidade de padres para dar atenção às demandas das três paróquias da cidade em rodízio, unificando-as, já que atuavam de forma autônoma, passando a trabalhar de forma interligada, garantindo a presença de ao menos um clérigo em cada Igreja da cidade. Essa atitude, além de possibilitar um maior alcance da Igreja, demonstrava a preocupação com a falta de clérigos para o desenvolvimento das ações litúrgicas e pastorais.

Para isso, seria necessário mais religiosos para compor a equipe. Ao que parece, a equipe seria formada por padres das outras paróquias da cidade, José Vanin, João Carlos Oliveri, Renier Parrens, ou padre Renê, que substituiu o padre João Ham, o

⁷²José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

⁷³José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

irmão de Vanin, Vicente e o padre Kanasawa⁷⁴. Essa mudança também modificou a sede do IAJES, que passou a gerenciar as atividades, expandindo as ações para outros bairros da cidade, a partir da paróquia Nossa Senhora das Graças.

Em Andradina, entre os anos de 1975 e 1977, cinco dos seis padres presentes na cidade se casaram. De acordo com Vanin, o “padre João Ham retirou-se das funções do sacerdócio para se casar” e foi substituído pelo padre René, que também se casou com Lúcia em 1977. João Carlos Oliveri se casou com Izabel Prates (também chamada de Bel, pelas companheiras), em 1975. Vanin e Vicente, seu irmão, também se casaram. Vanin com Maria, em 1977, e Vicente com Ana, em 1976. Assunto polêmico num cenário de poucos padres que pudessem se dedicar às ações populares, as comunidades andradinenses foram consultadas sobre o engajamento e a importância dos religiosos que se casaram para o andamento dos projetos sociais. Mediante a aprovação popular, o bispo Dom Pedro Paulo Koop autorizou a continuação deles nos trabalhos de evangelização e serviço pastoral, porém, retirando as permissões de atuação nas áreas sacramentais, missas e confissões, restringindo-os a algumas celebrações com distribuição da eucaristia.

O envolvimento do bispo da diocese de Lins com a questão advinha de sua participação em reuniões conciliares, quando propôs a inserção da ordenação de padres casados nas pautas do Concílio Vaticano II, porém, sem obter sucesso. Apesar da complexidade do tema e do incômodo causado entre muitos moradores, as ações pastorais continuaram sendo desenvolvidas paralelo a vinda e atuação do padre Kanasawa para Andradina.

Com este colegiado, Vanin concentrou-se no apoio aos posseiros da Fazenda Primavera, trabalho amadurecido a partir de 1974 devido às primeiras ameaças de despejo. No assessoramento dado aos trabalhadores rurais, também se engajou o padre René, que continuou depois de 1978, ano em que Vanin mudou-se com sua esposa Maria para Goiânia. Para muitos, com este grupo de padres, iniciou-se uma nova fase das ações da Igreja Católica de Andradina.

⁷⁴ Esses nomes foram retirados do relato de José Vanin Martins, embora não apresentem a trajetória desses padres, podemos informar um pouco mais sobre os, então, padres René e João Carlos, que teriam mais importância no desenvolvimento das ações pastorais, respectivamente, no campo e na cidade. René, ligado à luta pela terra dos posseiros da fazenda Primavera, em substituição de José Vanin, e João Carlos, participando das ações junto aos moradores dos bairros de Andradina, atuando, como apontou Oliveira (2006), como o “intelectual orgânico” do IAJES. Os outros também participaram dessas ações, porém não conseguimos informar muito sobre esses sujeitos.

Com o novo planejamento ocorreu maior flexibilidade entre as comunidades, ocasionando um rodízio entre os padres nas celebrações, orientados pela Teologia da Libertação e inspirados pelo “novo jeito de ser Igreja”. Nesse período, passou a ganhar destaque o trabalho do padre João Carlos Oliveri. Oliveira (2006), ao dividir a atuação pastoral de Andradina em três etapas – local, municipal e regional – constatou que a expansão das atividades do IAJES esteve fortemente relacionada com as orientações de João Carlos.

Nesse sentido, sob uma perspectiva local, nos próximos capítulos serão trabalhados o desenvolvimento das ações, as apropriações das orientações pastorais na trajetória dos movimentos de bairro de Andradina, englobando as ações das CEBs, SABs e IAJES.

CAPÍTULO II

2. EXPERIÊNCIAS PASTORAIS NOS BAIRROS DE ANDRADINA

A Igreja Católica e o IAJES não podem ser compreendidos por uma perspectiva de unidade de pensamentos e ações. No cotidiano das ações desenvolvidas em bairros de Andradina, muitas foram as experiências que envolveram sujeitos, marcadas por conflitos, contradições, estratégias de enfrentamento e soluções de problemas, além do engajamento na promoção social, política e econômica, à luz do Evangelho, dos moradores.

Para melhor compreender as relações desses sujeitos nos bairros da cidade de Andradina, serão analisados os grupos inseridos na dinâmica das pastorais em suas especificidades, contradições e trajetórias. Propõe-se estudar as atividades iniciais dos grupos que fundamentaram suas ações através dos direcionamentos do PPC, de Medellín e do Concílio Vaticano II.

2.1 CEBs, cotidiano e vida pastoral

Como visto anteriormente, a chegada do padre José Vanin a Andradina e o desenvolvimento de seu trabalho enquanto vigário da paróquia Nossa Senhora das Graças, ao lado de seu irmão Vicente, fez com que fossem criados pequenos grupos de círculos bíblicos em vários bairros da cidade, que promoviam reuniões periódicas com o intuito de estudar o Evangelho. Essa dinâmica, que envolvia leituras e reflexões dos Evangelhos e a relação com o cotidiano de vida dos moradores, faziam com que os problemas dos bairros passassem a ser discutidos com mais frequência nas reuniões.

Os moradores se reuniam quinzenalmente nas casas, em locais e dias diferentes, para que pudessem atrair maior número de pessoas. Rezavam terços, faziam leituras e reflexões bíblicas. Durante as reuniões, para além da religiosidade popular, os participantes se socializavam conversando assuntos cotidianos diversos e que envolviam

seus interesses particulares. Essas conversas, além de fortalecer as relações sociais, contribuíam para que a partilha de angústias e dificuldades individuais, referentes ao desemprego, à falta de coleta de lixo ou de atendimento médico, deixassem de ser individuais e passassem a ser coletivas.

Ao analisar a dinâmica de reuniões de grupos populares urbanos, Sader (1988) ponderou que foi:

da discussão de temas surgidos nesta parte das reuniões que se organizariam ações “para fora”, de reivindicações ante os poderes públicos (escola, creche, ponto de ônibus, posto de saúde, etc.), além de atividades comunitárias para resolver problemas coletivos (mutirões para limpeza, para levantar centros comunitários, para cuidar de crianças, etc.) (SADER, 1988, p. 207).

Teixeira (1988), ao discutir a gênese das CEBs, constatou “a presença dos Círculos Bíblicos como um dos primeiros passos para a nucleação das comunidades” (TEIXEIRA, 1988, p. 314). Para o autor, as reuniões, em geral, eram semanais e aconteciam “na casa de um dos participantes, no salão da comunidade, ou mesmo ao ar livre”, onde as pessoas se reuniam, rezavam em comum, meditavam “a Palavra de Deus”, discutiam os problemas da vida, celebravam os momentos da caminhada e articulavam “propostas de ação libertadora” (TEIXEIRA, 1988, p. 307).

Com a idealização e construção da paróquia Jesus Bom Pastor, no bairro Pereira Jordão, essas atividades chegaram em localidades urbanas mais pobres e contribuíram para a aproximação entre as ações pastorais e os moradores, contando com a participação de um maior número de pessoas no desenvolvimento dos trabalhos. Para se ter ideia, no ano de 1970, período de aumento das instalações do Centro Comunitário, o trabalho voluntário contava com 30 pessoas. Em 1976, o número chegou a 80, em sua maioria mulheres. O aumento da área de abrangência das atividades pastorais exigia mais voluntários, o que contribuía para o engajamento da população.

As ações desenvolvidas na paróquia Jesus Bom Pastor, desde a sua idealização, foram voltadas para a “promoção social” dos moradores dos bairros periféricos de Andradina. A construção do Centro Comunitário no bairro Pereira Jordão favoreceu o desenvolvimento de ações pastorais e ofereceu espaço para cursos de alfabetização e de profissionalização, festividades e a realização de missas. Foi através

dessa relação dialética, entre Igreja, agentes de pastoral e moradores, que surgiram os animadores de CEBs e as visitadoras.

Para Teixeira (1988, p. 307), os animadores de CEBs foram os participantes que assumiram “alguma responsabilidade na execução ou direção de uma atividade – o culto, a catequese, a reflexão bíblica, a ação social, etc.”. Embora a documentação analisada fez transparecer que as duas denominações – visitadoras e animadores – ocupavam uma mesma função desempenhada pelos leigos nos movimentos pastorais, os estudos de Teixeira (1988) são pertinentes para identificar os animadores como lideranças “provenientes da própria base popular”, ou seja, surgiram através do protagonismo e envolvimento de alguns moradores que se destacavam, provenientes das CEBs (TEIXEIRA, 1988, p. 307).

As visitadoras participaram do desenvolvimento das atividades, inicialmente pelas CEBs e depois pelo IAJES, atuando na execução das ações dos projetos realizados junto aos moradores. “Ao lado dos animadores dos grupos de base, participam também da caminhada os agentes de pastoral. São em geral padres, religiosas ou leigos que acompanham a história da comunidade” (TEIXEIRA, 1988, p. 308). Os agentes de pastoral eram responsáveis pela “dinamização do trabalho pastoral. Mesmo separados da base, por sua origem, cultura e nível de escolaridade diversos, os agentes de pastoral procuram efetivar a opção pelos pobres” (TEIXEIRA, 1988, p. 308). Em Andradina, os agentes de pastoral formaram a equipe técnica do IAJES, que contou com os trabalhos dos padres da cidade, assistentes sociais e leigos que receberam treinamento.

As mulheres exerciam diversas funções, entre elas, como exposto, a de visitadoras. Como afirmou Oliveira (2006), em sua maioria, as visitadoras eram “senhoras católicas, moradoras do mesmo bairro em que atuavam”, que conviviam com a pobreza e, através do trabalho que desenvolviam, “eram obrigadas a ver uma pobreza para além de suas casas” (OLIVEIRA, 2006, p. 111). Realizavam as visitas nas casas das comunidades e faziam levantamentos da situação das famílias, anotando nomes das pessoas visitadas, ou a serem visitadas, se eram casados, se tinham filhos, quantidade de batizados, se havia doentes, além de endereços e funções desenvolvidas pelos moradores das casas.

De início, as visitadoras realizaram o trabalho de contato com a população, buscando trazer de volta homens e mulheres à vida religiosa e levando a assistência que muitas famílias necessitavam. Os levantamentos possibilitaram o desenvolvimento de

ações pastorais, como o conhecimento socioeconômico dos bairros de Andradina e o planejamento de ações junto aos moradores. Demonstrava, ainda, o protagonismo popular assumido pelas mulheres para lutar por melhores condições de vida, desde o princípio das ações pastorais na cidade. Através do engajamento das mulheres, muitas ações pastorais e sociais foram colocadas em prática, como veremos adiante.

As reuniões dos círculos bíblicos dos moradores nos bairros de Andradina aconteciam em suas próprias casas, de forma alternada. Os encontros, frutos dos primeiros grupos de estudos bíblicos orientados por Vanin, promoveram a “leitura popular da Bíblia” e suas relações com as condições sociais. Assim, buscaram, através dos incentivos pastorais, o desenvolvimento de ações que pudessem incentivar a participação popular comunitária. Iniciados em 1966, os círculos bíblicos deram origem às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e contribuíram no planejamento e construção da nova paróquia no bairro Pereira Jordão, para a ação transformadora da realidade em que atuavam.

Oliveira (2006) afirma que as CEBs “são grupos de pessoas divididos por bairros ou microrregiões (Comunidades) que objetivam se reunir, refletir e discutir os problemas da comunidade, sob a inspiração da fé católica e da Bíblia (Eclesiais), a partir do povo leigo (Base)” (OLIVEIRA, 2006, p. 173). Assim, em Andradina, entre as décadas de 1960 e 1980, as CEBs podem ser entendidas como grupos católicos socialmente engajados na organização da vida cristã dos moradores dos bairros da cidade.

Soares (2001) apontou que as CEBs foram “pequenos grupos comunitários” que apresentaram “novas perspectivas de ação dentro da Igreja Católica”, “colocando-as em contato com a realidade social e os problemas da sociedade contemporânea” (SOARES, 2001, p. 13). Em Andradina, enquanto grupos de ação que se constituíam como “instrumentos de organização e mobilização popular” (SOARES, 2001, p. 14), as CEBs foram responsáveis pela busca de alternativas para transformar realidades sociais de pobreza nos bairros periféricos, assumindo “um papel relevante nas lutas” populares e no “processo de redemocratização da sociedade brasileira” (SOARES, 2001, p. 15).

Ainda sobre a definição do que foram as CEBs, analisando elementos que contribuíram para a sua gênese, identifica-se que o processo de nascimento desses grupos pode se dar de formas diferentes.

A determinação semântica das CEBs, pode se afirmar que são comunidades pelo fato de reunir pessoas que comungam a mesma fé [...] estas pessoas se reúnem, normalmente em pequenos grupos, e de

maneira geral pertencem a uma mesma vizinhança geográfica. São eclesiais por que constituídas de cristãos reunidos em razão de sua fé e em comunhão com toda a Igreja. É justamente este dado eclesial que confere pertinência e identidade às pequenas comunidades. São de base porque são integradas por pessoas das camadas populares (TEIXEIRA, 1988, p. 305).

Em acordo com tais definições, a constituição das CEBs de Andradina contribuiu para o desenvolvimento de ações populares e pastorais que, através da fé católica, buscaram melhores condições de vida de moradores de bairros. Na cidade, durante a primeira metade da década de 1970, com a crise econômica gerada pelo fim da construção da Usina Hidrelétrica de Jupia e os problemas sociais que se avolumaram com o êxodo de trabalhadores rurais para áreas periféricas da cidade, padres de várias paróquias passaram a “incentivar as práticas das CEBs a nível citadino” (OLIVEIRA, 2006, p. 176).

Após a unificação das paróquias⁷⁵, tendo como prédio principal a paróquia Nossa Senhora das Graças, eram doze os bairros assistidos pelo IAJES e pelas CEBs: Pereira Jordão, Nossa Senhora das Graças, Rodoviária, Passarelli, Botega, Stella Maris, Vila Mineira, Santa Cecília, Antena, Jardim Alvorada, São Sebastião e Peliciari. Devido à quantia e para a facilitação da administração paroquial, o conjunto de bairros foi dividido em cinco setores. Os bairros Pereira Jordão, Nossa Senhora das Graças, Rodoviária e Passarelli pertenceram ao setor III. Botega, Stella Maris, Vila Mineira, Santa Cecília estavam ligadas ao setor IV e, pertencentes ao setor V agrupavam-se os bairros Antena, Jardim Alvorada, São Sebastião e Peliciari. Aparentemente os outros dois setores estavam ligados às áreas rurais. Por vezes, as atividades dos bairros eram feitas em conjunto, mas em grande maioria, as discussões sobre os problemas e soluções aconteciam de maneira independente.

Dentre as várias leituras que procuraram relacionar a Bíblia à vida dos moradores, de modo que pudesse ajudá-los a compreender a missão da Igreja, algumas chamam a atenção. A leitura do livro de Êxodos, com o olhar voltado para a libertação dos oprimidos, propunha questões que ajudavam a pensar suas realidades e a relação com

⁷⁵A unificação das paróquias de Andradina, São Sebastião, Nossa Senhora das Graças e Jesus Bom Pastor, se deu em 1974, sob a liderança do padre Vanin, a pedido do bispo Koop, intensificou e expandiu os trabalhos pastorais, através das CEBs, abarcando toda a cidade, fortalecendo outros bairros, ao mesmo tempo que gerava problemas, relacionados a “integração administrativa”, ao qual gerou desgaste entre os agentes e a necessidade de reorganização dos grupos nos bairros, tanto do IAJES, quanto das CEBs, e as, ainda prematuras, SABs.

a leitura bíblica, buscando a participação da população nas ações da Igreja. Era demonstrada a opressão sofrida pelos hebreus no Egito em comparação aos problemas sofridos pelos sitiantes e posseiros devido à opressão dos fazendeiros, forçando a expulsão para a cidade e o trabalho volante nas fazendas. Assim como Moisés, que buscou um caminho para a libertação do povo hebreu, era função do “povo de Deus” continuar mostrando “o caminho de libertação ao povo”⁷⁶.

Para alcançar a tão sonhada libertação, seria necessária a “valorização e capacitação do leigo” (SOARES, 2001, p. 156), ou seja, moradores dos bairros participantes da comunidade visível da Igreja, atuantes nas ações litúrgicas e missionária que fossem capazes de desenvolver o serviço nas comunidades. Isto incluía “preparar as lideranças para trabalhar com o povo, técnicas de dinâmica para motivar o grupo, abordando temas e conteúdos populares” (SOARES, 2001, p. 158).

Assim, a organização dos setores e dos grupos dos bairros facilitou o desenvolvimento das ações. Assemelhava-se a organização diocesana sugerida pelo PPC, em que centralizava a figura do bispo e criava conselhos pastorais e administrativos, com caráter orgânico, assegurando a intensa participação dos membros nas ações pastorais. No caso de Andradina, o pároco era a figura central, seguida de dois conselhos, o pastoral e o social-administrativo, responsáveis pelos setores e seus bairros. Nos bairros, as lideranças se organizavam com a escolha de presidente e vice, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Todas essas funções administrativas, com exceção do pároco e da equipe técnica – que em alguns momentos participava dos conselhos – era desempenhada pelos próprios moradores, seguindo os princípios e atribuições conciliares. A equipe técnica era formada por assistentes sociais, padres, animadores e demais lideranças de bairro, que participava de constantes formações pastorais oferecidas por organizações católicas, como o Instituto Teológico de Lins, por exemplo. Somam-se a isso, alguns membros do programa de saúde, médicos e enfermeiros. Enfermeiros, assistentes sociais e outros técnicos recebiam um ordenado, financiado pelas agências de cooperação internacionais.

Esses agentes pastorais, junto aos moradores, acreditavam que a fé “deveria ser motor de transformação social e de busca da justiça”, pois se entendiam como militantes que acreditavam no cristianismo para buscar “a libertação integral da pessoa humana”, não vendo “a Igreja apenas como uma instituição fechada no horizonte do

⁷⁶Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 48.

religioso, desvinculada dos sofrimentos do povo e das fronteiras confessionais” (SOARES, 2001, p. 18-19). Dessa forma, sentiam-se ligados, de alguma forma, ao sofrimento dos populares e buscavam, por meio de suas ações e dos ideais de justiça social, transformar a vida dos moradores das periferias das cidades.

Num sentido geral, as CEBs foram a “encarnação de um novo modo de ser Igreja”, fazendo a “opção preferencial pelos pobres”, centralizando “a espiritualidade e discussão” no direito das camadas populares, organizando-os e incentivando-os na “luta pelos seus direitos” (SOARES, 2001, p. 37), tomando como base leituras populares bíblicas e recepcionando, à sua maneira, os direcionamentos conciliares e as orientações pastorais de Medellín e do PPC.

Durante as reuniões das CEBs, percebe-se, através das anotações nos cadernos ⁷⁷, que havia a preocupação em se estabelecer o equilíbrio entre as reflexões bíblicas e as análises sociais de cada grupo, enfatizando a importância da “palavra de Deus” como “alimento para o pobre”, visando “engrandecer os humildes”, contrapondo a “fome por dinheiro” e o “egoísmo dos ricos” ⁷⁸ que se distanciavam de Deus. Essa relação é identificada, também, nos documentos da Igreja Católica, ao qual nos revela o alinhamento entre as ações e os direcionamentos pastorais na luta por justiça social, promoção e desenvolvimento humano.

Além disso, enfatizava-se a percepção da Igreja, adotada pelos agentes, sobre a importância da vida familiar para a evangelização dos moradores dos bairros, ao qual se tinha a ideia de que a família é a “primeira escola das virtudes sociais”, “formadora de pessoas” e de personalidades integrais, “educadora na fé, promotora do desenvolvimento” e “a escola do mais rico humanismo” ⁷⁹. Através da vida familiar se constituía a primeira concepção de vida comunitária, pretendida pelas ações da Igreja. Buscava-se o mesmo comprometimento interpessoal entre os moradores dos bairros almejado entre os familiares.

Muitas informações decorrentes dos documentos conciliares eram repassadas aos agentes, animadores e visitadoras que difundiam aos moradores e às comunidades estratégias que facilitassem a recepção dos direcionamentos. Por esse motivo, é comum encontrar nas fontes a preocupação com a participação das pessoas nas reflexões bíblicas

⁷⁷Cadernos de Anotações das reuniões nos bairros de Andradina, com registros dos anos de 1976 e 1977 realizadas nos bairros de Andradina, SP.

⁷⁸Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 14.

⁷⁹Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 18.

e o desenvolvimento de formas eficientes de comunicação das renovações litúrgicas e pastorais na ação missionária.

Entre as discussões, a temática da vida comunitária e cooperativa foi tratada por um viés associado às “formas de morte presentes no bairro”. Além dos problemas relacionados à saúde e à violência, atribuiu-se como possíveis causas das “formas de morte”, a falta de entendimento e interesse da população na resolução dos problemas comuns, a falta de fé, de compreensão e colaboração entre os moradores, a falta de empregos e de boa alimentação. Em sua maioria, estavam relacionadas a problemas financeiros e ao alto custo de vida, além da ausência da vida comunitária e cooperativa entre os sujeitos e a falta de organização e participação dos moradores em ambientes de discussão sobre a situação da comunidade, o que se considerava a “morte” do sujeito social e do espírito comunitário⁸⁰. Como constatado por Sader (1988), “contraposto à ‘morte’ referida ao egoísmo e ao comodismo, aparece a ‘vida’ da ação comunitária, visando uma ‘libertação’. Contraposto a um catolicismo centrado na salvação individual e no conformismo político, aparece um outro tipo de engajamento católico” (SADER, 1988, p. 147).

Para os agentes pastorais, a falta de união entre as comunidades e a desigualdade social contribuía para o crescimento dos marginalizados, prostitutas, bêbados e doentes. Assim, durante as reuniões, a sociedade brasileira foi classificada como competitiva, individualista e consumista, o que a distanciava dos preceitos defendidos pelo Concílio Vaticano II que, por intermédio das CEBs e IAJES, pregava a solidariedade, vida comunitária, desenvolvimento e promoção integral de homens e mulheres de cidades e áreas rurais.

O tema central desses discursos é o da libertação, ao qual se opõe a opressão, e que articula uma constelação de valores positivos e negativos correspondentes: a solidariedade e o egoísmo; a justiça e a miséria; o serviço comunitário e o fechamento individualista; a capacidade crítica e a alienação; a luta e o conformismo; a identidade comunitária e a dispersão indiferenciada. Nessa concepção, não se trata apenas de que a solidariedade comunitária, a capacidade crítica e a luta dos dominados levem à libertação. A própria libertação é libertação do egoísmo, da alienação, da miséria e das injustiças, em suma, dos pecados pessoais e sociais (SADER, 1988, p. 164).

⁸⁰Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 18.

Nesse sentido, o “Povo de Deus” deveria estar atento aos problemas de acúmulo de bens, atenção exagerada ao dinheiro, ao lucro e ao consumo. A Igreja e todo o seu corpo, institucional e leigo, deveria estar a “serviço dos povos oprimidos e marginalizados”⁸¹. Ainda sob as orientações do Evangelho, propunha-se que as pessoas deixassem o conforto de suas vidas para servir ao “Povo de Deus”, em prol do bem comum, na luta pelo ideal libertador cristão.

Pretendia-se organizar a participação popular em todos os níveis de ação, orientados pelos ideais de justiça social e promoção humana. Assim, as CEBs, animadores e moradores dos bairros de Andradina, construíram no cotidiano uma cultura política alternativa, contrapondo a cultura política que limitava a participação popular e restringia os direitos civis da população, imposta pelo Estado autoritário. Buscava-se, através da vivência cotidiana, a transformação dos sujeitos, unindo as análises sociais e históricas, interpretações bíblicas e práticas comunitárias de combativa participação popular.

Para além da ação missionária e catequética, buscava-se promover, através de suas ações, o espírito comunitário e participativo dos moradores, colocando-os como agentes de sua própria história, protagonistas do desenvolvimento humano das comunidades e incentivadoras das ações pastorais que inseria os leigos na ação litúrgica e na construção do “reino de Deus” na terra, através de análises sociais e reflexões bíblicas.

Essas ações pastorais tiveram o apoio do IAJES. Através das orientações dos padres da cidade e da equipe técnica, objetivou-se a organização, o desenvolvimento e a eficiência das atividades.

2.2 O IAJES e o crescimento das ações pastorais

Pelos relatos de Vanin e pelas informações retiradas do projeto de aumento das instalações do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, pode-se verificar que as primeiras atividades, em 1969, administradas pela Pastoral Social e Administrativa – que posteriormente deu origem ao IAJES – era voltada para os cursos profissionalizantes, a

⁸¹Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 18.

alfabetização de adultos e trabalhos assistencialistas nos bairros. Somadas aos estudos bíblicos, às atividades de recreação e às celebrações das missas, construíram-se relações de comunidade, cooperação e uma educação de base.

O período que se convencionou denominar de “etapa municipal”, marcado pela expansão dos trabalhos em diversos bairros da cidade e a centralização do gerenciamento pelo IAJES na paróquia Nossa Senhora das Graças, coincide com a chegada do padre João Carlos Oliveri, “grande responsável pelo amadurecimento da instituição e pelos impulsos que levaram o IAJES às etapas que se seguiram” (OLIVEIRA, 2006, p. 116). Como decorrência, o aumento do espaço de ação pastoral e a “integração administrativa” das comunidades geraram alguns problemas e a necessidade de desenvolver estratégias que pudessem aumentar e dinamizar as ações, de maneira que engajassem maior número de moradores.

Ao longo dos anos, a “integração administrativa” centralizou o gerenciamento do IAJES na paróquia Nossa Senhora das Graças, ficando a cargo das CEBs e das nascentes SABs, os serviços nos bairros, cabendo ao instituto a tarefa de assistir aos grupos. Assim, o IAJES tinha um caráter de assessoria, prestando formação e orientações aos grupos nos bairros, mobilizando moradores e incentivando a ação autônoma de cada movimento.

Para isso, o IAJES assumiu, num primeiro momento, a coordenação e a organização dos movimentos, além de buscar formas de financiar as atividades implementadas no decorrer dos anos em Andradina, que contou com a ajuda das agências de cooperação internacional, a promoção de quermesses e outras festividades populares como fontes para aquisição de recursos.

Com a chegada de João Carlos Oliveri, em 1974, nos dizeres de Vanin, iniciou-se “uma fase riquíssima” das ações pastorais na cidade. A “integração administrativa”, reunindo a administração do IAJES na paróquia Nossa Senhora das Graças, favoreceu a expansão das ações e trouxe problemas administrativos, como a falta de lideranças, que ocasionou a retomada dos círculos bíblicos nos bairros para incentivar o engajamento dos moradores ⁸².

Outros padres estiveram envolvidos com o desenvolvimento das ações pastorais. Além de José Vanin e João Carlos Oliveri, destacaram-se os padres René, João Ham, Vicente Martins e Kanasawa. O padre Kanasawa, apesar da idade, trouxe equilíbrio

⁸²José Vanin Martins, por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.

e a aceitação dos membros da comunidade visível da Igreja Católica de Andradina, já que os padres citados, a partir do ano de 1975, gradativamente, casaram-se. Vanin, Vicente, João Carlos e René, depois de seus casamentos, permaneceram no desenvolvimento de suas funções, apesar das restrições em relação a realização sacramental da Igreja, deixando apenas de atender as confissões e presidir casamentos e batizados.

Nas anotações das reuniões, a discussão em torno do casamento dos padres apresentou certo descontentamento dos moradores. Questionava-se a novidade das leis sobre o celibato. Muitas das respostas basearam-se no argumento de que “o casamento dos padres” não era “proibido pela Bíblia”, seria uma “orientação de São Paulo, não um mandamento do Senhor”⁸³. Apesar das respostas dadas por Oliveri, os grupos sugeriram a vinda do bispo para a cidade com a finalidade de explicar tal situação. Nos relatos apresentados por Brentan (2009), com o casamento, as atividades junto às comunidades se mantiveram e se assemelharam às práticas dos diáconos, sendo proibida a realização de missas e confissões⁸⁴.

Uma situação semelhante foi constatada por Soares (2001) em seus estudos sobre as CEBs de Volta Redonda, quando se deparou com a ordenação de um diácono leigo.

No período em que estive à frente da comunidade de São Sebastião, D. Waldyr, implementou mudanças significativas na organização da vida da Igreja. Ilustrando todas essas mudanças, ele ordenou um diácono leigo escolhido pela própria comunidade, o Sr. Davi Baptista Soares, no dia 08.12, que se tornou o primeiro e único diácono casado ordenado em toda a diocese, para auxiliá-lo. A ação do bispo era justificada, pois naquela época não se podia conceder licença ao leigo para que ele pudesse ministrar os sacramentos, sendo necessária a sagração de um diácono para a realização de tais serviços religiosos. A escolha deste diácono obedeceu ao nome indicado pela comunidade (SOARES, 2001, p. 165).

É interessante notar que Dom Koop explicou a “novidade” da quebra de celibato dos padres andradinenses, já que havia participado das reuniões conciliares e sugeriu a inclusão, nas pautas do Concílio Vaticano II, do tema de ordenação de homens casados para o sacerdócio devido à falta de sacerdotes. Embora a proposta tenha sido

⁸³Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 17.

⁸⁴Marcelo Fernandes Brentan, no artigo **IAJES: Celibato clerical, política e religião**, fruto de pesquisa pelo CNPq/UFMS, nos anos de 2008-2010, orientado pelo professor Dr. Lourival dos Santos, fez a reflexão em torno da situação dos “padres casados” de Andradina e ajudou a pensar os princípios das ações na paróquia Jesus Bom Pastor e a criação do IAJES.

recusada, aparentemente, o bispo autorizou a permanência de padres que se casaram em suas funções, desde que fossem aprovados pela comunidade ⁸⁵. Assim, em Andradina, os padres que se casaram assumiram funções de diáconos.

Acredita-se que a leitura feita pelo bispo Dom Pedro Paulo Koop sobre o casamento de padres e o exercício do sacerdócio decorreu de sua estreita relação com as tendências internacionais de incentivo aos trabalhos de entidades religiosas de base e populares, o que sugere uma possível influência de Koop na conquista dos financiamentos internacionais, dadas as relações construídas entre os bispos de outros países durante o Concílio Vaticano II, como apontado por Beozzo (2001), e as origens das agências de cooperação, principalmente, serem holandesas.

Além da atuação dos padres, devem-se elencar as contribuições dos leigos, de pessoas que não faziam parte da hierarquia católica, dos participantes da equipe técnica do IAJES e dos agentes de pastorais. As referências mais frequentes nas fontes foram os assistentes sociais Belkiss e Izabel. Através deles, as orientações chegaram aos bairros e seus grupos. Num sentido geral, os leigos também tinham a função de participarem dos conselhos pastorais em níveis local, paroquial e diocesano.

Assim, o planejamento pastoral, que começou de forma variada com a criação de diversos grupos de reflexões populares bíblicas, passou a centralizar a administração dos grupos de Andradina a partir da paróquia Nossa Senhora das Graças. A assistência às CEBs e às SABs seria feita a partir de um único local. Vislumbrava-se que a unificação das paróquias facilitaria o desenvolvimento das ações pastorais em todos os bairros da cidade e as comunidades rurais. Representava-se, assim, a unidade da Igreja em busca de objetivos e a democratização da força religiosa na cidade.

As ações pastorais, por intermédio das CEBs, assistidas pelo IAJES, desenvolveram grupos de reflexões denominados Sociedades Amigos de Bairro (SABs), que assumiram as reivindicações dos bairros junto ao Poder Público.

⁸⁵ No caso de Volta Redonda, a falta de padres contribuiu para a ordenação de um diácono. A diferença, além de numérica, já que em Volta Redonda somente um homem fora ordenado, foi também uma diferença qualitativa, pois em Andradina eram padres que se casavam e assumiam funções de diácono e na diocese carioca era um leigo ordenado ao diaconato.

2.3 As SABs e o protagonismo popular desejado

Os movimentos pastorais de ação localizada, com a intervenção do IAJES e CEBs, deram início aos grupos denominados Sociedades Amigos de Bairro (SABs) de Andradina, visando a “organização de grupos cujas bases de trabalho, reflexão e ação social fossem os bairros” (OLIVEIRA, 2006, p. 191). Para Oliveira, as CEBs se caracterizaram pela participação dos católicos em torno da fé cristã e as SABs estavam caracterizadas pela participação popular. De forma mais abrangente, “elas se consideravam o próprio povo e estimulavam esse ideal popular” (OLIVEIRA, 2006, p. 193).

Para Soares (2001), após o desenvolvimento do trabalho das CEBs nas paróquias da Diocese de Volta Redonda, “começaram a se formar então, diversas comissões específicas no interior das CEBs, preocupadas com o problema de sua realidade imediata”. Assim, surgiram “as comissões de bairro, isto é, grupos de leigos que atuavam no bairro, organizando e buscando soluções para os problemas do lugar”. As CEBs foram definidas pelo autor como “organização da comunidade em torno do aspecto religioso”, enquanto que as comissões de bairro, no caso de Andradina denominadas de SABs, foram configuradas pela “reflexão da realidade social a partir do bairro, encaminhada à ação concreta, visando à transformação qualitativa do espaço de vida cotidiana e também da sociedade como um todo” (SOARES, 2001, p. 183).

Mainwaring (2004), ao trabalhar o Movimento Amigos de Bairro (MAB) de Nova Iguaçu (RJ), entre os anos de 1974 e 1985, constatou que, devido à repressão, os grupos de amigos de bairro se desenvolveram, inicialmente, de maneira assistencialista. Considerando que esse assistencialismo servia de paliativo, “os grupos de amigos de bairro” formaram um movimento com “o sentido de luta pelo bem social de todos, por uma vida melhor e mais digna” (MAINWARING, 2004, p. 214). As formas de organização dos MABs se assemelhavam, ao menos nos anos iniciais de ação, às CEBs e, no seu desenvolvimento, às SABs.

Para Oliveira (2006), as quatro primeiras SABs nos bairros de Andradina foram fundadas ao longo de 1976, sendo elas: a Sociedade Amigos da Vila Santo Antônio – Passarelli (SAVISA), a Sociedade Amigos do Bairro da Antena (SABA), a Sociedade Amigos de Bairro da Rodoviária (SABRO) e a Sociedade Amigos da Vila Mineira (SAVIMI). A partir de 1978, outros bairros formaram suas SABs: a Sociedade Amigos

da Vila Stella Maris (SAVISMAR), a Sociedade Amigos do Jardim Alvorada (SAJA), a Sociedade Amigos do Jardim Santa Cecília (SAJASC), a Sociedade Amigos da Vila Botega (SAVIB) e a Associação de Moradores de Pereira Jordão (AMPEJO) (OLIVEIRA, 2006, p. 191).

As SABs mantinham as dinâmicas das reuniões seguindo a estrutura das CEBs. Por vezes, as reuniões se voltavam para a discussão do Evangelho, ou mesmo, para o entendimento bíblico com base na vida de cada participante. Um exemplo foi a reunião feita na casa do Milton e Natalina, no bairro da Rodoviária. Contando com quinze participantes, falou-se de Jesus enquanto profeta ou o Messias “esperado”, associando as leituras das experiências bíblicas à realidade dos moradores, relacionando a vida das personagens bíblicas com a vida dos sujeitos, promovendo uma leitura popular da Bíblia. Em outra oportunidade, no mesmo bairro, cerca de 15 pessoas, dessa vez reunidas na casa do João ⁸⁶, discutiram “a proximidade de Deus ao seu povo”, a partir da visão dos participantes.

Outros fragmentos dos cadernos de anotações das reuniões demonstram a preocupação com o distanciamento das pessoas da vida religiosa, sendo discutidas nas reuniões dos bairros estratégias para trazer de volta os “afastados” e se aproximar daqueles que necessitavam. Tinha-se a ideia de incentivar a intensa participação da população, através de ações autônomas dos grupos nos bairros, mas a dificuldade de mobilizar as pessoas, tanto as ligadas à Igreja Católica, quanto as que não tinham opções religiosas, demonstrava as fragilidades dos grupos. No entanto, a insistência na elaboração de estratégias de recrutamento e de aproximação aos moradores dos bairros revela a esperança de mudança das condições de vida dos sujeitos e o comprometimento de parte dos moradores. “Movidos por um forte ideal evangélico, estes agentes optam por um engajamento concreto junto às camadas populares” (TEIXEIRA, 1988, p. 312).

Entre as mais frequentes preocupações dos moradores presentes em reuniões nos bairros estava a mobilização para a execução das atividades, pois a autonomia e o protagonismo desejados pelos católicos progressistas encontrava dificuldades de serem aplicadas. No entanto, apesar da penosa participação popular nas ações pastorais e reivindicatórias, através do engajamento de moradores, visitadoras, animadores e agentes

⁸⁶As reuniões tinham esse caráter rotativo e objetivava a atração, ao menos a curiosidade, de maior número de vizinhos para as práticas dos estudos bíblicos, terços e outras atividades que fossem desenvolvidas nessas reuniões.

pastorais nos bairros, elencaram-se problemas que, em reuniões, foram debatidos e se apresentaram soluções.

As formações dos animadores e visitadoras se deram durante as reuniões através de questões norteadoras que encaminhavam as discussões aos grupos. Nos bairros da Rodoviária e Nossa Senhora das Graças, durante uma reunião, a indagação “quem é o nosso próximo?” foi lançada para promover o debate e a formação. As respostas eram diversas, de acordo com a interpretação de cada um, mas a discussão dirigiu-se para a unidade das comunidades em prol da tomada de consciência de sujeitos políticos ligados a grupos populares para a luta a favor dos necessitados e pela transformação da realidade social em que viviam. É interessante notar que nem todas as respostas caminhavam para o objetivo da reunião de formação. A expressão “Não está em nossas mãos” e a palavra “medo” aparecem anotadas nas fontes e retratam a falta de perspectiva de mudança e a insegurança presentes em momentos de dificuldades. A comunidade seria princípio da unidade, para unir e reunir, para pensar, entender e mudar as coisas. Para os animadores, “crescer em comunhão”, significava “sair debaixo dos pés deles (os poderosos)”⁸⁷.

Ainda, no que concernem as dificuldades de engajamento dos moradores, no final de 1976, no bairro Rodoviária, cerca de setenta moradores se reuniram para uma assembleia para “ver os rumos da comunidade”. Durante a reunião foi realizada a eleição da Diretoria e do Conselho Administrativo do Rodoviária. A Diretoria era formada por um presidente e um vice, primeiro e segundo tesoureiro e primeiro e segundo secretário, acompanhada de um Conselho Fiscal formado, nesse período, por 14 pessoas. Esse quadro era formado, se não o total, ao menos a grande maioria, por homens. O presidente em exercício nesta data era Luís Spontoni, que presidiu a eleição, tanto da nova diretoria quanto do novo conselho.

Spontoni foi eleito em votação cinco meses antes para o Conselho Pastoral de Andradina, que visava o fim das barreiras entre as três paróquias da cidade e propunha serviços integrados. O Conselho Pastoral era formado por dois representantes de comunidades urbanas, comunidades rurais, movimentos leigos formados por catequistas, jovens e movimento familiar, Conselho Social composto por interessados em campanhas e projetos sociais na cidade e o Conselho Administrativo. Spontoni foi escolhido com vinte e um dos setenta votos prováveis para fazer parte do Conselho. Assim, parecia

⁸⁷Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 14.

despontar com certo prestígio entre os moradores do Rodoviária, fazendo parte do Conselho Pastoral da cidade e da Diretoria do bairro.

Curiosamente, iniciou-se a votação da Diretoria e do Conselho e Spontoni acumulou 64 votos dos 69 votos totais. No entanto, Spontoni, que já era o presidente da Diretoria, agradeceu os votos recebidos e recusou o cargo sob a justificativa de que não daria para continuar na direção. Nas anotações do IAJES foi identificado o “boato de haver uma assembleia para tirar Spontoni do cargo”⁸⁸, mesmo assim, Raul e Inês, pessoas que também receberam votos, um voto cada, fizeram elogios ao serviço prestado por Spontoni na presidência.

Houve uma segunda eleição em que os votos brancos superaram a soma de todos os candidatos juntos, 34 de 58 votos válidos, provocando uma terceira escolha. Luís Spontoni e Francelino apareceram com o maior número de votos, sendo o primeiro com 10 e o segundo com 23 dos 49 votos válidos. Mais uma vez o cargo foi recusado. Francelino agradeceu e explicou que não poderia aceitar devido problema de doença de sua esposa.

As discussões seguiram e demonstraram as dificuldades dos moradores em assumir compromissos com as ações pastorais. Inês, uma das participantes, passou o recado de renúncia do vice-presidente em exercício, Tinoco, que estava presente, inclusive recebeu 5 votos na terceira votação e, aparentemente, teria ido embora e justificado o abandono de devido ao aumento de trabalho. Assim, o número de votos foi diminuindo a cada eleição, demonstrando a insatisfação dos moradores com a situação. Alguns deixaram de participar das escolhas dos representantes, outros foram embora.

Restou a Spontoni permanecer no cargo até o Natal. Em meio a tantas indefinições, o presidente administrativo e coordenador da comunidade se dizia cansado e queria se afastar da administração e da pastoral, pois enfrentava problemas devido à sobrecarga de trabalhos, mesma causa citada por Tinoco. Além disso, Spontoni apontou o aumento das funções no serviço pastoral, que “começou com um grupo e agora tinha 10”⁸⁹. Deve-se considerar que existia um descontentamento e certo desgaste diante do aumento das atividades, inclusive os serviços que compreendiam a parte financeira.

Essas desistências demonstram as dificuldades encontradas nos bairros para motivar os moradores a assumirem responsabilidades nos grupos. As causas eram

⁸⁸Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 21.

⁸⁹Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 21.

variadas, como sobrecarga na vida pessoal, problemas financeiros e falta de tempo para lidar com atividades de interesses pessoais, como lazer, trabalho e estudo.

Ao que parece, a “integração administrativa”, relacionada à unificação das paróquias, citada por Oliveira (2006), que expandiu a ação do IAJES para todos os bairros de Andradina, fez aumentar a quantidade de trabalhos dos envolvidos com o Instituto, CEBs e SABs e gerou a necessidade de maior engajamento dos moradores. Acusações presentes nos cadernos de anotações demonstram o quanto as relações sociais que se faziam nas reuniões eram tensas, como as que cogitaram a compra de uma fazenda com dinheiro da quermesse e a construção de uma casa pelas lideranças, ambos que estavam se afastando dos serviços pastorais em meio a um ambiente de desconfianças e responsabilidades que exigiam os cargos.

Spontoni justificou que, por muitas vezes, teve de tirar dinheiro do próprio bolso para dar conta dos compromissos e afirmou deixar as contas pagas e solicitação de verbas para o ano seguinte aos “irmãos da Holanda”⁹⁰. O prestígio de Spontoni entre os moradores que participavam dos grupos, demonstrado no número de votos que recebeu nas duas votações, do Conselho Pastoral Municipal e da Diretoria do bairro Rodoviária, gerava responsabilidades e dúvidas em torno de suas atividades de gerente dos recursos.

No bairro Pereira Jordão, meses antes, também foi discutido sobre a eleição da nova Diretoria e do novo Conselho. As ações se assemelharam a eleição realizada no Rodoviária, porém, envolveu questões peculiares do bairro. Foram apontados 53 candidatos, entre pessoas que se ofereceram e outras indicadas em reunião anterior, além dos presentes na assembleia. Cada um escolheu seu representante e os mais votados seriam consultados pelo padre Vanin sobre suas disponibilidades. Aqueles que aceitassem os cargos poderiam escolher entre os do Conselho e os da Diretoria. A moradora Dita foi escolhida como a presidente entre os candidatos, seguida por Júlia, João, Mathilde, Valentim, Arlete, Jair, Vicente e Osmar. Em sua configuração, o Pereira Jordão contava com uma participação mais ativa das mulheres.

Como se vê, longe dos idealismos, as escolhas de lideranças de bairros eram marcadas por tensões que geravam muitas preocupações nos escolhidos, como retomar os estudos bíblicos, mobilizar e recrutar mais colaboradores e fortalecer a união dos grupos e pessoas engajadas, mantendo a boa convivência para a continuidade dos planejamentos e ações nas SABs.

⁹⁰Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 22.

As desconfianças e a desorganização em alguns bairros faziam com que a participação popular diminuísse, obrigando os grupos a retomarem ações que deram origem às CEBs e desenvolveram as SABs. Assim, retomavam os estudos bíblicos e as atividades assistencialistas enquanto elaboravam novos projetos. Além disso, reaver as práticas iniciais colaborava com a manutenção de uma base ligada à religiosidade popular que contribuía para a retomada das atuações dos moradores. O desenvolvimento de novas ações, como veremos nos projetos de saúde, ajudaria a trazer os moradores de volta ao corpo das CEBs e SABs.

Em todas as comunidades eram notórias reclamações da falta de engajamento, principalmente da juventude, ao qual se dizia que “deveria ser levado de uma forma mais séria”, pois havia “muita gozação” entre os jovens ⁹¹. O despertar do interesse juvenil contou com exemplos de ações da própria Igreja, visto que o engajamento dos jovens havia rendido bons frutos no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC). Os agentes buscaram maneiras de motivar a participação voluntária dos jovens para que pudessem se reunir e desenvolver atividades com base na missão da Igreja.

Engajar a juventude, desde a chegada do padre Vanin, havia sido objetivo da Igreja Católica de Andradina. A criação da Comunidade de Jovens Cristãos (CJC) na cidade, em 1966, pretendia mobilizar os jovens nos movimentos pastorais. Apesar do desinteresse, da falta de compromisso e de seriedade da juventude, conforme apontam os documentos, as ações feitas com a ajuda dos jovens tinham resultados interessantes, como os índices de participação, incluindo aqueles que estavam “desaparecidos a tempo” ⁹² e motivava a continuidade das atividades com a juventude de Andradina.

Nesse contexto, no final de 1976 e início de 1977, o Conselho Pastoral Diocesano (CPD) planejou o Concílio de Jovens, que seria realizado em Andradina e acolheria a juventude da Diocese de Lins. Em agosto de 1977, realizou-se o Concílio de Jovens, que reuniu cerca de 500 participantes na cidade de Andradina e discutiu assuntos de interesse da juventude. Com questões provocativas direcionadas aos jovens divididos em grupos, o Concílio foi marcado por uma suposta presença de agentes repressores, identificados como “investigadores e fotógrafo de barba ruiva”. O potencial da juventude sob a liderança de padres progressistas ressonava nos órgãos de investigação, que

⁹¹ *Cadernos de Anotações, IAJES*, 1976-1977, p. 54.

⁹² *Cadernos de Anotações, IAJES*, 1976-1977, p. 54.

“suspeitavam” da mobilização da juventude católica e dos padres da cidade no Concílio de Jovens ⁹³.

Os resultados do Concílio de Jovens foram avaliados em reuniões de bairros. Muitas discussões foram feitas a partir do lema “tudo pode e deve ser debatido e mudado por nós” ⁹⁴. Buscaram-se formas para resolver problemas com menores abandonados e marginalizados, sendo evidenciada uma preocupação com o que seria da “infância que está crescendo” ⁹⁵. Foram propostas novas pesquisas para entender a situação dos bairros e seus problemas cotidianos, desde questões salariais, condições de vida e de habitação dos moradores, oportunidades no mercado de trabalho, formação profissionalizante, entre outros assuntos que pudessem interessar a juventude e motivá-la na busca de soluções para os problemas cotidianos dos bairros.

Em outras reuniões, o engajamento foi tratado pela perspectiva da unidade dos grupos, para que “abrissem os olhos” ⁹⁶, perdessem o medo e continuassem a luta, perseverantes em comunidade pelo que já haviam caminhado sem deixar se abater pela presença dos investigadores, ao que tudo indica do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Serviço Nacional de Informação (SNI) ⁹⁷ na região. Como forma de resistência, muitas anotações em cadernos de reuniões foram emblemáticas na luta contra a ditadura, como os dizeres “ainda que me pendurem em uma corda, não devo me calar” ⁹⁸. Nesse sentido, a construção de grupos de amizade nos bairros que pudessem compreender e modificar a situação financeira, moral e política da cidade e do país ainda teriam continuidade.

Percebe-se que as dificuldades, ainda que numerosas, fizeram com que os grupos criassem diferentes estratégias de mobilização e desenvolvessem o trabalho pastoral na cidade. De forma gradativa, as SABs foram se fortalecendo, mudando suas áreas de ação e incentivando a mobilização popular em torno das reivindicações por melhorias locais. Nos anos de 1976 e 1977, as ações pastorais e sociais, desenvolvidas pelas CEBs e SABs, auxiliadas pelo IAJES, apresentaram características missionárias.

⁹³ *Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 54.*

⁹⁴ *Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 17.*

⁹⁵ *Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 17.*

⁹⁶ *Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 21.*

⁹⁷ No relatório de iniciação científica, PIBIC/UFMS de 2009, sob o título **O IAJES e a militância católica sob a Ditadura Militar (1970-1985) na região do Alto Paraná**, o autor identifica, através da entrevista de uma das agentes técnicas do instituto, a presença de agentes espões do Serviço Nacional de Informações (SNI).

⁹⁸ *Cadernos de Anotações, IAJES, 1976-1977, p. 21.*

Ainda que apontassem para a formação e atuação política dos moradores, a herança das CEBs era forte e bastante presente nas SABs, que conseguiram manter uma organização, ainda com problemas e dificuldades, baseada em preceitos de fé e compromisso.

Assim, propõe-se compreender a gradativa e constante transformação das ações desenvolvidas pelos grupos e como a assistência dos agentes pastorais, principalmente pela interferência de João Carlos Oliveri, influenciou a transformação dos sujeitos dos bairros de Andradina.

2.4 Mobilizações e engajamento social das SABs

O ano de 1979 foi importante para as ações pastorais. Nele foi realizada a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de los Angeles, no México. Assim, “toda a prática de Igreja que, a partir de Medellín, cresceu significativamente no sentido da opção pelo pobre, o documento de Puebla irá recolher, reconhecer e aprofundar tais práticas” (TEIXEIRA, 1988, p. 295).

Das concepções defendidas em Puebla, destacou-se o protagonismo das CEBs e a eficiência de seus trabalhos junto às camadas populares. Foi reforçada a “opção preferencial pelos pobres” com a pretensa transformação da realidade latino-americana. “Outra opção claramente definida no Documento de Puebla”, e que traz certa novidade para os discursos da hierarquia católica latino-americana, “refere-se à promoção e libertação integral”, ao qual se acrescentava a ideia sistematizada pela Teologia da Libertação e, assim, a reconhecia. Nesse sentido, “a dimensão socialmente libertadora” passava a ser “parte integrante, indispensável e essencial da missão eclesial” (TEIXEIRA, 1988, p. 297-298).

Em Andradina, os trabalhos pastorais ganharam impulso em 1979. Através do levantamento feito pelas visitadoras dos principais problemas das comunidades nos anos anteriores, os esforços pastorais se concentraram em “quatro programas principais de ação”: a continuidade das “atividades de assistência e voluntariado”, “um programa de assessoria a grupos populares”, programas de saúde comunitária e medicina popular, e, por fim, a atuação “no campo de prevenção e auxílio das problemáticas de ‘menores’” (OLIVEIRA, 2006, p. 116).

Para além das ações pastorais, é possível identificar as mobilizações e ações políticas das SABs, que adotaram diferentes ferramentas de pressão e reivindicação junto à administração pública, exigindo a solução de problemas nos bairros, como a falta da coleta de lixo, por exemplo.

As reuniões dos grupos aconteciam com as equipes separadas: equipe técnica, equipe das visitadoras, dos animadores, conselhos e diretorias das SABs e CEBs. Na reunião da equipe técnica, formada por João Carlos, Belkiss, Toninha e Bel constataram-se os primeiros problemas entre vereadores e o prefeito municipal Edmon Alexandre Salomão, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), com membros das SABs e moradores dos bairros. Oliveira (2006) tratou de alguns desses conflitos entre as SABs e a administração pública, quando os moradores de bairros insistiram em participar de sessões da Câmara Municipal, para esclarecer as autoridades sobre os problemas nos bairros, propor soluções e reivindicar melhorias. No entanto, o prefeito Edmon e vereadores tentaram ignorar e proibir a participação dos moradores nas sessões plenárias. Esses conflitos entre as SABs e Câmara dos Vereadores tornou-se constante até o encerramento das atividades do IAJES, em 1996.

Em reunião, os representantes das SABs – Maria e Valdomiro da SAVISA; Jaime da SAVIMI; Milton, Pedro Roque, Aldo e Irene da SAVISMAR; Alencar, Bel e JC da SABRO; e Agostinho e Gerson da SABA – procurando melhorar a desenvoltura das reivindicações populares e as relações das SABs com a administração pública, nomearam uma comissão com o objetivo de mobilizar a população para produzir abaixo-assinados e documentos para reivindicar e fiscalizar ações da Prefeitura Municipal. Ao ser criada a Comissão Permanente de Lutas Populares (CPLP), pretendia-se desenvolver as relações políticas das SABs.

Ao representar a união das SABs, a CPLP fazia a mediação entre os interesses dos moradores de bairros e a administração pública. A união das SABs, através da CPLP, não foi rejeitada por nenhum dos representantes de bairros que entendiam que essa unidade traria mais força para a vida comunitária, através do acompanhamento aproximado das SABs junto às ações administrativas municipais, garantindo maior organização e melhores resultados nas reivindicações dos bairros.

A realização de caminhadas e visitas surpresas de membros das SABs à Câmara Municipal retratava formas de pressionar a administração pública. Entre as críticas e reivindicações estavam os problemas com o esgoto a céu aberto, a falta de

coletas de lixo, ruas esburacadas, falta de iluminação e o pedido de doação de um terreno, utilizado como campo de futebol, para a construção de ambulatório. Um dos argumentos e questionamentos utilizados para motivar a cobrança dos moradores junto à Prefeitura era a de que “se paga imposto, porque não se tem direito?”. Para eles, “o prefeito deveria tomar conhecimento dos problemas dos bairros e o povo deveria ajudá-lo a ver e resolver esses problemas”. Assim, lutava-se para conseguir melhorar a infraestrutura de seus bairros, seja pelo saneamento básico, a locomoção e o atendimento na área da saúde ⁹⁹.

Levando em consideração a especificidade de cada bairro, as ações desenvolvidas pelas SABs foram divididas em 1979. No Jardim Alvorada, a SAJA deveria aumentar as bases populares, adotando, novamente, a estratégia dos grupos de estudos bíblicos; no Passarelli e no Botega, SAVISA e SAVIB desenvolviam-se projetos de ambulatórios contando com o apoio de inúmeros moradores; no Antena, a SABA, no Rodoviária, a SABRO, e no Santa Cecília, a SAJASC, ocorriam levantamentos de fundos e busca por terrenos apropriados para a construção de ambulatórios; a SAVIMI, no Mineira, além dos trabalhos no ambulatório, desenvolvia os cursos de datilografia e, no Stela Maris, a SAVISMAR desenvolvia o projeto de hortas comunitárias e os trabalhos ambulatoriais. Além disso, ações das SABs nos bairros contavam com o apoio e organização do IAJES para angariar fundos no Antena, através da realização da festa de Santo Antônio e contava com a ajuda da Câmara Municipal, para a construção da sede ambulatorial. No Santa Cecília, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) ajudaria na construção de 500 casas no bairro em terreno doado pelo, então, ex-vereador Walter Ramalho Miranda.

As mobilizações das SABs e o engajamento social se intensificaram com projetos de saúde comunitária e medicina preventiva popular. Durante uma reunião da equipe técnica sobre medicina popular, compreende-se melhor como eram os trabalhos com a saúde realizados pelas visitadoras. Ainda que se reconhecesse a importância do papel do médico, ressalta-se, também, a influência dos agentes de saúde, apontando que “o trabalho de medicina popular não é curativo, mas preventivo” ¹⁰⁰ e que se daria, inicialmente, através da formação consciente e responsável dos agentes.

A equipe de trabalho de saúde das SABs era formada, em sua maioria, por um grupo de mulheres: Marivalda, Ana, Chica, Flô, Cleuza, Toninha, Miquelina e Marisa.

⁹⁹Cadernos de anotações, IAJES, 1979, p. 53.

¹⁰⁰Cadernos de anotações, IAJES, 1979, p. 20.

Parte dessas mulheres estava engajada em outros grupos, seja nas CEBs, SABs ou mesmo em grupos pastorais que desenvolviam as atividades do IAJES. Era visível o comprometimento de muitas dessas mulheres, desde a atuação, enquanto visitadoras, até o papel de lideranças de bairro, como o caso de Toninha, que fazia parte da equipe técnica do IAJES.

O projeto de saúde, além das visitas preventivas e de acompanhamento, tinha por objetivo implantar ambulatórios médicos nos bairros da cidade com financiamento das agências de cooperação internacionais. Apesar de prematuro, na Vila Mineira, o projeto já contava com alguns materiais de trabalho. No bairro Nossa Senhora das Graças existia a insegurança quanto ao lugar de instalação do ambulatório, porém, já haviam sido elencados alguns profissionais da saúde, como doutor Paulo, médico da Divisão Regional de Saúde, e Cidinha, enfermeira-padrão, que dava assessoria para os primeiros trabalhos, desde visitas de orientação e prevenção até o apoio necessário nos centros de saúde. A organização dos trabalhos tinha como premissa o respeito aos planejamentos, com fichas de avaliações, dias de estudos aos sábados e reunião de avaliação nas terças pela manhã.

Com o aumento dos trabalhos, as visitadoras passaram a realizar encontros quinzenais, quando demonstraram preocupação com a expansão da equipe. Além dos trabalhos voltados para a saúde, as visitadoras organizaram chás e atividades de orientação às mães dos bairros sobre medicina popular. Ofereciam, ainda, cursos profissionalizantes de corte, costura e crochê. Essas atividades, aos poucos, constituíram o Movimento de Mulheres de Andradina, que se fortaleceu e estabeleceu relações com outros movimentos sociais na região noroeste, no Brasil e na América Latina.

Para dar conta de assessorar todas as atividades, em 1979, o IAJES reuniu o seu conselho e diretoria, juntamente com visitadoras, agentes estagiários e animadores das SABs e CEBs. No conselho do IAJES, os bairros tinham seus representantes, como o Moacir do Antena, Sebastião do Botega e o Milton do Rodoviária, entre outros, que, seguindo o formato de um grupo de estudos, discutiram sobre as novidades das atividades do IAJES. Foi introduzido o desenvolvimento de planejamentos individuais de cada bairro, bem como a elaboração de relatórios dos trabalhos. Assim, poderiam ter controle das ações, desde o planejamento até os resultados.

O desenvolvimento pastoral em Andradina cresceu e buscou uma relação mais forte com grupos pastorais de várias cidades da Diocese de Lins. A troca de experiências entre as CEBs da região foi possibilitada pelo Conselho Pastoral Regional,

formado por padres, agentes e representantes de movimentos pastorais. O Conselho Regional tinha como objetivo ser “um forte elemento de ligação entre paróquias, padres e leigos”, “elemento de formação e informação” que visava manter a unidade da região, “ser motor dinâmico do trabalho”, colocando-se a serviço das comunidades para a troca de experiências, apontando para a conquista dos objetivos de cada uma.

Além disso, havia a preocupação da unidade na caminhada das pastorais na região. Seguindo os direcionamentos do PPC, poderiam identificar problemas e soluções comuns. Segundo os conselheiros, a “Igreja tem que caminhar em vista da libertação do povo e o povo está organizado. O Conselho é um esforço para sair do isolamento e que possibilite a crítica do trabalho realizado”¹⁰¹. Acompanhando esses ideais, as paróquias deveriam dar condições para a troca de experiências. As atuações pastorais em conjunto possibilitariam a ampliação da vivência comunitária. O problema de uma paróquia passava a ser o problema de todas. Assim, a resolução dos problemas locais era mais eficiente.

Apesar das ações das SABs apoiadas pelo IAJES, muitas eram consideradas prematuras e careciam de adaptações e melhorias. Entre os problemas apontados, merecem destaque a falta de representantes dos bairros na CPLP e as dificuldades de demonstrar os problemas dos bairros e dos moradores com maior eficiência. A demora para entregar as reivindicações populares na Prefeitura contribuiu para que a administração pública fizesse somente as coisas mais fáceis. Isso demonstrava as falhas da execução de algumas ações reivindicatórias. Porém, o envolvimento dos vereadores com as ações das SABs gerava desconfiança que, segundo os moradores, afirmavam que “o povo deve ficar de olho aberto para ver o que tem por traz do interesse dos vereadores”¹⁰².

Embora ainda faltasse a compreensão e o interesse da população dos bairros para cobrar as promessas e terem as reivindicações atendidas pela Prefeitura, a união e a perseverança dos moradores possibilitaram a resolução de alguns problemas existentes nos bairros. No final da década de 1970, os avanços das atividades pastorais, sociais e políticas, contracenaram com as dificuldades para trabalhar nos bairros da cidade, existindo preocupações dos agentes para reunir, unir, organizar e motivar a participação dos moradores.

¹⁰¹ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1979, p. 11.

¹⁰² **Cadernos de anotações, IAJES**, 1979, p. 54.

Nos momentos de dificuldades, de conflitos e de experiências negativas, era comum que ocorressem reuniões em que os agentes do IAJES, ao lado das lideranças dos bairros, buscassem formas de compreender o que havia acontecido. Em situações difíceis, era usual reiniciar os planejamentos, analisar os objetivos e o desenvolvimento dos projetos e, assim, retomar as atividades.

Outras questões que aparecem nas anotações do IAJES referem-se à autonomia dos grupos populares. Diversos questionamentos foram levantados sobre os resultados dos trabalhos pastorais e sociais, sobre os métodos utilizados e os limites de interferência dos agentes pastorais nas SABs, principalmente em questões políticas dos grupos. Isso demonstra as implicações de um trabalho que teve a premissa de promover a autonomia e a participação popular em várias dimensões em sociedade, como a política, a religiosidade e a cultura.

Devido ao gradual envolvimento das SABs em questões políticas e a busca por participação popular na administração pública, identificou-se a aproximação com políticos. Mesmo sendo apontada pelos agentes pastorais como algo negativo, predominou a ideia de que os grupos precisavam conhecer a política, deixar os moradores preparados para lidar com os seus interesses. Tanto moradores quanto candidatos, deveriam respeitar as reivindicações populares e compreender melhor a política local, para evitar os “politiqueiros”¹⁰³.

Apesar disso, a participação dos políticos em reuniões das SABs era decisão dos próprios grupos. Isso, de certa forma, representava a autonomia frente às tendências partidárias do município e da construção do conhecimento político popular. Porém, para fortalecer os alinhamentos e a construção de uma cultura política a partir das realidades dos bairros da cidade, foi necessário intensificar um projeto de educação popular com ênfase no viés político para suprir carências da população e orientar moradores sobre suas escolhas.

2.5 Educação popular e politização das SABs

As SABs construíram uma “dimensão política latente”¹⁰⁴. O IAJES, como fomentador da unidade das SABs, possibilitou a construção política a partir de diversas

¹⁰³Cadernos de anotações, IAJES, 1979, p. 26.

¹⁰⁴Cadernos de anotações, IAJES, 1979, p. 59.

esferas de atuação. Para isso, implementou no serviço de educação popular a formação política dos moradores. A educação popular do IAJES, originalmente, estava voltada para a alfabetização e profissionalização dos moradores dos bairros assistidos pelo Instituto. No entanto, as ações politizadas exigiam a formação política dos membros dos grupos.

No final de 1981, em reunião, agentes pastorais analisaram a situação das SABs de Andradina e, de acordo com os relatos de Maria, havia expectativa de desenvolvimento das ações em outros bairros. Para a liderança, “Bom Jesus”, um bairro novo, não tinha SABs, mas contava com “pessoas que entendem e tem melhor cabeça” para executar ações pastorais e reivindicar melhorias no bairro. Através das CEBs, os moradores do Bom Jesus “pediram água, com abaixo-assinado e foram à Câmara”, o que demonstrava a ação de uma “comunidade nova, mas com gente que entende”¹⁰⁵.

No Jardim Alvorada, depois da movimentação em 1979, as SABs estavam paradas. Era necessária a mobilização de outras SABs pela CPLP para “reavivar” a SAJA, fazer visitas, distribuir convites e retomar os estudos e as leituras populares bíblicas. Agentes pastorais e equipe técnica entendiam que “visitas de povo para povo, reuniões do povo com o povo, nas casas” eram mais eficientes no engajamento dos moradores na continuidade das ações reivindicatórias ¹⁰⁶.

Nos últimos meses do ano foram traçados alguns objetivos para 1982. Dentre os principais, estava o de “mobilizar mais o povo das SABs”, pois eram poucas as reuniões nos bairros. As CEBs deveriam estar mais próximas dos movimentos populares, contribuindo com as reivindicações e a formação popular para os esclarecimentos eleitorais, principalmente, por se tratar de um ano político por parte das lideranças do IAJES. Considerando a presença da Igreja nos bairros, encontrou-se nas novenas e nos terços, uma estratégia para dar continuidade aos trabalhos sociais, aos projetos de saúde comunitária, à fiscalização dos atendimentos nos ambulatórios e à prática de medicina preventiva popular, através de ações das visitadoras.

Como dito, no princípio das ações pastorais, a educação popular visou a promoção e o desenvolvimento humano, oferecendo aos moradores cursos profissionalizantes e alfabetização. Até então, a educação popular havia suprido a carência dos moradores. No entanto, surgiu a necessidade de formação política para a continuidade das ações. Para além de cursos profissionalizantes, como corte, costura,

¹⁰⁵Cadernos de anotações, IAJES, 1982, p. 51.

¹⁰⁶Cadernos de anotações, IAJES, 1982, p. 51.

crochê, bordados, formação de pedreiros e pintores para a área da construção civil, foram oferecidos materiais de formação e prática política. Assim, o IAJES, as CEBs e as SABs assumiram “o lugar da educação popular para a participação democrática” (PETRINI, 1984, p. 100).

Com a intensificação das questões políticas nas SABs em decorrência das eleições municipal e estadual, a formação política dos moradores propiciou discussões nos diversos níveis das ações pastorais e sociais. Constituíram-se, assim, “equipes de educação popular” vinculadas “à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto-organização” que exigiram a participação política dos moradores de bairros (SADER, 1988, p. 148).

A educação popular, na concepção do IAJES, estendia-se para além dos grupos de estudos, nas salas de aulas. Compreendia-se que “tudo que ajuda você a crescer na comunidade, seja nos estudos bíblicos, grupos de mulheres e reunião de animadores” contribuía para a formação política dos moradores ¹⁰⁷. Nas SABs, a educação popular, considerando as necessidades dos moradores, demonstrava a complexidade das relações no campo político e possibilitava a participação popular.

As carências sociais enfrentadas pelos moradores nos bairros ajudavam na compreensão das raízes dos problemas, como a má administração do dinheiro público e o sistema injusto de distribuição de rendas. Assim, a educação popular incentivou ações e participação política em prol do bem comum, visando “o interesse do povo”, dando autonomia aos moradores na execução das atividades que pudesse promover e desenvolver seus pares, valorizando “a sabedoria e conhecimento do povo”, compartilhando conhecimento e mantendo a unidade ¹⁰⁸.

A educação popular partia de experiências cotidianas dos moradores para a construção de ações politizadas para a resolução das reivindicações. Foi “devido a uma conscientização que se teve antes”, vivenciada através das atividades pastorais e discussões populares da Bíblia, que se pôde entender “o que é a Política”. Vivia-se “a luta de classes”, compreendia-se a população pobre como “classe oprimida” e procuravam-se alternativas populares, orientadas através da educação e leituras bíblicas, para o “fim de opressores e oprimidos” ¹⁰⁹.

¹⁰⁷ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 10.

¹⁰⁸ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 10.

¹⁰⁹ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 11.

Assim, partindo “das necessidades do povo”, buscava-se “meios de lutar”, através dos abaixo-assinados, passeatas, reivindicações de direitos, mobilizações, que visavam “enfrentar o poder do Estado”¹¹⁰. Alguns questionamentos lançados em reuniões e cursos apontaram os caminhos para discutir política entre os moradores: “Que partido optar? Quais as suas metas? Qual a diferença entre os partidos? O que é democracia? Como conhecer melhor os partidos? O que tem a ver fé com política? O cristão deve se meter com política? Por quê? A Igreja apoia algum partido? O que o povo quer?”¹¹¹.

A relação fé e política, praticada desde o princípio das ações pastorais, ganharam a perspectiva de preparar os moradores para as eleições e seus possíveis envolvimento no processo eleitoral. Ainda que as discussões fossem além, como o entendimento amplo do conceito de política, as questões apontavam para o envolvimento político dos agentes, populares e pastorais em suas relações cotidianas.

Os ideais do IAJES que associava fé e política através das análises de Oliveira (2006) permitem perceber que o projeto de Igreja e sociedade permeou as ações e objetivos do instituto do início ao fim de suas atividades. Num sentido geral, seus princípios pautaram-se na busca pela transformação social, propondo uma vida comunitária e coletiva, em que todos pudessem ter acesso à habitação, alimentação, lazer, sendo a política uma prática para o povo, que estivesse a seu serviço, em que homens e mulheres pudessem ser sujeitos da história. Essa transformação social seria possibilitada através da associação dos ideais de fé e política, orientados pelas diretrizes conciliares e suas apropriações locais.

O projeto político apontado nos diversos documentos da Igreja Católica indicava a conscientização popular e motivava a organização e a participação na vida política do país. Assim, no decorrer de mais de dez anos de ação, os grupos de Andradina se mobilizaram e propiciaram aos moradores dos bairros da cidade a esperança de uma vida melhor. Para engajados no projeto político, era “tarefa da Igreja construir a fraternidade, o mundo de irmãos” sem “explorados e exploradores”¹¹². A transformação da sociedade partia de concepções religiosas de justiça, fraternidade, liberdade e vida comunitária. A Igreja, através de sua comunidade de fiéis, conduziria as mudanças sociais, fomentando “a construção de novos espaços de participação popular, de novos

¹¹⁰ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 12.

¹¹¹ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 17.

¹¹² **Cadernos de anotações, IAJES**, 1982, p. 30.

espaços para as lutas sociais e, finalmente, de um novo espaço para a política” (OLIVEIRA, 2006, p. 230).

Apesar do desenvolvimento de ações políticas pelas SABs, adentrar a política partidária gerava certo receio nos moradores. Petrini (1984) apontou a insegurança das pessoas em relação à inserção popular no universo político e o receio de que interesses partidários “impusesse um ‘discurso competente’ diante do qual o povo seria novamente excluído”, por não dominar “o universo semântico do mundo político, nem as categorias e os temas reconhecidos como problemas, por não ter participado do projeto” (PETRINI, 1984, p. 106). Devido a isso, os moradores buscavam formações para uma participação popular na política com qualidade. Os esclarecimentos sobre a política partidária, o estudo dos projetos dos partidos – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – ajudaria na decisão sobre qual aliança as SABs escolheriam.

O aproximar-se das eleições de 1982 e a necessidade de definir-se por um partido” contribuiu para a superação dos “receios relativos ao envolvimento partidário, permanecendo a grande preocupação de participar não apenas levando a sigla, mas de fato, na elaboração das estratégias e dos programas (PETRINI, 1984, p. 107).

As reuniões entre os moradores apontavam temas diversos da política e os motivava à participação nas eleições. Analisar os projetos dos partidos foi uma das estratégias adotadas pelas SABs. O PDS foi considerado um partido em que os filiados eram de diferentes classes, o PMDB representava a burguesia e a classe média e, assim, o povo deveria “reforçar o PT”, onde teria mais espaço e, ainda que sem a pretensão de ganhar as eleições, seria uma forma de continuar a caminhada, estritamente política ¹¹³. Objetivava-se construir um projeto político que representasse os interesses dos moradores, partindo de uma cultura política participativa, modificando suas ações. Para Petrini (1984), nesse momento de escolhas:

Os que estavam silenciados e excluídos de qualquer participação na vida da cidade estão agora emergindo como atores, reivindicando a própria cidadania, compreende-se a busca de um espaço político, de um partido que reconheça a cidadania das classes populares no jogo político, o direito de participar, discutir, decidir, superando o estilo

¹¹³Cadernos de anotações, IAJES, 1982, p. 08.

tradicional que reservava ao povo apenas alguns favores e muitas promessas (PETRINI, 1984, p. 103).

Pelo que se identifica nas fontes, o PT foi a escolha que correspondia às propensões de parte dos moradores. Assim, em 1982, dezesseis agentes candidataram-se a vereadores. João Bortolanza e Valdete Bertucci, leigos participantes das ações do IAJES, candidataram-se pelo PT ao cargo de prefeito e vice-prefeita.

Meses antes, as discussões nas reuniões dos grupos questionaram as escolhas políticas dos leigos. “A Igreja deve ou não apoiar o socialismo?”. Deveriam “escutar a proposta do povo: um leigo deve ou não deixar as CEBs quando entra na política?”¹¹⁴. Essas questões apontaram para possíveis tensões, já que parte dos membros mantinha características conservadoras e discordavam do envolvimento político da Igreja. Outros moradores afirmaram que não se deveria apoiar o socialismo, pois “o governo deve dar a reforma agrária e tudo bem”, o que demonstrava características paternalistas do Estado no discurso desses moradores e, ao mesmo tempo, um respeito presente às opiniões dos moradores e agentes. Na fonte, a opção feita pela equipe técnica estava clara: “IAJES e Igreja apóiam o PT” devido à aproximação dos projetos políticos. Porém, anotações apontavam que “a panela do IAJES ferve e ninguém vê”, referindo-se aos ânimos alterados das reuniões¹¹⁵. De fato, assim como os ideais progressistas não foram unânimes entre os clérigos, as ações e discursos do IAJES receberam reações contrárias.

Nas eleições, os candidatos ligados ao IAJES estavam esperançosos, apesar de afirmar certa despreensão eleitoral, como sugeriu Oliveira (2006). Possuíam confiança nos votos dos moradores que partilharam do cotidiano de lutas de muitos desses candidatos. Porém, a relação fé e política, representada pelos agentes pastorais, visitadoras e moradores que se dispuseram a participar do processo eleitoral, não gerou resultados expressivos nas urnas. Os votos recebidos não foram suficientes para que esses candidatos pudessem levar as temáticas das SABs para a Câmara Municipal.

No entanto, a análise feita pelos agentes pastorais sobre as eleições de 1982, motivada principalmente pela derrota sofrida pelos candidatos ligados ao IAJES, apontava como causa a novidade do PT e a forte representatividade do PMDB, que conseguiu atingir diversos setores da sociedade brasileira e, por conseguinte, o eleitorado andradinense. Outros erros foram apontados, entre eles, o discurso isolacionista, que

¹¹⁴Cadernos de anotações, IAJES, 1982, p. 05.

¹¹⁵Cadernos de anotações, IAJES, 1983, p. 05.

demonstrou falhas de direcionamento das posições políticas dos candidatos, o que sugeriu entre os moradores a organização de “espaços” e a “ampliação temática” para a “discussão política”¹¹⁶.

Além disso, a “inexperiência” no campo político¹¹⁷ e a despreensão eleitoral de alguns candidatos pelo PT de Andradina também foram fatores que contribuíram para a falta de sucesso nas urnas. Jogar o jogo político significava conhecer as regras e implicava “a manutenção constante dos trabalhos políticos” das SABs, favorecendo o ganho de experiência política pelos sujeitos. Portanto, a frustração política dos grupos ocasionou o afastamento de grande parte dos moradores das atividades.

A desmobilização decorrente das eleições de 1982 fez o IAJES e demais grupos reavaliarem e reformularem suas ações, desde o incentivo a formação popular e novas formas de atuação até a retomada dos círculos bíblicos. Dentro das reformulações, surgiu a possibilidade de empreender novas ações. Tal situação condicionou o IAJES ao serviço de formação de agentes e assessoria aos movimentos pastorais e sociais da região noroeste de São Paulo. Além disso, as atividades de educação popular, com o incentivo à participação política e à retomada das atividades, foram incentivadas junto aos moradores.

A continuidade dos serviços voltados aos programas comunitários de saúde fez parte das atividades das SABs em 1983, que, em parceria com a Prefeitura, na administração de João Carlos Carreira (PMDB), atuou no projeto de vacinação infantil, atendendo boa parte das crianças da cidade com menos de 5 anos e visando alcançar 100% das crianças de Andradina, em áreas rurais e urbanas, até 1990. Ainda buscaram fortalecer as orientações populares para a prevenção de doenças.

A reformulação fortaleceu o serviço de assessoria do IAJES na região e estabeleceu ligações entre as mulheres de diversas cidades, possibilitando a troca de experiências para a construção de um Movimento de Mulheres influente e consolidado. Como um dos resultados mais promissores que se desenvolveu desde a década de 1970, o trabalho das visitadoras foi base para o desenvolvimento e continuidade dos projetos do IAJES e das SABs. Através do ideal de participação ativa e criativa da população na política, as SABs produziram um projeto capaz de atrair novamente a atenção dos moradores e engajar as visitadoras nos levantamentos de condições dos bairros e

¹¹⁶Cadernos de anotações, IAJES, 1983, p. 11.

¹¹⁷Cadernos de anotações, IAJES, 1983, p. 11.

moradores para a elaboração do Orçamento Popular de Andradina, entre os anos de 1984 a 1986. Além disso, a consolidação do Movimento de Mulheres, sob um contexto de abertura política no Brasil, motivou a participação nos debates de elaboração da Constituição Federal ao lado de outros movimentos populares do país.

CAPÍTULO III

3. A POLÍTICA PARTICIPATIVA DOS MOVIMENTOS POPULARES DE ANDRADINA: O ORÇAMENTO POPULAR E A CONSTITUINTE

Através dos documentos produzidos pela Igreja Católica foi possível perceber a construção de um projeto político em diversas escalas. Em meio ao processo de renovação eclesial proposto pelo Concílio Vaticano II, uma cultura política alternativa se configurou em contraposição a cultura política autoritária e conservadora predominante nos países da América Latina. Como projeto político alternativo, grupos sociais com forte vínculo com lideranças religiosas fizeram leituras e se articularam em diferentes realidades, propondo a associação entre fé e política, numa perspectiva progressista em defesa de uma sociedade justa.

As experiências vividas pelos moradores dos bairros de Andradina e as relações estabelecidas entre as CEBs, SABs e IAJES, permitiram identificar formas de apropriação das diretrizes conciliares e a contínua e gradativa transformação das ações pastorais e sociais em ações politizadas e combativas. No bojo das experiências emergiram práticas políticas de sujeitos que passaram a buscar, em seu cotidiano, transformações sociais que possibilitassem a participação ativa e criativa dos moradores dos bairros na vida política da cidade.

Assim, cada vez mais, afluía-se a necessidade de uma formação que oportunizasse aos moradores conhecimento técnico para a inserção no campo político, visando novas formas de participação popular na política de Andradina. Em 1984, a formação política foi intensificada no IAJES e o Instituto passou a atuar como organismo de apoio e formação de agentes para além do município, em cidades da região noroeste do estado de São Paulo e no Mato Grosso do Sul. Oliveira (2006) apontou que essa “nova etapa”, denominada “inter-regional”, demonstrou novas articulações e experiências dos sujeitos em outras esferas e o incentivo às ações democráticas de cunho popular (OLIVEIRA, 2006, p. 143).

Assim, o ano de 1984 foi de reavaliação e composição, junto aos moradores da cidade. Através das SABs foram desenvolvidas ações para possibilitar a participação

política dos sujeitos envolvidos nos movimentos populares e a construção de práticas participativas e colaborativas entre Estado e sociedade civil.

3.1 A reestruturação das ações do IAJES e das SABs

Com a reestruturação dos trabalhos em Andradina, os ambulatórios médicos construídos nos bairros da cidade foram transferidos para a gerência da administração pública. A gradativa diminuição dos recursos que financiavam diversas atividades, incluindo os projetos de saúde e medicina preventiva, contribuiu para o repasse da administração dos serviços prestados pelos ambulatórios à Secretaria de Saúde e Promoção Social para a continuidade dos projetos de saúde. Para acompanhar a sequência desses projetos pela Prefeitura, foi criado o Conselho Popular de Saúde, que permitiu a membros das SABs fiscalizar os serviços prestados pelos ambulatórios em seus bairros.

Nas fontes, foi possível identificar a preocupação dos agentes do IAJES com a falta de recursos financeiros. As ações exigiam financiamento num cenário em que os auxílios de agências internacionais já não eram suficientes e as arrecadações com as promoções desenvolvidas pelos moradores não davam conta das necessidades. A diminuição do financiamento externo decorreu de “postura ofensiva” da Igreja Cupular “diante das práticas da Teologia da Libertação”, refletindo na “diminuição da disponibilidade financeira” às ações pastorais (OLIVEIRA, 2006, p. 143).

A atuação do IAJES em Andradina manteve-se através do vínculo criado com as SABs, os movimentos populares e os projetos de Educação Popular. Esses grupos passaram a atuar de forma mais independente. Embora pudessem contar com o apoio do Instituto, tornou-se visível a diminuição do quadro de agentes e técnicos, incluindo a transferência dos trabalhos de João Carlos Oliveri e de sua esposa Bel para Três Lagoas (MS), exigindo uma condição de trabalho dos grupos de forma mais autônoma do Instituto.

O IAJES estendeu sua atuação como instituição mediadora de diversos movimentos e instituições em nível regional. A articulação se deu através da influência exercida por João Carlos, que, ao expandir as ações, propôs, entre outros, o programa Novas Formas de Ser Igreja, oferecendo apoio técnico e logístico, coordenando diversos grupos e atividades.

Além disso, a participação das mulheres nas ações das CEBs, IAJES e SABs, desde os primeiros círculos bíblicos, deu consistência para a organização, formação do Movimento de Mulheres e o desenvolvimento dos movimentos populares em Andradina. Teriam, como de costume, papel fundamental na continuidade das ações pastorais e sócio-políticas, como no desenvolvimento das atividades que colocou em discussão a participação popular na vida política.

Assim, IAJES e SABs, contando com o apoio das visitadoras de Andradina, deram continuidade às suas ações e implementaram novas atividades. O IAJES atuou como organismo de apoio, formação e articulação de movimentos na região. As SABs deram enfoque ao Orçamento Popular (OP), ou, como apontado em outros trabalhos, Orçamento Participativo. Além destas frentes de atuação, ainda coube, junto aos moradores dos bairros, a organização de ações de enfrentamento dos altos índices de inflação e o estreitamento das relações das SABs com partidos políticos. O Movimento de Mulheres, uma das frentes de atuação resultante de experiências pastorais ao longo dos anos, principalmente através das ações das visitadoras, voltariam seus esforços sobre as associações e mobilizações em diversos níveis de discussão política, como o da participação das mulheres andradinenses na Constituinte, intensificadas nos anos de 1987 e 1988.

3.2 A expansão dos trabalhos de assessoria do IAJES

Devido ao projeto regional de assessoria para diversos grupos sociais, o IAJES teve como objetivo promover trocas de experiências, principalmente sobre as vivências das CEBs e SABs, para propiciar condições de engajamento e participação popular em outras cidades. A troca de experiências possibilitou o desenvolvimento pastoral em conjunto, buscando a expansão e a unidade das ações. Gradativamente, o Instituto passou a ser uma entidade de divulgação dos trabalhos de assessoria de instituições de formação pastoral e educação popular, apoiando as ações, por exemplo, do Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), da Associação Riopretense de Educação e Saúde (ARES), e da Pastoral Social de Campo Grande, além de colaborar com o Serviço de Formação de Agentes Populares (SFAP) de Três Lagoas. Assim, pode-se compreender que ocorreu uma:

crescente formação de uma rede inter-regional entre grupos e entidades, proporcionada principalmente pelas articulações feitas por João Carlos Oliveri, em decorrência de sua posição cada vez mais dinâmica, ou melhor, de trânsito mais contínuo e comunicação cada vez mais constante com outras instituições (OLIVEIRA, 2006, p. 144).

Foi a partir das orientações de Três Lagoas que diversas cidades partilharam das experiências vividas em Andradina. De acordo com o mapa apresentado por Oliveira (2006), as cidades paulistas que receberam assessorias foram São José do Rio Preto, Lins, Castilho, Andradina e São Paulo, enquanto que no estado de Mato Grosso Sul foram Paranaíba, Campo Grande, Três Lagoas e região de Dourados (OLIVEIRA, 2006, p. 148). O projeto de assessoria fez parte do programa Novas Formas de Ser Igreja, criado por João Carlos Oliveri, ao qual “produziu inúmeros artigos, reuniões, seminários e assessorias”, formando agentes através de cursos e encontros. Boletins, panfletos e cadernos de formação foram utilizados para a divulgação das ações e instrumentos de atuação e troca de experiências entre os grupos.

Para Soares (2001), as CEBs se estruturaram em diversas etapas, que tiveram como premissa a formação dos seus agentes. No centro do trabalho de formação, a Igreja realizou o “acompanhamento e a assessoria desses grupos”, demonstrando “preocupação” e dando “prioridade”. Alinhado com esse conteúdo, próprio das pastorais engajadas na capacitação dos agentes, o IAJES assumiu uma “ativa e experiente assessoria”, promovendo uma “ação evangelizadora, conscientizadora e educadora”, propiciando a troca de experiências necessárias para o desenvolvimento e continuidade das ações pastorais junto às camadas populares (SOARES, 2001, p. 159-160).

Oliveira (2006) apontou que o ano de 1984 foi muito dinâmico para o IAJES e as SABs devido à ampliação de projetos de assessoria e de organização das atividades. A educação popular, “alfabetização de adultos, formação de agentes populares, encontros, exposição de filmes na periferia” e a elaboração do Orçamento Popular forneceriam elementos para a dinamização desses grupos (OLIVEIRA, 2006, p. 147). Em nível regional, as atividades de formação buscaram a expansão das ações pastorais para estabelecer um “trânsito intenso entre os sujeitos”, constituindo “uma etapa de rede, porque, dali, ligou-se diversas entidades e siglas em processos de entreatajuda e interação contínua, numa ampliada área de constante atuação” (OLIVEIRA, 2006, p. 147).

Como estrutura para as atividades de formação, o IAJES passou a contar com a produção de materiais técnicos *off-set* para dar apoio aos movimentos e grupos de ação

na região. Através do apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), do Rio de Janeiro, foi criado, em 1984, o Serviço de Documentação do IAJES, onde materiais formativos foram produzidos, armazenados e distribuídos para diferentes espaços de reflexão, contribuindo para o caráter informativo e auxiliar do Instituto. O que chama atenção é que através desta estrutura, muitas publicações de João Carlos foram compartilhadas entre moradores de diversas cidades participantes da rede. Acreditava-se, assim, divulgar a “memória histórica das lutas do povo que se organiza para reivindicar seus direitos”¹¹⁸.

A diminuição dos apoios externos aos projetos da denominada “Igreja popular” condicionou a aglomeração de inúmeras entidades. Este contexto de expansão das atividades do IAJES e de formação de uma rede de entidades com propósitos alinhados foi percebido por Oliveira (2006). Para a autora:

A gradativa diminuição de apoio à Igreja popular, a partir de meados de 1980 e, sobretudo, na virada da década, produziu uma aglomeração de redes que, por sua vez, reuniam “siglas” diversas. Dessa forma, o *Novas Formas de Ser Igreja*, que na década de 1980 abarcava a conexão e cooperação de cinco entidades – Iajes (Andradina), Ares (São J. do Rio Preto), Glep (Lins), Ceoc (São Paulo), Sfap (Três Lagoas) –, chegaria no ano de 1993 com doze – Ceoc, MUR-SP (São Paulo), Sfap, Iajes, Proc (Tupi Paulista), Cedampo (Campo Grande), MUR-MS (Campo Grande), Ares, Cddh (Araçatuba), Cebi (Lins), Cebi-MS (Paranaíba) e Comissão Direitos Humanos Tupã (Carta aos amigos, 1993) (OLIVEIRA, 2006, p. 149).

Assim, a etapa inter-regional das ações do IAJES receberia maior atenção, principalmente da equipe técnica do Instituto, que assumiu o papel de “semear as experiências em novos jardins” (OLIVEIRA, 2006, p. 149), atuando a partir de Três Lagoas e de Andradina. Adotando características “missionárias”, compartilhando experiências e promovendo novas ações para incentivar a participação ativa dos sujeitos assistidos pelos movimentos populares e pastorais, o IAJES se tornou uma entidade de referência, a partir dos trabalhos de Bel, João Carlos e Belkiss em Três Lagoas, na produção de materiais de formação e aprendizados cotidianos que alcançaram muitas cidades.

¹¹⁸ Trecho retirado do boletim informativo dos movimentos populares, produzido pela GLEP, de Lins, em colaboração de agentes do IAJES e SFAP, denominado **A voz do povo**, nº23, de setembro/outubro de 1984, na página 8.

3.3 As SABs e a luta contra a inflação

Em 1984, a inflação que assolava o país, atingindo índices de 223,90%, somada aos índices de desemprego de 15% da população economicamente ativa¹¹⁹, fez com que os moradores dos bairros de Andradina, através das ações organizadas pelas SABs, desenvolvessem estratégias para driblar a inflação e o desemprego para terem acesso a alimentos e empregos. Com a elaboração de estratégias fortemente vinculadas ao cotidiano dos moradores foram enfrentados muitos problemas causados pelo processo inflacionário, que encarecia os alimentos e aumentava o custo de vida, e o desemprego, que dificultava ainda mais a vida dos moradores dos bairros carentes da cidade.

As compras coletivas desenvolvidas pelas SABs visando o combate aos elevados preços dos produtos da cesta básica, tornaram-se uma das estratégias que ajudou famílias dos bairros pobres de Andradina. A compra em boa quantidade dos produtos para serem divididos entre os moradores a preços acessíveis facilitou o acesso de muitas famílias a alimentos básicos. Oliveira (2006) constatou que as compras coletivas foram organizadas pelo IAJES e executadas por membros das SABs que formavam grupos para a realização das compras comunitárias por atacado.

Além da compra de produtos alimentícios e de primeiras necessidades em quantias elevadas e com preços mais acessíveis, as SABs adotaram a estratégia de utilização de terrenos baldios para o cultivo de hortas comunitárias. A princípio, as hortas comunitárias ofereceram alimentos mais saudáveis e ervas medicinais que integraram projetos de saúde desenvolvidos nos bairros. Para o desenvolvimento das hortas comunitárias, as SABs buscaram ajuda do poder público para a compra de sementes e telas, além da liberação de terrenos baldios para o plantio de legumes e verduras que pudessem complementar o cardápio das famílias carentes. Agregado aos propósitos sociais, os espaços de cultivos de hortaliças ofereceram oportunidades de emprego.

Diante dos resultados, foi possível comemorar a inauguração do varejão, local onde os produtores poderiam comercializar seus produtos sem “atravessadores”. O varejão foi estabelecido com propósitos comunitários e de cooperação entre os pequenos produtores das áreas rurais de Andradina, dos posseiros que viviam nos assentamentos da região e moradores dos bairros que trabalhavam nas hortas comunitárias. Ao IAJES coube

¹¹⁹ Informações retiradas do site: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>, no dia 18/06/17, às 15:06 hrs.

o papel de formação cooperativista e técnicas de produção eficientes, além de interceder junto ao poder público para a elaboração de novas propostas de iniciativas econômicas comunitárias. Assim, buscava-se baratear o custo de vida e desenvolver estratégias para driblar a inflação, além de promover ações comunitárias através do trabalho de cooperação e estabelecer relações entre pequenos produtores rurais e os consumidores nas cidades, valorizando a luta pela terra dos assentamentos da região.

A preocupação das SABs com o oferecimento de vagas de empregos aos moradores alcançou a Câmara Municipal de Andradina. A Comissão Popular expôs aos vereadores a necessidade da criação de pequenas empresas na cidade que favorecessem a criação de empregos. Além disso, as propostas de melhorias nos bairros, reivindicadas pelos moradores, sugeria que a contratação de homens e mulheres desempregados da cidade poderia oferecer outros tipos de rendas aos munícipes.

A construção de melhorias nas redes de esgoto, a limpeza de terrenos baldios e nas redes de água, nas iluminações e nas coletas de lixo, também foram apontadas como alternativas de trabalhos temporários para a redução do número de desempregados em Andradina. Além dos serviços de infraestrutura, foram colocadas pela Comissão Popular, as ações voltadas para a preservação do meio ambiente – cuidados com parques, jardins e praças, cuidados com o lixo e manutenção de áreas arborizadas ¹²⁰.

Ainda, é possível apontar a continuidade nos cursos de alfabetização e de formação profissional, que preparava muitos desempregados para diversas profissões, como pedreiros, pintores e costureiras. A qualificação de mão de obra nestes campos profissionais era bem recebida, o que possibilitou o envolvimento de muitos moradores com o setor da construção civil na cidade. Um dos bons resultados foi a ampliação da formação das bordadeiras dentro de uma política de incentivo à organização de cooperativas. Tais ações contribuíram para a fundação da Associação das Bordadeiras de Andradina (ABORDAN), oficializada em julho de 1985, sob a assessoria do IAJES através das SABs.

As reivindicações por melhores salários num contexto econômico de alta inflação demonstraram a ligação entre trabalhadores e as ações das SABs. Isto foi percebido em atividades de formação que fundamentaram a importância histórica dos trabalhadores reivindicarem melhores condições de trabalho e de vida. Como um dos resultados da mobilização, as cestas básicas, entendidas como uma conquista da

¹²⁰Cadernos de anotações, IAJES, 1984, p. 34.

organização política dos moradores e fornecidas pela Prefeitura, dinamizou a ação das visitadoras para além do assistencialismo, que tinha como premissa despertar a consciência das mulheres nos bairros num ambiente de boas relações com a administração pública do peemedebista João Carlos Carreira.

3.4 As articulações políticas das SABs e o Orçamento Popular (OP)

As conquistas das SABs possibilitaram a continuidade de trabalhos sociais em Andradina. Num conjunto de ações, as relações políticas com a administração pública variaram de acordo com os projetos desenvolvidos pelos grupos. Para se ter ideia, projetos desenvolvidos pelo IAJES e moradores de bairros com apoio de agências de cooperação internacionais, como os ambulatórios, ficaram sem condições de serem administrados pelos agentes populares e técnicos do Instituto e passaram para a administração pública. Além disso, a distribuição das cestas básicas feita pelas SABs com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal demonstrou conquista e boa relação entre as SABs e o poder público. No entanto, essa relação, em muitos momentos, foi marcada por tensões, como as constatadas na elaboração do Orçamento Popular (OP).

As reivindicações cotidianas por melhorias nos bairros, realizadas através de abaixo-assinados e outras ferramentas, além do desenvolvimento de estratégias para pressionar o poder público e cobrar a resolução do que havia sido reivindicado, gerou alguns resultados nem sempre favoráveis aos movimentos de bairro. Algumas críticas pairavam na forma como os moradores assumiam compromissos junto à Câmara e Prefeitura Municipal, alcançando uma esfera de relação de poder que deixava dúvidas quanto ao alcance do projeto de sociedade defendido pelo IAJES. Apesar de incorporar valores democráticos e participativos às práticas cotidianas, a participação desejada pelo IAJES encontrava muitas implicações nas relações político-partidárias, mesmo que as “reivindicações por melhoria nas condições de vida urbana estavam, pouco a pouco, se articulando ao ideal de se constituir junto à administração municipal novos espaços de interlocução que permitissem a democratização dos negócios públicos” (CARLOS, 2006, p. 135).

Um dos projetos que envolveram os trabalhos desenvolvidos pelo IAJES e pelas SABs com o poder público municipal foi o Orçamento Popular (OP). “A ideia do

OP surgiu em Andradina no 20º Encontro das SABs, no dia 27 de maio de 1984”, e parte da população andradinense foi consultada “sobre as necessidades e as possíveis soluções” no município ¹²¹.

O orçamento municipal foi discutido durante esse encontro e, de acordo com o estudo realizado pelos agentes, havia a necessidade “urgente” de uma Reforma Administrativa. Segundo os agentes, na administração de João Carlos Carreira (PMDB), os gastos com pessoal atingiam 77% do orçamento, assim como os gastos com a administração e planejamento consumiam 25% das arrecadações. Destinava-se, ainda, 3% para o pagamento de dívidas e investimentos em novos projetos. Esses dados demonstravam que os gastos públicos não contemplavam as necessidades dos bairros periféricos, que sequer foram analisadas pelo governo municipal. “Somente quando a população controlar como é gasto o dinheiro da Prefeitura (que é de todos nós), é que poderão ser atendidas de forma planejada as necessidades da Comunidade” ¹²².

Após o Encontro das SABs, a questão do OP foi levada aos grupos para serem discutidos entre os moradores. Assim, “os grupos organizados se mobilizaram para exigir do poder local a prestação de contas de como é usado o dinheiro do povo”. Esses “grupos organizados” analisaram “os balanços dos anos anteriores e o orçamento para 1984”. “Com esses dados em mãos, fizeram uma consulta à população” para a elaboração do OP ¹²³.

Assim, em 1984, teve início os levantamentos sobre a necessidade dos moradores de bairros se mobilizarem na construção do Orçamento Popular como proposta de participação ativa e direta na administração pública e como estratégia para resolver parte dos problemas dos bairros. Tornou-se um grande projeto desenvolvido entre os anos de 1984 e 1989, que contou com o apoio e a atuação do IAJES através de estudos e conhecimento técnico sobre o orçamento municipal.

Em trabalho realizado pelas visitadoras, foram feitos questionários que coletaram informações junto aos moradores e se transformaram em dados que apontaram os principais problemas dos bairros. Assim, foi proposto o OP em Andradina, “embebido no discurso de participação popular, descentralização e transparência na gestão pública” (CARLOS, 2006, p. 138). As pesquisas feitas nas casas de moradores demonstraram o

¹²¹ **A voz do povo n°22**, 1984, pág. 4.

¹²² **A voz do povo n°22**, 1984, pág. 4.

¹²³ **A voz do povo n°23**, setembro/outubro 1984, pág. 2.

comprometimento com o novo projeto das SABs. A partir de referências documentais do IAJES, percebe-se que moradores e agentes depositaram muita esperança na execução do projeto e acreditaram na boa relação com a administração pública para o sucesso das atividades. Deste modo, o OP pretendeu ser um “tipo concreto de aliança social que conecta o Estado e a sociedade e que provê canais institucionalizados para contínua negociação dos objetivos e políticas” (SOUZA, 2011, p. 248). Foi elaborado pelas SABs para possibilitar a participação popular efetiva na gestão municipal através de propostas que pudessem atender as necessidades dos moradores dos bairros.

O engajamento das visitadoras e dos moradores na elaboração do OP foi percebido como parte das ações em conjunto dos Movimentos Populares de Andradina, que reuniam as SABs, o Movimento de Mulheres e outros grupos¹²⁴. Neles, ficaram visíveis os trabalhos realizados e o lugar ocupado pelas mulheres na organização da proposta de Orçamento Participativo para Andradina:

Discutiu-se muito sobre como está caminhando as pesquisas no bairro. Discutimos, também, a importância do orçamento popular, da participação do povo na elaboração, assim como no ato da entrega. Falamos do dia do encontro 16/09 e depois a entrega para o prefeito e vereadores para as 16 horas. A importância de participar cerca de 300 pessoas, tanto no encontro como na entrega para ter peso. Foi distribuído mais pesquisa para cada mulher presente ¹²⁵.

No conjunto das ações de coleta de informações, foram entrevistadas 2000 pessoas através de questionários aplicados pelas visitadoras. Cinco tipos diferentes de questionários permitiram apontar as principais carências dos moradores. O primeiro tipo de questionário continha 50 perguntas e foi “respondido por pessoas que participam de alguma das formas de organização existentes: SABs, grupos de mulheres, CEBs, grupo de bordadeiras”; o segundo questionário, com 21 perguntas, foi aplicado de casa em casa e oferecido às pessoas que foram atendidas pelos ambulatórios; aos jovens, “foi aplicado um questionário de 46 perguntas”; um outro questionário foi aplicado aos funcionários da Prefeitura; e, por último, um questionário específico aos trabalhadores rurais (sem-terra, boias-frias e acampados) ¹²⁶.

¹²⁴A voz do povo n°31, setembro/outubro 1985, pág. 7.

¹²⁵Cadernos de anotações, IAJES, 1984, p. 13.

¹²⁶A voz do povo n°23, setembro/outubro 1984, pág. 2.

O maior dos problemas classificados pelos moradores foi o desemprego. De cada cem pessoas que responderam, 86 delas apontaram o desemprego como o maior problema da cidade. A percepção de que a falta de indústrias na cidade contribuía para a falta de empregos marcou 77% dos entrevistados. Para 66%, a carestia era o problema e 57% apontaram a falta de lugares para se comprar alimentos com bom preço, o que dificultava a vida dos moradores. A reclamação dos altos impostos e a preocupação com os pernilongos também figuraram como problemas de significativo número de entrevistados ¹²⁷.

Todos os dados foram repassados ao prefeito João Carlos Carreira, que, segundo o levantamento feito pelas visitadoras, “empregava gente demais, pessoas que não faziam nada” ¹²⁸. No centro das críticas compartilhadas em reuniões e conversas cotidianas, a atenção dada ao centro da cidade pela administração pública destoava da atenção dada aos bairros. A maior parte dos moradores não aceitavam a justificativa do prefeito de que muito não era feito aos bairros devido à falta de verbas.

Diante das poucas possibilidades do poder público municipal frente às demandas dos moradores, a proposta era cobrar maior atenção aos bairros e que as prioridades da administração pública pudessem atender, primeiramente, aos mais necessitados. A função social do Orçamento Participativo carregava muito da simbologia de descentralização das políticas públicas, o que seria vital para o desenvolvimento da democracia brasileira, como aponta Medeiros (2004). Para a autora:

O Orçamento Participativo, sem dúvida, representa um dos principais instrumentos de viabilização do exercício dos direitos de cidadania, capaz de promover a descentralização das políticas públicas, transparência administrativa, controle social do poder público e eleição coletiva das prioridades dos investimentos públicos (MEDEIROS, 2004, p. 8).

A proposta das SABs e do IAJES tinha por objetivo possibilitar aos moradores o contato com informações que facilitasse a elaboração de ações de estruturação da cidade de forma mais eficiente, contribuindo com a administração pública no sentido de distribuir, de forma apropriada, as verbas municipais. Além do

¹²⁷ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1984, p. 33. Os dados parecem confusos, porém as fontes não esclarecem muito sobre as metodologias de tabulação dessas informações. No entanto, elas demonstram os principais problemas da cidade, sob o olhar de parte da população de Andradina, que responderam aos questionários.

¹²⁸ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1984, p. 13.

levantamento dos problemas da cidade, as visitadoras recolheram propostas que pudessem melhorar a vida dos moradores de Andradina.

Durante a realização das pesquisas, muitas sugestões foram dadas para diminuir os problemas do desemprego, como a de aumentar as instalações do curtume da cidade e promover a industrialização do couro, sendo o frigorífico Mouran, localizado no próprio município, o fornecedor da matéria-prima ao curtume. Além disso, foram propostas a criação de pequenas fábricas de calçados, óleo e blocos; a adoção do sistema de mutirão para a construção de casas populares; a criação de um armazém para estoques destinados à compra coletiva.

Para a agricultura foi sugerida a criação do Plano Agrícola Municipal, alcançando a área rural de Andradina, e o apoio aos movimentos rurais ¹²⁹ para a produção de alimentos. Havia a proposta do fornecimento de terras para plantios coletivos, incentivo aos pequenos agricultores e a criação de um mercado municipal que oferecesse produtos mais baratos para a população. Além disso, a prefeitura deveria empreender fiscalização no comércio da cidade para evitar abusos nos preços dos produtos.

O problema dos pernalongos seria resolvido através da eliminação de terrenos baldios através da criação das hortas comunitárias, agregando o trabalho de menores de idade. A limpeza dos bairros, dos esgotos e a coleta de lixo também contribuiriam para a eliminação dos mosquitos.

Houve uma unanimidade na pesquisa local de que o principal problema é que há muito pernilongo na cidade. Isso devido a diminuição dos gastos com saneamento. Descontada a inflação, gastou-se Cr\$ 29572000 em 81, Cr\$ 19037000 em 1983 e Cr\$ 17172000 em 84, o que significa uma diminuição de 41,9% no período. Propõe-se que seja retomado os gastos em saneamento e que até 1987 se chegue ao nível dos gastos de 1981; que haja um plano de saneamento dos córregos e terrenos baldios em conjunto com o Estado; criação de uma indústria do lixo e seja feito um projeto de captação e tratamento dos esgotos ¹³⁰.

Propunha-se, também, a participação popular na administração pública e a realização de reuniões periódicas para a discussão sobre as prioridades da cidade ¹³¹ e o

¹²⁹ As fontes não deixam claro a que movimentos rurais estão se referindo, porém acreditamos que estão colocando na pauta das discussões com a prefeitura o apoio aos posseiros da fazenda Primavera.

¹³⁰ **A voz do povo n°23**, setembro/outubro 1984, pág. 2.

¹³¹ Evidente que a fonte utilizada não dará conta da totalidade das propostas realizadas pelo OP, já que os cadernos de anotações das reuniões apontam somente o que havia sido discutido. No entanto, conseguimos perceber como se deu a realização da pesquisa e a participação popular na construção do OP.

controle sobre os gastos públicos pelo Conselho dos Movimentos Populares de Andradina. “O acesso ao sistema orçamentário de setores até então alheios” aos movimentos populares representava “conquistas importantes no contexto de mudanças por ele pretendidas, que se fundamentaram no estabelecimento de um novo modo de fazer política e de pensar o Estado e a Sociedade” (MEDEIROS, 2004, p. 4).

Movidos pela esperança de melhorias na cidade, motivados pelo “bom relacionamento” criado com o poder público através das ações realizadas em conjunto, ao menos em momentos que favoreceram a administração municipal, as SABs, através de seus representantes, finalizaram o processo de construção do OP e o entregaram aos vereadores e prefeito da cidade.

Após a entrega do OP à Prefeitura Municipal, Antônio Dória, economista ligado ao PT, responsável por orientar a experiência do Orçamento Participativo das SABs de Andradina, foi o elo entre os movimentos populares e a administração pública, sendo responsável por apontar as dificuldades financeiras de forma clara e de fácil entendimento, explicando sobre o que poderia ser feito, de acordo com as condições financeiras da cidade. No entanto, durante a fala do economista na Câmara Municipal, segundo os agentes, faltou uma tomada de posição de Dória, que deveria ter incentivado a população a permanecer na luta pelo OP e explicar melhor o projeto aos moradores. Foi apontado, ainda, a falta de participação mais efetiva do povo, em que apenas dois dos moradores haviam se manifestado após a fala de Dória. Muitos foram se retirando da Câmara, demonstrando que o povo ficara desestimulado pela falta de dinheiro da Prefeitura Municipal para o desenvolvimento do OP.

Durante a reunião da equipe técnica e representantes dos bairros para a avaliação da ação referente ao OP, notaram-se problemas na execução desta atividade. A falta de organização pelo atraso da entrega da proposta e para estimular a continuidade das ações a partir do discurso de Dória, que reforçou a falta de condições financeiras para a execução do OP, sugeriu aos moradores que o projeto não seria executado, gerando o descontentamento e a saída dos moradores do plenário da Câmara Municipal.

Como encaminhamento da reunião, foi proposta uma avaliação nas SABs para se analisar a repercussão da entrega e recusa do OP pelo poder público, discutir novas propostas, promover um estudo detalhado e desenvolver estratégias para a concretização das reivindicações presentes no OP. Considerando que eram necessárias maiores informações sobre as receitas e despesas do município, foi criada a Comissão dos

Movimentos Populares para acompanhar o Orçamento Municipal e pressionar o poder público para a realização das propostas populares.

A pressão sobre os vereadores foi realizada através de visitas frequentes a Câmara Municipal. Apesar da desmobilização de parte dos moradores, alguns membros das SABs fizeram rodízios de visitas e mantiveram a execução das obras públicas sob vigilância. Além disso, através da participação em audiências públicas, os moradores apresentaram novas propostas e reiteraram as sugestões do OP.

Nos círculos de discussão os problemas gerados pelo desemprego e alternativas de combate ao problema foram levantados. A isenção de impostos para as pequenas fábricas, por exemplo, foi uma estratégia sugerida aos vereadores para atrair investimentos de pequenos empresários e ofertas de emprego. O IAJES e as SABs ofereceram cursos profissionalizantes e organizaram a distribuição das cestas básicas advindas da prefeitura para amenizarem dificuldades de desempregados. As sugestões para a criação de empregos foram mantidas e, periodicamente, cobradas. Neste sentido, a mobilização dos desempregados teve por objetivo pressionar o poder público.

Ainda como parte das tentativas de apontarem soluções para os problemas levantados nos bairros, o prefeito João Carlos Carreira foi convidado para uma reunião com os moradores para buscar soluções em conjunto. Ainda que o prefeito e as SABs buscassem alternativas, as ações apontadas no OP pouco foram executadas, se restringindo a ações com custos baixos, como as limpezas de terrenos, por exemplo.

No decorrer do ano, outras reuniões foram realizadas. Alguns vereadores compareceram aos encontros a convite das SABs, para discutir possibilidades de desenvolver alguns dos projetos. O vereador José Sebastião da Silva (PMDB), preocupado com as questões referentes ao ensino, participou de uma reunião com a SABRO, no bairro Rodoviária, onde discutiram os problemas e as necessidades da escola no bairro. Como resultado do encontro, o vereador se comprometeu a encaminhar todas as prioridades do bairro para o prefeito e demais vereadores.

Reuniões, participações em audiências públicas, visitas surpresas à Câmara Municipal e encontros com vereadores e prefeito foram estratégias desenvolvidas pelas SABs para dar continuidade às ações do OP. Assim, a administração pública permanecia sob fiscalização, pois os moradores cobravam do poder público a realização do OP e os gastos públicos estavam sob vigilância. Sempre que oportuno, ressaltava-se as necessidades dos bairros.

Nos anos seguintes, entre 1985 e 1989, o Orçamento Participativo continuou sendo elaborado pelas SABs. Seguindo a dinâmica dos trabalhos de 1984, as visitadoras fizeram levantamentos de dados junto à população de Andradina, elaboraram-se outras propostas entregues para a administração pública. No entanto, assim como em 1984, as propostas foram negadas, utilizando-se como principal argumento a falta de verbas.

A situação fez pairar entre os moradores, militantes e ativistas a sensação de descaso do poder público com as iniciativas populares. Como analisou Carlos (2006):

Resultados alcançados pelos processos participativos no sentido da efetivação de seus potenciais impactos para a democracia na gestão municipal comparecem uma infinidade de variáveis que condicionam sua implantação e desenvolvimento. Dentre estes elementos condicionantes, vem sendo recorrentemente enfatizados, além da cultura política, o projeto político e o compromisso governamental e o desenho institucional do arranjo participativo (CARLOS, 2006, p. 133).

A falta de verbas como explicação da recusa das propostas do OP pela administração pública esconde outros possíveis “elementos condicionantes”. O OP foi uma novidade para a Prefeitura Municipal de Andradina, para além das questões financeiras, a “inexperiência da equipe de governo”, ou mesmo a “inexistência de uma equipe técnica” municipal pode ter contribuído para as dificuldades de implantação das sugestões que compuseram o OP (CARLOS, 2006, p. 150).

Ainda, pode-se apontar, como razão da negação do Legislativo ao projeto das SABs, o receio da participação popular no espaço político, muito conflitante por ser o cargo de vereador uma escolha muito dependente da população dos bairros. As discussões orçamentárias, realizadas pela população andradinense, de certa forma, promoveram uma “concorrência indesejável” entre os interesses políticos do Legislativo e prioridades de ações nos bairros, apontadas pelos moradores (SOUZA, 2011, p. 271).

A incompatibilidade dos projetos políticos do governo e da sociedade pode ser um dos elementos que ocasionaram a rejeição do OP pela administração peemedebista em Andradina, já que, na maioria das experiências apontadas pelos autores, o OP foi adotado por governos petistas. Naqueles anos, o PT despontou como partido que valorizava a participação popular em administrações municipais, partilhando dos ideais de política advindos dos movimentos populares. Em Andradina, o governo municipal do PMDB teve dificuldades para lidar com o OP, pois havia a necessidade de uma “simbiose entre os projetos políticos do governo e os da sociedade civil” (CARLOS, 2006, p. 139).

Nota-se, através dos estudos de Souza (2011), que em meio à dinâmica variada das políticas locais, ocorreram diferentes reações de vereadores e prefeitos às propostas populares de OP. Algumas administrações adotaram o Orçamento Participativo como projeto de governo, como foram os casos das prefeituras administradas pelo PT, outras foram contrárias a proposta, temendo perder espaço nas decisões orçamentárias para os membros dos conselhos populares. No entanto, em Rio Claro (SP), o “OP foi objeto de campanha eleitoral” e a “participação popular foi colocada no programa político do governo” (SOUZA, 2011, p. 277-278).

A aproximação do prefeito João Carlos Carreira e do vereador José Sebastião da Silva foi vista com certa desconfiança pelos agentes, contraditoriamente, pelo medo de associarem as ações dos movimentos populares como parte dos programas pertencentes às pastas do governo municipal. A contradição está nas relações que se estabeleceram entre o poder público e os movimentos populares, que apesar de apontarem um “bom relacionamento”, ambas as partes possuíam interesses e objetivos que os colocavam em posições opostas.

Apesar dessas hipóteses levantadas, é necessário apontar os limites das ações das SABs. “No geral, a população não alcançou uma ampliação do nível de suas proposições e demandas, limitando-se, muitas vezes, a visões reivindicatórias e imediatistas, impossibilitando o controle efetivo da direção do processo de participação pela sociedade civil” (CARLOS, 2006, p. 146).

Embora o estudo do OP de Andradina não seja a premissa deste trabalho, sua inserção nas experiências pastorais dos bairros, permite entender que as mobilizações populares que resultaram em iniciativas de participação na administração popular na década de 1980 foram amadurecidas na prática de grupos fortemente influenciados por diretrizes conciliares.

Além disso, o envolvimento das visitadoras nesse processo, associado às ações de assessoria regional do IAJES, favoreceram a organização do Movimento de Mulheres de Andradina, que experimentaram, através das redes formadas pelo Instituto, diversas experiências políticas, para além das experiências locais. De maneira evidente, a mobilização das mulheres buscou levar os ideais gestados nos movimentos pastorais andradinenses para o cenário político nacional, como a participação de mulheres em debates que lançaram propostas para a Constituinte, nos anos de 1987 e 1988.

3.5 O Movimento de Mulheres de Andradina

Nas ações sociais e políticas do IAJES, SABs e CEBs, através da prática das visitadoras, as mulheres foram criando espaços para se organizarem em Andradina. As engajadas nos grupos assumiram diversas funções: visitadoras, líderes de bairro, professoras de cursos profissionalizantes, dentre outras ações. Em resumo, estavam em todos os espaços de atuação do IAJES. Envolvidas diretamente, ou não, as mulheres conheceram de perto a realidade dos moradores dos bairros. Como exemplo disso, em 1987, um grupo de mães do Pereira Jordão fez reunião para dar andamento à construção de uma creche no bairro com recursos próprios da comunidade. Para isso, buscaram parcerias com o poder público e as SABs. Assim, articularam-se para resolver problemas locais e fortaleceram suas representações social e política cada vez mais abrangentes.

Enquanto as ações pastorais e sociais se desenvolviam, o trabalho das visitadoras continuou junto aos doentes e às famílias pobres, embora em frequência menor. As visitas passaram a ter outras motivações, muito mais direcionadas para convites e para participação de mulheres em reuniões. As reuniões eram mensais e aconteceram nos salões, nas igrejas e nas casas das participantes. A temática variava de acordo com a necessidade das mulheres, identificada pelas ações das visitadoras.

Numa escala mais ampla, muitas mulheres acompanharam a dinâmica dos Movimentos de Mulheres em todo o Brasil e relacionaram suas condições com outras experiências sociais, que sofreram “diretamente os efeitos do aumento do custo de vida”, percebendo as variações dos preços e salários, em que, “de um mês para outro, tudo subiu e o salário é o mesmo”. Além disso, enfrentavam as duplas jornadas de trabalho, identificando-se com o problema de que “o salário do marido não dá para sustentar a casa”. Assim, “o movimento de mulheres” cresceu em todo o Brasil, composto por “grupos de mães, donas de casa, empregadas domésticas, lavadeiras, boias-frias, operárias”, entre outras ¹³².

Em Andradina, as visitadoras encabeçaram o movimento através das ações pastorais. A organização esteve vinculada aos setores progressistas da Igreja Católica da cidade, que atuavam desde a década de 1970 nos círculos bíblicos. CEBs, IAJES e SABs construíram através dos ideais religiosos do Concílio Vaticano II, uma vivência de lutas,

¹³²A voz do povo n°23, setembro/ outubro 1984, pág. 4-5.

“alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano” (SADER, 1988, p. 312). A capacidade de mobilização em rede das mulheres foi constatada em 1984. Em matéria publicada no boletim *A Voz do Povo*, publicado pelo Grupo Linense de Educação Popular, a identificação e articulação de diferentes experiências coletivas de mulheres foram assim apresentadas:

Em várias outras cidades da região (Birigui, Bauru, Araçatuba, Três Lagoas-MS, Rio Preto, Ribeirão Preto, etc.), os grupos de mulheres estão crescendo, adquirindo mais força e consciência e a Articulação Regional se concretizou em uma Comissão de Mulheres que encaminha, discute e prepara os Encontros Regionais. Já tivemos cinco Encontros Regionais: em 1982 em Araçatuba (tema: Política), em 1983 em Birigui (tema: Violência) e Ribeirão Preto (tema: custo de vida e desemprego), em 1984 em Lins (tema: custo de vida e desemprego) e São José do Rio Preto (tema: Participação Política da Mulher)¹³³.

A partir dessas experiências, deve-se considerar que os diversos Encontros Regionais de Mulheres que aconteceram entre os anos de 1984 e 1987 motivaram a ampliação dos trabalhos. Integrando esta dinâmica, em Andradina foram promovidos cursos nos bairros e chás com bolo, para criar condições de contato entre as mulheres, além de diversas promoções para angariar fundos para financiar viagens e outras atividades de interesse. A presença de andradinenses nos encontros regionais era importante para partilhar experiências nos bairros, desenvolvendo e agregando força a organização local das mulheres.

Apesar de apontar preocupações com o financiamento das viagens e atividades do movimento, muitos encontros objetivaram e conseguiram êxito na organização das lavadeiras, empregadas domésticas e trabalhadoras rurais, aumentando o alcance de mobilização¹³⁴. Assim, o Movimento de Mulheres de Andradina cresceu com a expansão do IAJES que, como Instituto, contribuiu para a organização e contato das mulheres com movimentos similares do Brasil e de outros países.

Os encontros regionais aconteceram em diversas cidades e contaram com a assessoria de mulheres relevantes no cenário político do país. No V Encontro Regional de Mulheres, realizado em São José do Rio Preto, participaram a integrante da Executiva Estadual do PT e candidata a Deputada Federal, Janete Pietá, a integrante do Diretório do

¹³³ *A voz do povo* n°23, setembro/ outubro 1984, pág. 4-5.

¹³⁴ *Cadernos de anotações, IAJES*, 1987-1988, p. 16.

PMDB riopretense e candidata a vereadora em 1982, Maria José, e a Diretora da Faculdade de Serviço Social de Lins, Nobuco Kameyama. No encontro:

Maria José, do PMDB, falou sobre as dificuldades que a mulher enfrenta quando se lança na política. Janete, do PT, disse que embora existam dificuldades, elas só serão superadas na medida em que a mulher comece a confiar na capacidade que ela tem, na força de luta e de organização, que só é possível quando ela se lança e começa a participar de reuniões, de encontros, de lutas, até chegar a participar de um partido político ¹³⁵.

O crescente envolvimento político das mulheres motivava o desejo de participação de forma mais efetiva. Isso decorreu do contato com outras experiências femininas no campo político, que mobilizou as mulheres para participar de grupos que debateram e apresentaram propostas à Assembleia Constituinte. A partir de 1986, o Movimento de Mulheres desenvolveu, a partir de Andradina, uma série de ações que se articularam com experiências de luta em inúmeras cidades, como Araçatuba, Bauru, Birigui, Fernandópolis, Lins, Ribeirão Preto, Santo Anastácio, São José do Rio Preto, São Paulo e Três Lagoas, constituindo o Movimento Regional de Mulheres (MRM).

3.6 A Constituinte e o Movimento Regional de Mulheres

Entre os meses de setembro e outubro de 1985, os movimentos populares e os grupos pastorais demonstraram preocupações com a Assembleia Constituinte. O bispo da Diocese de Lins, D. Walter Bini, demonstrou insatisfação com a composição de grupos políticos eleitos que pudessem garantir uma ampla participação popular na construção da “Lei Maior do país” ¹³⁶. Para ele, a “proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, que seria convocada apenas para elaborar a nova Constituição foi rejeitada”.

O projeto do Presidente Sarney, que deu ao Congresso Nacional, composto por “Deputados e Senadores eleitos em 1986”, a responsabilidade pela elaboração da “nova Constituição Brasileira” ¹³⁷, foi entendido como uma medida arbitrária, sem a

¹³⁵ **A voz do povo n°23**, setembro/outubro 1984, pág. 4-5.

¹³⁶ **A voz do povo n°31**, setembro/outubro 1985, pág. 1.

¹³⁷ **A voz do povo n°31**, setembro/outubro 1985, pág. 1.

consulta popular. Essa decisão tornou ainda mais importante as eleições de 1986, pois, além da “função parlamentar”, o Congresso deveria “elaborar a nova Constituição”¹³⁸. Nesse contexto, os movimentos populares deveriam se organizar para lutar pela garantia de seus direitos assegurados na Constituição.

Um dos exemplos de força da mobilização das mulheres foi o VII Encontro Regional de Mulheres, realizado em Bauru, que contou com a presença de 130 mulheres das cidades de Andradina, Araçatuba, Bauru, Birigui, Fernandópolis, Lins, Ribeirão Preto, Santo Anastácio, São José do Rio Preto, São Paulo e Três Lagoas. O evento discutiu a importância das mulheres na elaboração da Constituição e teve a participação da Deputada Federal Irma Passoni (PT-SP), integrante do Congresso Nacional Constituinte e historicamente engajada às CEBs. A Deputada falou:

(...) falou sobre a Constituinte, enfocando o atual quadro da realidade brasileira e a conjuntura política, econômica e social da “Nova República”, a miséria crescente da maioria dos brasileiros e a importância de se ter uma Constituinte voltada e feita pelo povo, pois do contrário será elaborada por representantes das classes dominantes e favorecerá os patrões (industriais, banqueiros, latifundiários, etc.)¹³⁹.

As mulheres, através dos seus movimentos locais, buscaram integrar-se aos diversos movimentos sociais que lutavam para que a nova Constituição fosse redigida por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. Assim, houve a preocupação em levar as discussões para os bairros, partilhando e fazendo novos convites para a caminhada dos grupos e divulgando informações sobre a Constituinte, buscando envolver um maior número possível de pessoas na discussão sobre a temática. Para tanto, foram produzidos diversos materiais – cartilhas, folhetos, livros, etc. – para a discussão e conhecimento sobre a elaboração da Constituição.

Durante a realização do IX Encontro Regional de Mulheres, em Fernandópolis, as discussões foram feitas por diversos grupos de mulheres de “São Paulo, de Santos, da Rede Mulher, da OAM (Organização Autônoma das Mulheres) e de partidos políticos (PT, PMDB, PCB, PCdoB)”¹⁴⁰. A Rede Mulher, “uma entidade que assessora vários grupos de mulheres de São Paulo e mantém articulação com grupos de

¹³⁸ **A voz do povo n°31**, setembro/outubro 1985, pág. 1.

¹³⁹ **A voz do povo n°31**, setembro/outubro 1985, pág. 1.

¹⁴⁰ **A voz do povo n°34**, maio/setembro 1986, pág. 2.

mulheres do país”, buscava reunir os vários grupos de mulheres de São Paulo para ampliar a Comissão Estadual do Movimento de Mulheres para que, em viagem a Brasília, fosse possível entregar, em 1987, o “documento básico com as propostas do Movimento Popular de Mulheres para a Constituinte”¹⁴¹. Em Fernandópolis, a criação da Comissão de Mulheres, possibilitaria o aumento da representatividade delas na elaboração da Constituição.

Neste encontro, além de Irma Passoni (PT-SP), as assessoras foram Silvia Pimentel (PMDB), Clara Charf e Dulce Cardoso, candidatas a Deputada Federal pelo PT, Eni Fernandes e Rosalina Santa Cruz, ambas candidatas à Assembleia Legislativa Estadual, também, pelo PT.

Vale mencionar que, por uma consciência construída na mobilização, a porta voz das mulheres na Constituinte foi a deputada federal Irma Passoni, que participou ativamente desde o início da organização do movimento de mulheres de Andradina e de outras cidades paulistas. Passoni teve papel importante na articulação dos movimentos, promovendo palestras e cursos de formação política para as mulheres, como estratégia de fortalecimento do grupo. As mulheres adotaram ações de formação política e de lideranças e buscaram articulações com outras entidades, melhorando a metodologia de trabalho e a distribuição de tarefas, com objetivos mais claros, partindo das necessidades das mulheres.

O desenvolvimento dos trabalhos das mulheres em Andradina, associado ao trabalho de assessoria regional do IAJES e o contato com diversos movimentos de mulheres nos encontros regionais, contribuiu para as mulheres levarem os ideais praticados nas periferias da cidade de Andradina para outros lugares e estâncias políticas. Contribuiu, também, para o amadurecimento do movimento social local, com uma rica história de engajamento nas ações pastorais e reivindicatórias das CEBs e SABs. Assim, associadas a outras lutas políticas, as mulheres de Andradina propuseram garantir uma Constituição com base nos propósitos dos movimentos populares organizados.

O Movimento Regional de Mulheres reconhecia suas limitações e buscava, através da troca de experiências, a construção e elaboração de um projeto político para as mulheres, considerando-se sempre aberto a outros grupos. Sua organização contou com o apoio de representantes políticos através de assessorias em encontros regionais, e com a vivência de lutas das mulheres. Sua presença em Andradina, para ajudar no

¹⁴¹A voz do povo n°34, maio/setembro 1986, pág. 2.

fortalecimento do grupo, alimentou a esperança em muitas mulheres engajadas de “ter voz” e exercer a participação popular na elaboração da Constituição.

Vale lembrar que, em 1987, muitas mulheres se empenharam no desenvolvimento de ações em prol da Constituinte, tendo em vista as propostas de inserção dos direitos das mulheres na Constituição de 1988, embora entendessem que seria trabalho de curto prazo e precisavam criar formas de mobilização e manutenção das atividades. Para tanto, seria necessária a construção de um projeto político que atendesse as necessidades do movimento. O Movimento Regional pautou-se, portanto, na fundamentação e relação com outros movimentos para construir seu projeto de atuação e desenvolver ações com maior eficiência.

Analisando a conjuntura do país, as mulheres do MRM discutiram sobre os beneficiados pela prática política brasileira, evidenciando o lugar do trabalhador nas discussões políticas, distante das intenções dos governantes. Nesse sentido, estabeleceram como objetivo de luta a transformação social para que as ações políticas servissem ao bem comum.

Devido ao aumento da inflação no decorrer de 1986, com as propostas da Constituinte sendo elaboradas, o governo federal planejava a negociação do valor do salário mínimo com as entidades de defesa dos trabalhadores. Baseadas nesse contexto econômico, as mulheres lançaram a proposta de congelamento dos preços de vários itens da cesta básica e o aumento gradativo do salário, até que alcançasse um valor satisfatório para os trabalhadores. Além disso, continuaram a apostar na reforma agrária como forma de possibilitar o acesso a terra pelos trabalhadores rurais. Apesar das diversas propostas com objetivos muito abrangentes, as mulheres ainda lutavam pela sua representação na Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da nova Constituição.

Era importante a participação popular na construção da Constituição do país. No entanto, a participação estava restringida aos deputados federais constituintes, ironicamente considerados representantes do povo. As “Iniciativas Populares” foram encabeçadas pelas mulheres com 122 emendas, tratando dos direitos das mulheres, “bem como de outras propostas fundamentais para os trabalhadores: Reforma Agrária, Direitos dos Trabalhadores, Mecanismos de participação popular, Reforma Urbana, Diretas Já, Saúde, entre outras” ¹⁴². Como alternativa, a chance de opinar e participar somente

¹⁴²A voz do povo n°41, agosto/setembro/outubro 1987, pág. 4.

aconteceria através de emendas populares, que contabilizassem, no mínimo, 30 mil assinaturas.

As mulheres tinham ciência das dificuldades para o movimento avançar. Para isso, deveriam definir o projeto político e as formas de trabalho para se adequar aos desafios da conjuntura nacional e do cotidiano das realidades locais. Através da percepção das limitações do movimento, as mulheres participaram de cursos de formações oferecidos pela Rede Mulher e a OAM e receberam orientações que foram partilhadas nos encontros regionais pelas assessoras que pudessem auxiliá-las na compreensão do processo de construção da Constituição. Assim, puderam conhecer os princípios constitucionais e concluírem a respeito do assunto.

Em sua organização mais densa na segunda metade da década de 1980, o Movimento Regional de Mulheres alcançou dez cidades no interior paulista: Araçatuba, Lins, Birigui, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru, Santo Anastácio, Mirandópolis, Fernandópolis e Andradina. As representantes de Andradina na Comissão de Mulheres foram Marivalda, Edna, Tida, Fátima, Maria Cândida, Cícera e Ruth ¹⁴³, sendo que muitas delas tinham formações engajadas nas CEBs, SABs e IAJES. Em grande parte, o contato com outros movimentos de mulheres, com diferentes áreas de alcance, era feito através de cartas, desde conselhos nacionais a associações locais de mulheres.

Como elemento articulador, o movimento contou com alguns impressos publicados por entidades de apoio, como *A Voz do Povo*, um boletim informativo de movimentos populares, publicado pelo GLEP, entre 1980 e 1988. Nele, muitas informações que envolveram as mulheres e moradores em torno de projetos populares em várias cidades, como orçamento participativo e constituinte, foram divulgadas e arregimentou movimentos populares contrários às forças políticas autoritárias e conservadoras. Assim, o boletim divulgou as principais notícias sobre as lutas dos movimentos populares, noticiando ações e promovendo-as.

O MRM, com as diversas assessorias prestadas nos encontros regionais, elaborou propostas em defesa da moradia e da democratização da terra, que foram condensadas para compor o conjunto de propostas da Comissão de Mulheres. Em apoio

¹⁴³Cadernos de anotações, IAJES, 1987-1988, p. 16.

ao movimento, o documento foi assinado pelos vereadores de Andradina que anexaram uma moção de apoio às propostas das mulheres andradinenses ¹⁴⁴.

Com as propostas elaboradas, através da “Iniciativa Popular”, as ações dos movimentos concentraram-se em colher assinaturas para as emendas populares. A emenda referente aos “Direitos das Mulheres” recebeu 42.444 assinaturas. Outras emendas receberam números expressivos de assinaturas, como a emenda “Mecanismos de Participação Popular”, que contou com 336.047 assinaturas ¹⁴⁵.

Em 1987, além das sete representantes do MRM, a maioria delas de Andradina, “mais 26 companheiras do Estado de São Paulo, juntamente com outros Estados, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pará, foram à Brasília entregar a proposta de emenda ao projeto de Constituição” ¹⁴⁶. No ato de entrega, o movimento social foi recebido pelo presidente da Câmara e do Congresso Constituinte, Deputado Federal Ulysses Guimarães, com a presença da grande imprensa.

Chamaram atenção as diferentes posições dos grupos de mulheres no evento. O MRM manifestou-se com “vaia e gritos de Diretas Já”, enquanto as mulheres de outros estados, Minas Gerais e Bahia, “manifestavam a todo instante o seu apoio (aplausos e palavras de ordem) ao Governo Sarney, ao Ulysses Guimarães”, ainda que estivessem lutando por objetivos semelhantes ¹⁴⁷.

A partir dessa situação, lideranças de mulheres se posicionaram para estabelecer estratégias de lutas:

Faz-se necessário de agora em diante, a mobilização dos movimentos populares no sentido de acompanhar atentamente as votações na Comissão de Sistematização e no Plenário e, em massa, pressionar, lutar e exigir que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos em lei¹⁴⁸.

O Movimento Regional de Mulheres participou da reunião com a Comissão Estadual do Movimento de Mulheres, estabelecendo relações com mulheres de todo o estado de São Paulo. A troca de experiências, além de possibilitar o crescimento dos grupos, contribuiu para a formação de uma rede de movimentos sociais em defesa das

¹⁴⁴ **Cadernos de anotações, IAJES**, 1987-1988, p. 13.

¹⁴⁵ **A voz do povo n°41**, agosto/setembro/outubro 1987, pág. 5.

¹⁴⁶ **A voz do povo n°41**, agosto/setembro/outubro 1987, pág. 5.

¹⁴⁷ **A voz do povo n°41**, agosto/setembro/outubro 1987, pág. 5.

¹⁴⁸ **A voz do povo n°41**, agosto/setembro/outubro 1987, pág. 5.

mulheres. Numa reunião, foi apresentado o planejamento para o ano de 1988, o que sugere uma militância conjunta em defesa dos direitos das mulheres.

Entre as lutas divulgadas na reunião da comissão, apontamos a luta pela garantia das propostas das mulheres na Constituição, contando com o apoio dos vereadores e fazendo com que todas as mulheres, ligadas aos grupos ou não, tivessem ciência das reivindicações, empreendendo máximo poder de divulgação. Como parte integrante da luta, a divulgação das propostas do movimento deveria ser feita através do rádio e da televisão, além da utilização de uma variedade de boletins, como *A Voz do Povo*¹⁴⁹.

A luta atingiu patamares desejados, mas impunha esforços para manter as características populares. Para isso, buscava-se a conscientização política das mulheres, utilizando da divulgação da proposta como chamariz para o aumento da participação. Como parte do planejamento seria criada, ainda, uma rede de apoio que auxiliasse os novos grupos e a partilha das lutas com os demais movimentos de mulheres, através do MRM.

Embora o envolvimento das mulheres de Andradina em um movimento mais amplo, é preciso evidenciar que as ações na cidade continuaram a acontecer, apesar dos baixos recursos. As reivindicações junto à Prefeitura Municipal sobre as melhorias dos bairros não cessaram. No entanto, as mulheres buscaram pôr em prática a ação que sempre fora pretendida pelo IAJES, a de alcançar o envolvimento de um grande número de pessoas em torno do mesmo objetivo, qual seja, a participação popular ativa e criativa na tomada de decisões do país.

A preocupação com os rumos da sociedade ainda fazia parte do discurso das mulheres, embora as questões de gênero tenham ocupado boa parte da fala das mulheres. “A libertação das mulheres” passava “pelo trabalho social”, porém, a mulher continuava “tendo jornada dupla de trabalho” e a “discriminação continuaria”¹⁵⁰. Diante disso, seria necessário que as questões de gênero tomassem parte do discurso de luta das mulheres.

Os estudos das mulheres apontavam a problemas no relacionamento com os partidos políticos, que brigavam por hegemonia, para que, assim, pudessem garantir a aprovação do “seu projeto político”, ao contrário de propor a unidade e elaborar um projeto político que pudesse atender a necessidade de todos, em busca do bem comum.

¹⁴⁹Cadernos de anotações, IAJES, 1987-1988, p. 22.

¹⁵⁰Cadernos de anotações, IAJES, 1987-1988, p. 38.

O projeto elaborado pelas mulheres andradinenses tinha bastante peso por ter sido elaborado e redigido por mulheres da base e fizeram parte das emendas populares enviadas pela Comissão de Mulheres. Além disso, segundo afirmações ligadas a Irma Passoni, a proposta das mulheres teria grandes chances de ser anexadas ao texto original da Constituição. Porém, precisavam contar com 30 mil assinaturas e deveria apresentar o nome das mulheres que elaboraram a proposta. O abaixo-assinado seria dividido entre as mulheres e cidades participantes do MRM para que a meta fosse atingida.

Assim, conseguiu-se identificar os mecanismos de participação popular desenvolvidos pelo Movimento de Mulheres. Ampliou-se o espaço de atuação conduzindo os ideais populares, com a força da base, a um movimento nacional que participou da elaboração da Constituição de 1988. Numa associação de diversos movimentos de mulheres do Brasil, é possível identificar a articulação de variados projetos de lutas femininas, que buscaram maior participação, garantia de direitos e aumento da representatividade das mulheres na sociedade civil e política. Porém, havia muita preocupação de se cooptar e partidarizar os movimentos populares.

As mobilizações para as discussões sobre a Constituinte fizeram com que o Movimento de Mulheres de Andradina se fortalecesse. No entanto, após a entrega das propostas, a dificuldade de manter o engajamento no movimento surgiu e aos poucos, a participação das mulheres nas reuniões, que atraía um bom número de participantes, diminuiu. O movimento precisava de novos desafios, novas propostas de lutas para continuar a motivar as mulheres e permanecer na busca pela transformação social.

Adentrar-se ao campo político foi uma das alternativas. As mulheres sentiram-se representadas pelas candidatas do PT e muitas se filiaram ao partido com o objetivo de ampliar o espaço de atuação, das associações de bairro e movimentos populares para a política partidária. Porém, as divisões nos movimentos e as distensões dentro do Partido dos Trabalhadores produziram discursos incrédulos nas reuniões sobre a situação política do país, embora ainda acreditassem que o PT fosse o único partido no cenário nacional que pudesse construir um governo de interesses populares e socialistas.

Em suma, o nascimento de organizações que promoveram e possibilitaram as lutas pelas transformações de suas realidades num contexto de renovação eclesial da Igreja Católica, possibilitou, a partir do engajamento de moradores dos bairros periféricos de Andradina, a educação política de agentes transformadores de sua própria história. Mas, assim como esses movimentos surgiram num contexto eclesial de conciliação entre

fé e política, o avanço de tendências mais espirituais e menos sociais evidenciado na substituição das CEBs pelos movimentos carismáticos católicos e no remanejamento de recursos internacionais para outros lugares do mundo, outras formas de organizações e de “fazer Igreja” se distanciaram dos projetos iniciais de opção pelos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo identificar nas ações pastorais das CEBs, IAJES e SABs de Andradina a construção de um projeto político evidenciado através dos documentos produzidos pela Igreja Católica em diversas escalas, seja mundial, continental e local. Como premissa foram propostos o desenvolvimento e a promoção humana, motivados pela oposição ao projeto político autoritário vigente no Brasil, fruto de uma cultura política que objetivava a redução da participação popular na vida política nacional.

As transformações na Igreja Católica e as apropriações das “novas formas de ser Igreja”, pautados na “opção preferencial pelos pobres”, fez com que leigos e leigas, sacerdotes, religiosos e religiosas, promovessem a renovação das estruturas eclesiais, descentralizando a paróquia através das ações das CEBs, promovendo e aproximando os moradores de bairros da estrutura clerical.

A renovação eclesial inseriu a Igreja no cotidiano dos moradores de áreas carentes de Andradina, através das ações no Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, que possibilitou uma vivência comunitária participativa e autônoma, motivando-os a luta por melhorias de condições de vida. Assim, as CEBs emergiram dos bairros, promovendo leituras populares da Bíblia e discussões acerca dos problemas das comunidades que se tornaram reivindicações coletivas.

Ao promover a vivência comunitária, a cooperação e a autopromoção, IAJES e CEBs contribuíram para o surgimento das SABs, dinamizando as ações, construindo novos locais de debate, fundamentando a participação de novos atores no campo político. As ações cotidianas possibilitaram a retomada de práticas políticas, através de passeatas, reivindicações, abaixo-assinados e outras ferramentas de pressão popular, incentivando a participação política.

A politização do cotidiano dos moradores possibilitou o surgimento de agentes que lutaram para transformar as condições precárias dos bairros, enquanto sujeitos que saíram da passividade política para exigir da administração pública formas de participação, contribuindo para a construção de novas formas de atuação na vida política da cidade. Foi através dos enfrentamentos, conformismos e resistências que os moradores de Andradina adentraram o campo político.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos moradores que participaram das atividades organizadas pelo IAJES, geraram frequente desmobilização e impulsionou o replanejamento e o desenvolvimento de novas ações. Nas eleições municipais de 1982, pretendendo novas conquistas, alguns agentes e moradores candidataram-se aos cargos de prefeito e vereadores, não conseguindo ser eleitos. Porém, a decepção proveniente das urnas os motivaram a planejar novas possibilidades de participação. Como expressão da luta pela inclusão na política, em âmbito local e nacional, percebeu-se inúmeras articulações de grupos e movimentos sociais em torno das propostas de orçamento popular em Andradina e da mobilização de mulheres pela participação na elaboração da Constituição de 1988.

A proposta feita a partir das interpretações do Concílio Vaticano II, apropriadas pela Conferência de Medellín e colocadas em prática através do PPC no Brasil foi, em grande parte, desenvolvida na complexidade cotidiana das periferias de Andradina, levando homens e mulheres a vivenciar a política sob outro viés com perspectiva popular e pastoral.

A premissa de participação política dos movimentos sociais, suprimida pela intervenção militar e pelas forças de repressão do Estado na Ditadura Civil-Militar, foi retomada pelas experiências populares em Andradina. Motivadas pelas ações pastorais, contribuíram para a construção de um projeto político de cunho popular baseado em ideais de uma política participativa. Associando fé e política, os moradores de bairro conseguiram construir novos espaços de crítica social, democratizando os espaços institucionais numa política de cogestão entre governo e base popular organizada.

Com exceção de algumas atividades de baixo custo, o OP das SABs de Andradina não foi executado pela Prefeitura Municipal. No entanto, os grupos defenderam ideais brotados das ações dos moradores de bairros, que almejavam a descentralização das obras e investimentos públicos. Por outro lado, o Movimento de Mulheres de Andradina em uma ampla rede de contatos e sociabilidades de experiências semelhantes, conseguiu anexar suas propostas ao projeto que seria votado pelos constituintes.

A promoção e o desenvolvimento humano desejado pela Igreja na década de 1960, em suas inúmeras apropriações, produziram resultados baseados na participação ativa e criativa dos povos na vida política dos países. As experiências acumuladas pelos moradores de bairros de Andradina na construção de possibilidades de participação na

vida política da cidade e do país, muito embora tenha avançado na democratização de oportunidades, enfrentaram fortes barreiras para alcançar as aspirações populares em meio a uma cultura política arraigada em setores conservadores da sociedade.

FONTES

- Constituição Apostólica *HUMANAE SALUTIS* do Sumo Pontífice João XXIII para a Convocação do Concílio Vaticano II, lançada no dia 25/12/1961. Esse documento pode ser encontrado no site do Vaticano: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html.
- Carta encíclica *POPULORUM PROGRESSIO* do pontífice Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, lançado no dia 26 de março de 1967. Esse documento pode ser encontrado no site do Vaticano: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.
- Documento sobre as Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, Colômbia, 1968. Pode ser encontrado de forma impressa e no formato digital, através do site: <http://www.cefep.org.br/documentos/textoseartigos/documentosecartas/medellin.doc/vi-ew>.
- Projeto de construção do Centro Comunitário Jesus Bom Pastor, 10 de junho de 1970, Andradina, SP. Encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, na caixa 320 do fundo documental João Carlos Oliveri.
- José Vanin, em entrevista por e-mail, enviado no dia 21 de julho de 2016.
- Cadernos de Anotações das reuniões nos bairros de Andradina, com registros dos anos de 1976, 1977, 1979, 1982, 1983, 1984, 1987 e 1988 realizadas nos bairros de Andradina, SP. Encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, nas caixas-arquivos 449, 450 e 451 do fundo documental João Carlos Oliveri.
- Boletim Informativo dos Movimentos Populares A Voz do Povo, arquivo digitalizado que compreende os anos de 1984 até 1988, foi produzido pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP) e continha, em seu corpo editorial, Marivalda de Jesus Alves, agente do IAJES, e Belkiss Maria Maciel, atuante na Diocese de Três Lagoas. Disponibilizado pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: **Cultura política, memória e historiografia**. Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965**. (Doutorado em História) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2001.
- BRENTAN, Marcelo Fernandes. **IAJES: Celibato clerical, política e religião**. Artigo (pesquisa CNPq/UFMS), Três Lagoas, 2008-2010.
- CARLOS, Euzineia. **Participação e cultura política no Orçamento Participativo**. Civitas, v. 6 n.1, jan. – jun. 2006, p. 131-154, Porto Alegre/RS.
- MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MEDEIROS, Lucineide Barros. **A participação dos movimentos populares urbanos no Orçamento Popular de Teresina e os desafios da educação política**. II Congresso Internacional de Educação, GT 17, 2004.
- OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. (Mestrado em História) Maringá: Departamento de Documentação Histórica, UEM, 2006.
- PETRINI, João Carlos. **CEBs: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PENNA, Camila. **Cultura, cultura política e participação política: conceitos e concepções no debate sobre os movimentos sociais argentinos pós-2001**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 70-102, jul.-dez. 2008.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Cultura Política e Movimentos Sociais: tradição e mudança.** Em pauta, 2012, pg:17 -32.

ROMANI, Giovani Luiz. **Igreja e pastorais sociais: a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário na diocese de Dourados (1971-2000).** (Mestrado em História) Dourados: Programa de Pós-Graduação em História, UFGD, 2003.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Paulo Célio. **CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja - O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979).** Vassouras, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, 2001.

SOUZA, Luciana Andressa Martins de. **Orçamento participativo e as novas dinâmicas políticas locais.** Lua Nova, p. 245-285: São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, Luiz Couto Faustino. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.